

FACAM – FACULDADE DO MARANHÃO
SOMAR SOCIEDADE MARANHENSE DE ENSINO SUPERIOR LTDA
CNPJ 04.855.275/0001-68
GRADUAÇÃO – PÓS-GRADUAÇÃO – ENSINO À DISTÂNCIA

**FORMAÇÃO HISTÓRICA, POLÍTICA E SÓCIO ECONÔMICA DA AMÉRICA E DO
BRASIL**



São Luís
2012

Faculdade do Maranhão

Formação histórica, política e sócio econômica da América e do Brasil/
Faculdade do Maranhão. – São Luís, 2012.

88 f.:il.

Impresso por computador (Fotocópia)

Apostila (Graduação em Serviço Social a Distância) – Curso de
Graduação em Serviço Social, Faculdade do Maranhão, 2012.

1. História– política e economia – América - Brasil. I. Título.

CDU 330.981

SOMAR – Sociedade Maranhense de Ensino Superior Ltda.

FACAM – Faculdade do Maranhão

Carlos César Branco Bandeira

Diretor Geral

Thatiana Soares Rodrigues Bandeira

Diretora Executiva

Henilda Ferro Castro

Diretora Acadêmica

Heraldo Marinelli

Coordenador Geral de Ensino a Distância

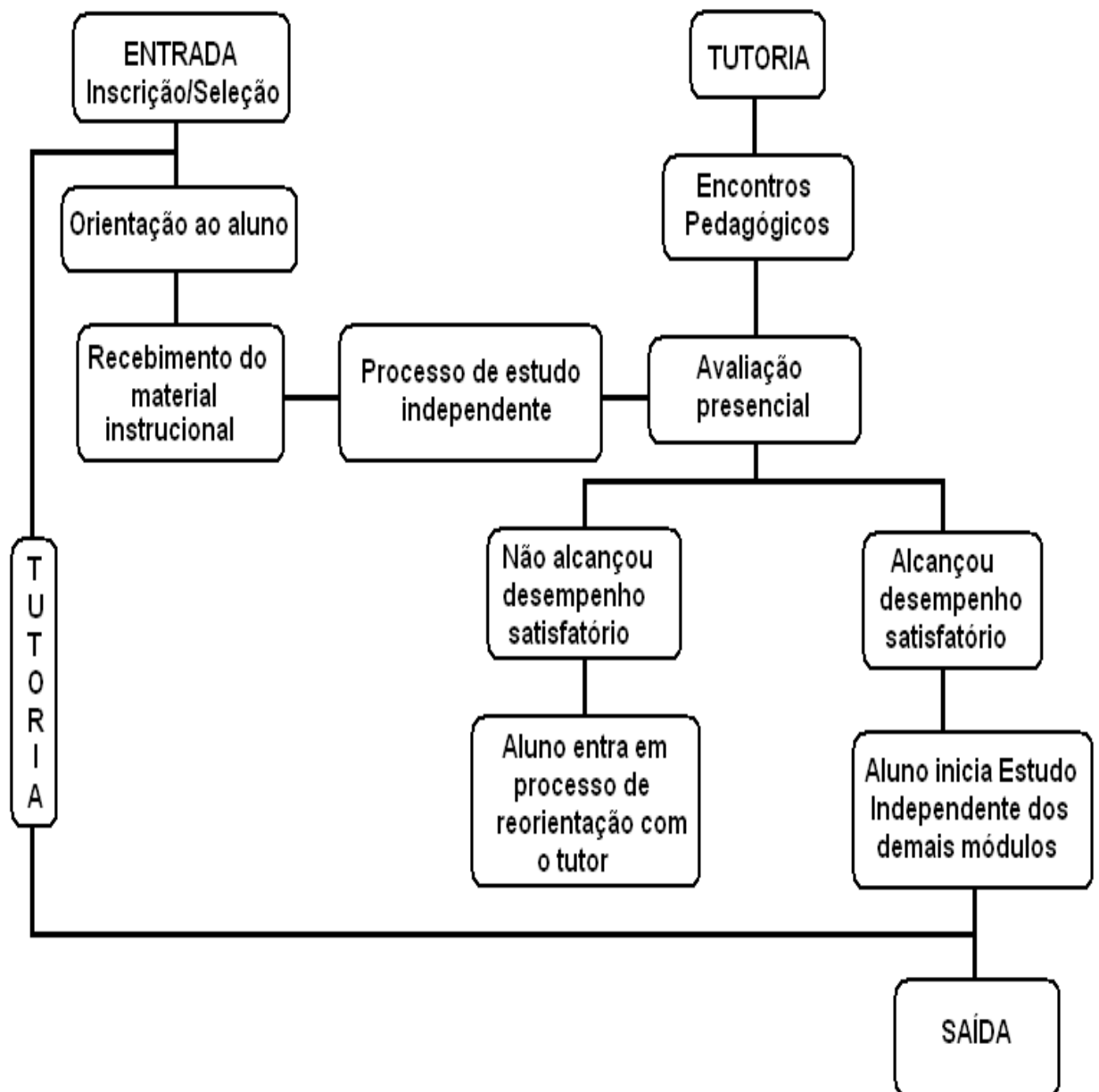
MeyryJanes Costa Almeida

Supervisora Adjunta de Ensino a Distância

Paula Carolina Caetano de Moraes

Coordenadora de Serviço Social

FLUXOGRAMA DE ESTUDO



FORMAÇÃO HISTÓRICA, POLÍTICA E SÓCIO ECONÔMICO DA AMÉRICA E DO BRASIL	3º PERÍODO	CH 80
--	-------------------	--------------

Ementa

Uma análise da organização social, econômica e política brasileira. O estado através dos aspectos relativos: ao território, a população, ao governo e a soberania. Sua organização social, econômica e política do Brasil nos períodos: da Colônia, do Império e da República. Questões Sociais do Brasil atual.

Bibliografia básica

GENTILLI P. (org) Globalização Excludente. Rio de Janeiro: Vozes 2000

IAMAMOTO, M.V. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

MARX, K. A lei geral da acumulação capitalista. In: O Capital: crítica da economia política. RJ: Civilização Brasileira, 2002.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: Temporalis. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2, nº 3. Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001.

Bibliografia complementar

IANNI, Octávio. O ciclo da revolução burguesa no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

CARVALHO, José M. A formação das almas: Imaginário da República no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

_____. O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. O longo amanhecer: Reflexões sobre a formação do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

HOLANDA. Sérgio Buarque (org.). História geral da civilização brasileira. São Paulo: DIFEL / Difusão Editorial, 1982.

APRESENTAÇÃO

Caro Estudante,

Seja bem vindo a disciplina de Formação Social, Econômica e Política do Brasil e América Latina. Esta disciplina é uma forte base para sustentar as teorias epistemológicas do curso. Assim é de suma relevância que fique atento aos conteúdos para que seu estudo obtenha melhor eficácia.

Para alguns, a forma de distribuição dos temas abordados pode, até certo ponto causar algum estranhamento, porém, a disciplina é sistematicamente voltada para compreensão de causalidades históricas que, interligadas entre si, podem colaborar para uma melhor compreensão da realidade brasileira e, sobretudo, perceber que muito das nossas questões atuais possuem raízes históricas.

Apesar disso, você pode a primeira vista, buscar algumas referências históricas que não foram contempladas, mas de mesma hierarquia quanto a sua relevância. Tal ponto é pertinente, embora, buscou-se seguir o máximo possível a ementa, é impossível abarcar todos os dados históricos. Essa tarefa torna-se um pouco desafiadora.

Aqui você encontrará informações a cerca da construção do pensamento social brasileiro, ou como o Brasil foi pensado pelos seus integrantes. A formação da educação é outro ponto de destaque, já que para o Historiador José Murilo de Carvalho, este era no início do Império um país de Analfabetos, constituído por uma classe aristocrata que estudaria em Portugal, praticamente no mesmo curso, no caso o Direito, compartilhando a mesma forma de pensar, o conhecimento a cerca do aparelho legislativo alcançando status não só pela titulação acadêmica, mas também garantido em constituição o título nobre. Eis a questão pelo fato dos advogados no Brasil Atual se intitularem “Doutores”, sendo que a constituição de 1988 retirou a legitimidade da constituição imperial, com a nossa de igualdade própria da revolução francesa quebrando com a idéia clássica da Política aristotélica. Assim, o conteúdo segue uma lógica de discussões sobre alguns pontos importantes, não sendo um simples levantamento de dados históricos.

Quanto a sistemática, utilizei tanto materiais didáticos devidamente referenciado, como interpretações dos próprios autores, seguindo as normas de qualidade quanto ao material didático do ministério da educação, colocando o aluno

em contato direto com os autores, de conteúdos de caráter publico devidamente referenciados, sem ferir a legislação que compete direitos autorais de obras registradas dando uma melhor formação a você estudante, pois a realidade e limitações em muita das vezes não nos permite o mais fácil acesso. Quero deixar as minhas boas vindas e registrar que o conteúdo não esgota o trabalho de pesquisa muito menos o dialogo com o professor e tutor. Qualquer duvida ou sugestão para melhorar nosso material bem aceito, pois todo trabalho de produção 'e um trabalho de incessante de construção.

Atenciosamente,

Leonardo Nunes Evangelista

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
UNIDADE I - BRASIL COLÔNIA E A CHEGADA DOS EUROPEUS À AMÉRICA.....	14
UNIDADE II - BRASIL: colônia de dia e país a noite	19
UNIDADE III - EDUCAÇÃO NO BRASIL.....	35
UNIDADE IV - HISTÓRIA DO MARANHÃO; ALGUNS ASPECTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS AO LONGO DE SUA GEOGRAFIA.....	75
REFERENCIAS.....	84

INTRODUÇÃO

Para se entender melhor a necessidade de conhecer e estudar a construção dos vários aspectos da formação do Brasil, antes de tudo, é preciso situar a forma de trabalho e a metodologia pelo qual será feita a construção dos elementos e fatos que poderão a constituir a nossa realidade. Para tanto, elencar as causalidades históricas, na fala de Weber seria identificar os fenômenos aparentemente dissidentes, mas interligados e conseguir, para este percurso sua “equação”. Portanto, falaremos de discurso. Quais os discursos produziram os fatos que deram origem a nossa realidade? Quais as contradições históricas resultam no Brasil atual? Sendo assim, todas as nossas formas de ver o mundo sejam na referência cultural ou social e econômica do mundo atual, possuem raízes históricas.

Para essa jornada, será utilizada a concepção dialética da história, de Gramsci (1955), a fim de contribuir, inicialmente com a sistematização que o conteúdo terá ao longo do fascículo.

Apresentaremos o fichamento do livro de Gramsci, para que tal pensamento seja compreendido na sua totalidade.

GRAMSCI, Antonio. Concepção dialética da História. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1955.

ALGUNS PONTOS PRELIMINARES DE REFERÊNCIA

Deve-se destruir o preconceito, muito difundido, de que a filosofia seja algo muito difícil pelo fato de ser a atividade intelectual própria de uma determinada categoria de cientistas especializados ou de filósofos profissionais e sistemáticos. **Deve-se, portanto, demonstrar, preliminarmente, que todos os homens são ‘filósofos’**, definindo os limites da filosofia espontânea peculiar a todo mundo, isto é, da filosofia que está contida: 1) na própria linguagem que é um conjunto de noções e de conceitos determinados e não, simplesmente, de palavras gramaticamente vazias; 2) no **senso comum** e no **bom-senso**; 3) na religião popular e, conseqüentemente, em todo sistema de crenças, superstições, opiniões, modos de ver e de agir que se manifestam naquilo que geralmente se conhece por “folclore” (p.11)

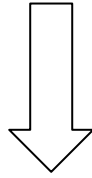
Criticar a própria concepção do mundo, portanto, significa torná-la unitária e coerente e elevá-la até o ponto atingido pelo pensamento mundial mais desenvolvido. Significa, portanto, criticar, também, toda a filosofia até hoje existente, na medida em que ela deixou estratificações consolidadas na filosofia popular. O início da elaboração crítica é a consciência daquilo que somos realmente, isto é, um 'conhece-te a ti mesmo' como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços recebidos sem benefício no inventário. (p.12)

[..] sem a consciência da nossa historicidade, da fase de desenvolvimento por ela representada e do fato de que ela está em contradição com outras concepções ou com elementos de outras concepções. A própria concepção do mundo responde a determinados problemas colocados pela realidade, que são bem determinados e 'originais' em sua atualidade. (p.13)

Se for verdade que toda linguagem contém os elementos de uma concepção de mundo e de uma cultura, será igualmente verdade que, a partir da linguagem de cada um, é possível julgar da maior ou menor complexidade da sua concepção de mundo. Quem fala somente o dialeto e compreende a língua nacional em graus diversos, participa necessariamente de uma intuição do mundo mais ou menos restrita e provinciana, fossilizada, anacrônica em relação às grandes correntes de pensamentos que dominam a história mundial. (p.13)

Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas 'originais'; significa também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, socializá-las por assim dizer; transformá-las, portanto em base de ações vitais, em elementos de coordenação de ordem intelectual e moral. (p.12)

Conexão entre o senso-comum, a religião e a filosofia. A filosofia é uma ordem intelectual, o que nem a religião nem o senso comum podem ser. Deve-se ver como, na realidade, também não coincidem religião e senso comum; entretanto a religião é um elemento do senso comum desagregado. Ademais, "senso-comum" é um nome coletivo, como religião: não existe um único senso comum, pois ele também é um produto e um devenir histórico. A filosofia é a crítica e a superação da religião e do senso-comum e, neste sentido, coincide com o bom-senso que se contrapõe ao senso-comum. (p.14)



SAIBA MAIS!

Gramsci flexibiliza a concepção clássica de que o homem comum é um ignorante sem conhecimento, assim revela que este possui suas formas de saber filosófico. Apesar disso, o autor ainda acredita que o conhecimento científico apresenta-se como aquele que alcançará as verdades, desmascarando as ideologias e transformando a história. De certo modo, Gramsci não cai no radicalismo de definir o homem-comum como simples massa de manobra, pois o que o autor defende é o caráter crítico-reflexivo do saber, quer científico, quer do bom-senso.

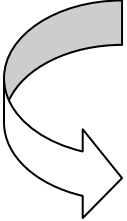
✓ **Senso comum:** seria uma forma de saber baseado em pré-noções acríticas, na verdade em dogmas, em preconceitos que somente definem que algo sem qualquer problematização e questionamento. Deste modo, o senso-comum é afirmação que acomoda a reflexão a aceitação passiva, neste caso não há perguntas, mas respostas prontas e acabadas.

✓ **Religião:** seria o sistema de saberes e conhecimentos fundamentados em dogmas universais e absolutos. Estamos diante de profissões de fé, não de conhecimento analítico-reflexivo. Para se ter validade um dogma religioso, basta acreditar nele, não é preciso problematizá-lo criticamente. Deste modo, a postura religiosa também acomoda a reflexão à pura aceitação.

✓ **Bom-senso:** este pode surgir tanto do senso comum como da religião, mas de certa forma, vai de encontro a estática dogmática de ambos; assim sendo, faz críticas e análises que operam uma postura investigativa que não se acomoda com respostas prontas nem com pré-noções. É nesta característica crítica, que o autor, enfatiza a importância do bom-senso.

✓ **Conhecimento científico:** seria a forma de conhecer puramente crítico-reflexiva, que vê a realidade de forma construída e submetida a disputas por poder. Destarte, a ciência, assim como em Platão e o mito da Caverna, seria o habitus do homem que se liberta das correntes e olha para além das sombras. O

cientista, ou melhor o intelectual, teria o papel crítico-reflexivo de comandar e/ou alienar as massas por meio do conhecimento científico. O conhecer científico estaria em um status privilegiado, não só em Gramsci, mas em todos os autores modernistas, pois viam nesta forma de interpretar o mundo a libertação da humanidade das amarras das ideologias, da ignorância e da exploração.



FIQUE ATENTO!

Na realidade não existe filosofia em geral: existem diversas filosofias ou concepções do mundo, e sempre se faz uma escolha entre elas. (p.14)

A práxis: os problemas teoria-prática

Este contraste entre o pensar e o agir, isto é, a coexistência de duas concepções do mundo, uma afirmada por palavras e a outra se manifestando na ação efetiva, nem sempre se deve à *má-fé*. A *má-fé* pode ser uma explicação satisfatória para alguns indivíduos considerados isoladamente, ou até mesmo para grupos mais ou menos numerosos, mas não é satisfatória quando o contraste se verifica na manifestação vital das grandes massas: neste caso ele não pode deixar de ser a expressão de contrastes mais profundos de natureza histórico-social. Isto significa que um grupo social, que tem uma concepção própria do mundo, ainda que embrionária, que se manifesta na ação e, portanto, descontinua e ocasionalmente toma emprestada a outro grupo social, por razões de submissão e subordinação intelectual, uma concepção que lhe é estranha; e também acredita segui-la, já que segue em épocas 'normais', ou seja, quando a conduta não é independente e autônoma, mas se submissa e subordinada. (p.15)

➤ **Má-fé:** uso do conhecimento para manter a submissão e opressão, geralmente isto é operacionalizado, diz Gramsci, por meio de uma separação entre teoria e prática. Deste modo a teoria torna-se estranha àqueles que são dominados,

na mesma proporção que estes incorporam de modo passivo a dominação e não compreendem a relação teoria-prática (ideologias). Neste caso o conhecimento torna-se mecanismo de opressão.

Qual é idéia que o povo faz da filosofia? Pode-se reconstruí-la através das expressões da linguagem comum.[...]. É verdade que nela se contém um convite implícito à resignação e à paciência, mas parece-me que o ponto mais importante seja, ao contrário, o convite à reflexão, à tomada de consciência de que aquilo que acontece é, no fundo, racional e que assim deve ser enfrentado, concentrando as próprias forças e não se deixando levar pelos impulsos instintivos violentos. Poder-se-ia recuperar essas expressões populares juntamente com as expressões dos escritores de caráter popular, tomando-as dos grandes dicionários, nos quais entram os termos “filosofia” e “filosoficamente”, e se perceberá que estes têm um significado muito preciso, a saber, **o de superação das paixões bestiais e elementares por uma concepção da necessidade que fornece à própria ação uma direção consciente**. Este é o núcleo sadio do senso-comum. O que poderia ser chamado de bom-senso, merecendo ser desenvolvido e transformado em algo unitário e coerente. Tornam-se evidentes. Assim, **as razões que fazem impossível a separação entre a chamada filosofia “científica” e a filosofia “vulgar” e popular, que é apenas um conjunto desagregado de idéias e opiniões**. (p.16)

Filosofia da práxis

O movimento filosófico para um grupo de intelectuais? Movimento filosófico e contato com o povo?

[...] só através deste contato que uma filosofia torna-se histórica, depura-se os elementos intelectualistas de natureza individual e se transforma em “vida”. (p.18)

Uma filosofia da práxis só pode apresentar-se, inicialmente, em uma atitude polêmica e crítica, como superação da maneira de pensar precedente e do pensamento concreto existente (ou mundo cultural existente). E portanto, antes de tudo, como crítica do ‘senso comum’ (e isto após basear-se sobre o senso comum para demonstrar que ‘todos’ são filósofos e que não se trata de introduzir *ex novo* uma ciência na vida individual de “todos”, mas de inovar e tornar “crítica” uma atividade já existente) e, posteriormente, da filosofia dos intelectuais, que deu origem

à história da filosofia e que, enquanto individual (e, de fato, ela se desenvolve essencialmente na atividade de indivíduos singulares particularmente dotados), pode ser considerada como as “culminâncias” de progresso do senso comum, pelo menos do senso comum dos estratos mais cultos da sociedade e, através desses, do senso comum popular. É assim, portanto, que uma introdução ao estudo da filosofia deve expor sinteticamente os problemas nascidos no processo de desenvolvimento da cultura geral, que só parcialmente se reflete na história do senso comum, permanece a fonte máxima de referência ou o significado que tiveram como elos superados de uma cadeia e fixar os problemas novos e atuais ou a colocação atual dos velhos problemas. (19)

A posição da filosofia da práxis é antitética a esta posição católica: a filosofia da práxis não busca manter os “simplórios” na sua filosofia primitiva do senso comum, mas busca, ao contrário, conduzi-los a uma concepção de vida superior. Se ela afirma a exigência do contato entre os intelectuais e os simplórios não é para limitar a atividade científica e para manter uma unidade no nível inferior das massas, mas justamente para forjar um bloco intelectual-moral que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais. (p.21)

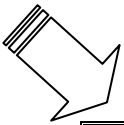
Autoconsciência crítica significa, histórica e politicamente, criação de uma elite de intelectuais: uma massa humana não se “distingue” e não se torna independente “por si”, sem organizar-se (em sentido lato); e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, sem que o aspecto teórico da ligação teoria-prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas “especializadas” na elaboração conceitual e filosófica. (p.21)

Pesquisa e universidade

Mas a pesquisa interessa, especialmente, no que diz respeito às massas populares, que mais dificilmente mudam de concepção e que, em todo caso, jamais a mudam aceitando-a em sua forma “pura”, por assim dizer, mas, apenas e sempre, como combinação mais ou menos heteroclítica e bizarra. (p.25)

Disto se conclui, entretanto, que, nas massas como tais, a filosofia não pode ser vivida senão como uma fé. (p.26)

Parece-me necessário que o trabalho de pesquisa de novas verdades e de melhores, mais coerentes e claras formulações das próprias verdades seja deixado à livre iniciativa dos cientistas individuais, ainda que eles recolorem continuamente em discussão os próprios princípios que parecem mais essenciais. Por outro lado, não será difícil perceber quando estas iniciativas de discussão tiverem motivos interessados e não de natureza científica. Também não é impossível pensar que as iniciativas individuais possam ser disciplinadas e ordenadas, de maneira que passem pelo crivo de academias ou institutos culturais de natureza diversa, tornando-se publicas tão somente após um processo de seleção, etc. (p.29)



CONCLUINDO!

Entretanto, deve-se notar que em todos os países, ainda que em graus diversos, existe uma grande cisão entre as massas populares e os grupos intelectuais, inclusive os mais numerosos e mais próximos à periferia nacional, como os professores e os padres. [...] A universidade, com exceção de alguns países, não exerce nenhuma função unificadora; um pensador livre, freqüentemente, tem mais influência do que toda a instituição universitária, etc. (p.29).



ATIVIDADE:

- O que você entendeu por concepção dialética da história e como podemos, a partir dessa temática pensar a realidade brasileira?

UNIDADE I - BRASIL COLÔNIA E A CHEGADA DOS EUROPEUS À AMÉRICA

OBJETIVO GERAL

- Apresentar e discutir os principais elementos e características da constituição das colônias

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Debater os principais motivos da colonização e o cenário político da época;
- Fazer uma análise da formação espacial do Brasil.

América: Objetivo a Ser Alcançado ou Acidente de Percurso?

Para falarmos de colonização, antes devemos tecer comentários a respeito dos objetivos comerciais e sociais dos vários países da América, sobretudo de Espanha e Portugal, para entendermos os principais fatores que levaram tais países ao processo de colonização.

A expansão marítima é o ponto chave. As rotas comerciais, no século XIV eram muito limitadas e, sobretudo feitas via terrestre. As atividades comerciais exercidas maritimamente eram restritas a parte litorânea e interna do continente europeu, ou por ligações que vão do mediterrâneo ao mar do norte. Por sua vez, os desenvolvimentos tecnológicos de navegação, facilitaram a expansão das rotas no sentido oceano, impulsionada pelo tráfico de escravos e exploração comercial em torno da faixa litorânea da África.

Portanto, Prado Júnior (1998, p.14) e Faoro (2008, p.93), são enfáticos quanto a questão: a colonização foi apenas um fato secundário; ou nas palavras de Furtado (2009. P.17), um incidente frente aos reais objetivos das metrópoles (expansão comercial e desenvolvimento da economia mercantil).

FIQUE ATENTO!

“Tudo isto lança muita luz sobre o espírito com que os povos da Europa abordam a América. A idéia de povoar não ocorre a nenhum. É o comércio que interessa, e daí o relativo desprezo por estes territórios primitivos e vazios que formam a América; e inversamente, o prestígio do Oriente, onde não faltava objeto para atividades mercantis. A idéia de ocupar, não como fizera até então em terras estranhas, apenas com agentes comerciais, funcionários e militares para a defesa, organizados em simples feitorias destinadas a mercadejar com os nativos e servir de articulação entre rotas marítimas e os territórios cobiçados, mas ocupar com povoamento efetivo, isto só surgiu como contingência, necessidade imposta por circunstâncias novas e imprevistas. Aliás, de suportar sangrias na sua população, que no séc. XVI. Ainda não se fizera de todo das tremendas devastações da peste que assolara o continente nos dois séculos antecedentes” (Prado Júnior, 2008. P. 16)

SAIBA MAIS!

“Nestas condições, “colonizar” (grifo do autor) não era entendido como aquilo que dantes se praticava; falava-se em colonização, mas o que o termo envolve não é mais que o estabelecimento de feitorias(...)”(PRADO JÚNIOR, 2008. P. 16)



Figura 1 – Brasil no período do “descobrimento” in:

<http://educacaomudatudo.blogspot.com>, acesso em: 28/09/2010

No período que corresponde 1500-1530, Portugal vivia um forte momento de desenvolvimento econômico, fortalecimento político, pois o rei era Regente e Senhorio. Seguido pela Espanha, que passava por momento de transições, a localização geográfica contribuiu para chegada a América, (Balboa, Magalhaes, Colombo, Álvares Cabral, só para citar alguns navegantes). Todos os demais países como Inglaterra e, Holanda e até Dinamarca, caminham para empreitada, embora muitos em segundo plano, pois as condições geográficas não contribuíram para tanto.

Pela abundância de metais preciosos, extraído nos locais no qual a colonização Espanhola se dava, alargou a sua economia. Em sequência, territórios da América Central como Chile e territórios platinos, não incentivaram tanto a exploração como nos territórios tropicais. A Inglaterra, no entanto, limitou-se a pesca, exploração animal e não desenvolveu pelo menos não em curto prazo um apreço pela agricultura, como no caso do extrativismo do Pau-brasil em território português.

A busca por metais preciosos, sempre foi o carro chefe de todas as colonizações exploratórias iniciais. Assim como o genocídio de boa parte das civilizações e nações pertencentes a região sul e média americana.

Situando a questão veja o que Marx tem a dizer:

O descobrimento das jazidas de ouro e prata da América, a cruzada de extermínio, escravização e sepultamento nas minas da população aborígine, o começo da conquista e o saqueio das Índias Orientais, a conversão do continente africano em zona de caça de escravos negros, são todos fatos que assinalam os albores da era de produção capitalista. Estes processos idílicos representam outros tantos fatores fundamentais no movimento da acumulação originária. Atrás deles, pisando em suas pegadas, vem a guerra comercial das nações européias, cujo cenário foi o planeta inteiro. (MARX, 2005.p.705)

E acrescenta ainda mais: “Onde predomina o capital comercial, implanta por toda parte um sistema de saque, e seu desenvolvimento, que é o mesmo nos povos comerciais da Antiguidade e nos tempos modernos, se acha diretamente relacionado com os despojos pela violência, com a pirataria marítima, o roubo dos escravos e a submissão; assim sucedeu em Cartago e em Roma, e mais tarde entre os venezianos, os portugueses, os Holandeses, etc”.(Marx. Op.cit p.705).

O Processo colonizador era um motor para a expansão capitalista que em curto prazo se transformou em um verdadeiro genocídio e brutalização das relações sociais entre europeus e colonizados. Como cita Bosi (2006) fazendo referência, a obra de Cortez sobre a colonização da América:

Pagava-se em moeda inglesa o par de orelhas de *índio*, mas, como em pouco tempo viam-se muitos indígenas com as orelhas cortadas, e ainda vivos, recorreu-se ao expediente mais eficaz de pagar pelo par de testículos de *índio*. Os autores desse genocídio, amiúde aventureiros internacionais, acumulam fabulosas fortunas. Outros, com as terras assim arrebatadas, passaram a se alistar no patriciado. (MONTAIGNE APUD BOSI, 2006. P.22).

Muito das relações sociais e mercantis dos colonizadores aos explorados se dá pelo perfil do colonizador. Segundo Holanda (2003. P. 44), os títulos

honorários fáceis, atrai vários tipos de indivíduos. Um tipo de trabalhador avesso ao trabalho, já que muitos não se adaptavam ao trabalho forçado; segundo Holanda(op.cit) “Uma ânsia de prosperidade sem custo”. Consequente o autor ainda acrescenta:

VOCÊ SABIA?

“(...) o gosto de aventura, responsável por todas essas fraquezas, teve influência decisiva (não a única decisiva, é preciso, porém, dizer-se) em nossa vida nacional. Num conjunto de fatores tão diversos, como as raças que aqui se chocaram, os costumes e padrões, de existência que nos trouxeram, as condições mesológicas e climatéricas que exigiam longo processo de adaptação, foi o elemento orquestrador por excelência. Favorecendo a mobilidade social, estimulou os homens, além disso, a enfrentar com denodo as asperezas ou resistência das naturezas e criou-lhes as condições adequadas a tal empresa” (HOLANDA, op .cit. p. 46).

Assim, houve uma melhor adaptação dos colonizadores aos trópicos, sendo tais elementos, responsáveis pela construção das dinâmicas que deram origem aos territórios hoje distribuídos ao longo da América.

No próximo, capítulo, você vai conhecer um pouco das características principais das colônias e suas economias.

ATIVIDADE

Quais os motivos são apontados no texto acima que desmentem a idéia de colonização como forma de povoamento? Justifique sua resposta

Para Saber mais:

Filmes:

1492 - A Conquista do Paraíso

TÍTULO DO FILME: 1492 - A CONQUISTA DO PARAÍSO (1492: Conquest of Paradise, ESP/FRA/ING 1992) DIREÇÃO: Ridley Scott ELENCO: Gérard Depardieu, Sigourney Weaver, Armand Assante, Ângela Molina, Fernando Rey, Tchéky Karió, 150 min, Vídeo Arte. RESUMO A viagem de Cristóvão Colombo, que acreditava ser possível atingir "el levante por el poniente", ou seja, o Oriente navegando para o Ocidente, é o cenário épico desse filme de Ridley Scott. A odisséia de Colombo está presente no filme através do cotidiano desgastante, dos motins da tripulação e de toda incerteza que cercava uma expedição daquela época quanto ao rumo e ao prosseguimento da viagem. Sem apoio financeiro de Portugal, a maior potência da época, Colombo dirigiu-se à Espanha e associou-se aos irmãos Pinzon, recebendo ainda uma ajuda dos reis católicos Fernando de Aragão e Isabel de Castela. Com uma nau (Santa Maria) e duas caravelas (Pinta e Nina), o navegador de origem controversa (genovês ou catalão) partiu do porto de Palos em 3 de agosto de 1492 fazendo escala nas ilhas Canárias para reparo de uma das embarcações. Em 12 de outubro do mesmo ano



avistou a ilha de Guanani (atual São Salvador). Sem duvidar que estava no Oriente, realizou ainda mais quatro viagens, tentando encontrar os mercados indianos. O filme focaliza também espírito vanguardista de Colombo, suas negociações com a coroa espanhola e a tentativa de estabelecer colônias na América, retratando até a velhice, aquele que é considerado um dos navegantes mais ousados de sua época. **CONTEXTO HISTÓRICO** A viagem de Cristóvão Colombo insere-se no cenário da expansão ultramarina liderada por Portugal e Espanha entre os séculos XV e XVI, constituindo-se em um dos principais acontecimentos na passagem da Idade Média para Idade Moderna. Assim, para compreendê-la, é necessário inseri-la no quadro das transformações por que passou a Europa na Baixa Idade Média (século XII ao XV), durante transição do feudalismo para o capitalismo comercial. O desenvolvimento do comércio monetário associado à projeção da burguesia, que aliada ao rei, irá promover a formação dos Estados Nacionais, são as principais transformações estruturais para consolidação do Antigo Regime europeu. Nesse contexto a expansão marítima europeia visava atingir as Índias (terra das valiosas especiarias), para atender as necessidades de ampliação dos mercados europeus afetados pela crise do século XIV ("guerra, peste e fome"), bem como, para eliminar o monopólio comercial italiano no Oriente. Com a conquista de Constantinopla pelos turcos em 1453, os preços das especiarias orientais elevaram-se bruscamente, o que incentivou ainda mais a busca de um novo caminho marítimo para as Índias.

In: <http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=298>. Acesso em: 12/10/2011

UNIDADE II - BRASIL: colônia de dia e país a noite

OBJETIVO GERAL

- Apresentar e discutir os principais elementos e características da constituição das colônias até a autonomia territorial.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Estudar os fatores que perpassam a Independência e a constituição do Brasil enquanto Nação;
- Apresentar os principais fatos que marcaram a forma geosocial da época.

Gestão Colonial: Economia e capitanias

Com a decadência do comércio das Índias e as constantes ameaças de invasões dos corsários estrangeiros, principalmente franceses, D. João III rei de Portugal, se viu obrigado a rever sua política de ocupação na colônia, pois até então só realizava poucas expedições que somente transportavam as toras de pau-brasil que eram trazidas pelos índios ao litoral e organizavam algumas expedições de proteção e reconhecimento do litoral brasileiro.

Em 1534, foram criadas as Capitânicas Hereditárias, como forma de administração territorial, por D. João III. O território brasileiro então foi dividido em 15 faixas e entregue a administração para particulares que assumiram a responsabilidade de ocupar e colonizar o território colonial. Estes participantes eram membros da corte e de confiança do rei, que a partir de então se transformavam e capitães donatários.

Segundo Furtado (2010, p. 27) este sistema foi criado pelo rei de Portugal com o objetivo de colonizar o Brasil, evitando assim invasões estrangeiras.

Fique Sabendo!

Os Territórios ocupados pelos portugueses ganharam o nome de Capitânicas Hereditárias, pois eram transmitidas de pai para filho (de forma hereditária).

Estes indivíduos que recebiam a concessão de uma capitania eram conhecidos como donatários. Tinham como missão colonizar, proteger e administrar o território. Por outro lado, tinham o direito de explorar os recursos naturais (madeira, animais, minérios).

O sistema não prosperou como devia. Apenas as capitânicas de São Vicente e Pernambuco deram de fato, ao menos inicialmente, certo. Podemos citar como motivos do fracasso: a) a grande extensão territorial para administrar (e suas obrigações), b) falta de recursos econômicos e, c) os constantes ataques indígenas.

O sistema de Capitânicas Hereditárias vigorou até o ano de 1759, quando foi extinto pelo Marquês de Pombal.

Capitânicas Hereditárias criadas no século XVI:

Capitania do Maranhão	Capitania do Rio Grande	Capitania de Pernambuco	Capitania da Baía de Todos os Santos
Capitania do Ceará	Capitania de Itamaracá		
Capitania de Ilhéus	Capitania de Porto Seguro	Capitania do Espírito Santo	Capitania de São Tomé
Capitania de São Vicente	Capitania de Santo Amaro	-	-

➤ **Capitania de Santana**

Na segunda metade do século 16, começaram a ficar evidentes os interesses e os objetivos de Portugal nas terras brasileiras.

As relações econômicas que vigoravam entre as nações européias baseavam-se no mercantilismo, cujo a base era o comércio internacional.

Cada nação procurava produzir e vender para o mercado consumidor internacional uma maior quantidade de produtos manufaturados, impondo pesadas taxas de impostos aos produtos importados. Asseguravam, desse modo, a manutenção de uma balança comercial favorável.

As nações que possuíam colônias de exploração levavam maiores vantagens no comércio internacional. A principal função dessas colônias era fornecer matérias-primas e riquezas minerais para as nações colonizadoras - ou seja, para as metrópoles. Ao mesmo tempo, serviam de mercado consumidor para seus produtos manufaturados. Havia uma imposição de exclusividade, ou monopólio, do comércio da colônia para com a metrópole, que foi chamada de pacto colonial.

🚩 **Pacto colonial**

O pacto colonial pode ser entendido como uma relação de dependência econômica que beneficiava as metrópoles. Ao participarem do comércio como fornecedoras de produtos primários (baratos) e consumidoras dos produtos manufaturados (caros), as colônias dinamizavam as economias das metrópoles propiciando-lhes acúmulo de riquezas.

Portugal procurou criar as condições para o Brasil se enquadrar no pacto colonial. Os portugueses concentraram seus esforços para a colônia se transformar num grande produtor de açúcar de modo a abastecer a demanda do mercado internacional e beneficiar-se dos lucros de sua comercialização.

Além da crescente demanda consumidora por esse produto, havia mais dois fatores importantes que estimularam o investimento na produção açucareira. Primeiro, os portugueses possuíam experiência e tinham sido bem-sucedidos no cultivo da cana-de-açúcar em suas possessões no Atlântico: nas ilhas Madeira, Açores e Cabo Verde. Segundo, as condições do clima e do solo do nosso litoral nordestino eram propícias a esse plantio. Em 1542, o donatário da próspera capitania de Pernambuco, Duarte Coelho, já havia introduzido a cana-de-açúcar em suas terras.

Plantation

O plantio da cana-de-açúcar foi realizado em grandes propriedades rurais denominadas de latifúndio monocultor ou plantation. Essas propriedades também ficaram conhecidas como engenhos, porque, além das plantações, abrigavam as instalações apropriadas e os equipamentos necessários para o refino do açúcar: a moenda, a caldeira e a casa de purgar.

Para o processo de produção e comercialização do açúcar ser lucrativo ao empreendimento colonial, os engenhos introduziram a forma mais aviltante de exploração do trabalho humano: a escravidão. A introdução do trabalho escravo nas grandes lavouras baixava os custos da produção.

Toda a riqueza da colônia foi produzida pelo trabalho escravo, baseado na importação de negros capturados à força na África. O contexto social da colonização e da superexploração da mão-de-obra pela lavoura canavieira tornava inviável contar com o trabalho dos homens livres.

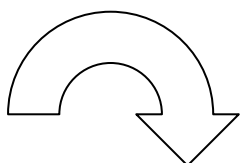
Portanto, com terras abundantes, os homens livres poderiam facilmente se apropriar de uma gleba e desenvolver atividades de subsistência. Ou seja, não havia nem incentivo nem necessidade de que a população livre trabalhasse no engenho. Completando o quadro, os portugueses também exploravam o lucrativo de tráfico de escravos negros africanos. E a simples existência do tráfico já constituía um estímulo à utilização desta mão-de-obra nas colônias pertencentes a Portugal.

➤ **Engenhos**

Os engenhos eram as unidades básicas de produção das riquezas da colônia. Mais do que qualquer outro local, o engenho caracterizava a sociedade escravista do Brasil colonial. No engenho, havia a senzala, que era a construção rústica destinada ao abrigo dos escravos; e havia a casa grande, a construção luxuosa na qual habitavam o senhor, que era o proprietário do engenho e dos escravos; juntamente com seus familiares e parentes. Consta que por volta de 1560, o Brasil já possuía cerca de 60 engenhos que estavam em pleno funcionamento, produzindo o açúcar que abastecia o mercado mundial.

Nos moldes como foi planejada pela Coroa portuguesa, a colonização do Brasil exigia enormes recursos econômicos que seriam empregados na montagem dos engenhos, na compra de escravos, de ferramentas e de mudas de cana-de-açúcar para iniciar a produção. Havia ainda a necessidade de transporte do produto e, por fim, sua distribuição no mercado internacional.

Para solucionar o problema do financiamento da montagem da produção açucareira, Portugal recorreu aos mercadores e banqueiros holandeses. Por meio de inúmeros mecanismos de cobrança de impostos, os lucros obtidos com a comercialização do açúcar eram rateados. A maior parcela dos lucros obtidos ficava com os negociantes holandeses que haviam investido na produção e distribuição do produto. Portugal ficava com a menor parcela dos lucros, mas em contrapartida assegurava a posse e a colonização do Brasil, além da imposição do pacto colonial.



SAIBA MAIS!

O ciclo do açúcar no Brasil colonial se estendeu até a segunda metade do século 17. A partir de então, a exportação do produto declinou devido à concorrência do açúcar produzido nas Antilhas. Ironicamente, eram negociantes holandeses que também financiavam e comercializavam a produção antilhana. Restava a Portugal encontrar outras formas de exploração das riquezas coloniais. No século 18, a exploração de ouro e diamantes daria início a um novo ciclo econômico.



Independência: Processos e Conflitos

Os conflitos que deram início a processo de independência, que se estendeu de 1822 a 1823, dentro do período de guerras 1808 a 1825, quando o mesmo foi reconhecido país pela Grã-Bretanha e por Portugal.

Entretanto, logo depois da independência, mantê-la foi um problema bastante difícil, principalmente nos locais nos quais ainda havia tropas do exército português, províncias como Cisplatina, Grão-Pará, Bahia, Piauí e Maranhão.

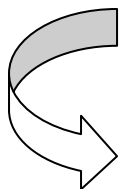
Assim, o governo brasileiro, adotou medidas mais severas, pela ordem de executá-la ao Ministro José Bonifácio, tais como: compra de Armas, contratação e formação de um exército nacional e contratação até de mercenários, destarte a autorização da guerra do corso contra Portugal. Portanto, vamos comentar algumas campanhas de intervenção nas Províncias.

➤ **Campanha na Cisplatina**

Bloqueando Montevideu(Região do Uruguai), D João VI, encaminha o Barão de Laguna, que expulsa as tropas Portuguesas da Região

➤ **A campanha na Província da Bahia**

Na Província da Bahia, a área tradicionalmente produtora de açúcar e de tabaco do recôncavo, dominada pelos grandes latifundiários escravistas, desde cedo se manifestara pela causa brasileira, sob a liderança da vila de Cachoeira. A capital da Província, Salvador, então ocupada pelas tropas do Exército português sob o comando de Inácio Madeira de Melo, mantinha os laços com a Metrópole.



ATENÇÃO!

Com a divulgação da notícia da proclamação da Independência, as vilas do Recôncavo baiano, sob a liderança da vila de Cachoeira, em cuja Câmara Municipal se instalou um governo interino, mobilizaram-se para expulsar as tropas portuguesas entrincheiradas em Salvador, reforçadas desde os acontecimentos que haviam culminado no Dia do Fico (9 de Janeiro de 1822). Esse processo de reforço de tropas foi marcado por diversos incidentes em Salvador, entre os quais o assassinato, por soldados portugueses, da abadessa do Convento da Lapa, Sórora Joana Angélica de Jesus (19 de Fevereiro).

Para apoiar e reforçar a ação brasileira na região, o governo brasileiro despachou, da Corte, alguns navios sob o comando de Rodrigo de Lamare, conduzindo tropas e suprimentos, inclusive um oficial experimentado nas campanhas napoleônicas, Pedro Labatut. Este efetivo desembarcou em Maceió, nas Alagoas, de onde seguiu, por terra, para a Bahia. Durante a marcha, o contingente foi reforçado por efetivos vindos de Pernambuco, do Rio de Janeiro e do amplo voluntariado que se abriu no Recôncavo.

Entre esses voluntários destacaram-se nomes como os de Maria Quitéria, no Batalhão dos Periquitos, criado pelo avô do poeta Castro Alves - José Antônio da Silva Castro -, assim denominado pelo predomínio da cor verde em sua farda. De

Portugal, foram enviados 2.500 homens para reforçar as tropas de Madeira de Melo. A este efetivo juntaram-se elementos da Divisão Auxiliadora, que se retirava do Rio de Janeiro.

As vitórias brasileiras nas batalhas de Cabrito e de Pirajá (8 de Novembro de 1822), bem como o fracasso na tentativa portuguesa de ocupação da ilha de Itaparica (7 de Janeiro de 1823), tornaram cada vez mais difícil o sustento da posição por parte do Exército português. Diante do bloqueio naval de Salvador, imposto pela esquadra imperial sob o comando de Lord Thomas Cochrane, complementado pelo bloqueio terrestre, que conjugados, impediam o suprimento do efetivo luso, Madeira de Melo foi forçado a capitular, abandonando a cidade (2 de Julho), então ocupada pelas tropas brasileiras. Na ocasião foram aprisionadas várias embarcações de bandeira portuguesa, e os demais perseguidos até às proximidades de Lisboa.

➤ **A campanha no Piauí / Maranhão**

Na então Província do Piauí, tradicional produtora de gado, a burguesia comercial e mesmo os proprietários de terras, estavam ligados à Metrópole, inclusive por laços de sangue. Aqui, a adesão à Independência do Brasil foi proclamada na vila de Parnaíba. O interior e a capital, Oeiras, permaneceram sob o controle de tropas do Exército português sob o comando de João Fidié. Mesmo diante do recebimento de reforços vindos da então Província do Ceará, as tropas brasileiras foram inicialmente derrotadas na batalha de Jenipapo (1823). Outras localidades, entretanto, manifestaram a sua adesão à Independência, alcançando a vitória quando Fidié se deslocou para apoiar a resistência portuguesa na vila de Caxias, no Maranhão.

Também na Província do Maranhão, as elites agrícolas e pecuaristas se ligavam à Metrópole. Foi da Junta Governativa da Capital, São Luís, que partiu a iniciativa da repressão ao movimento da Independência no Piauí. Controlava ainda a região produtora do vale do rio Itapicuru, onde o principal centro era a vila de Caxias. Esta foi a localidade escolhida por Fidié para se fortificar após a vitória em Jenipapo, no Piauí, e onde veio a ser cercado pelas tropas brasileiras, compostas por contingentes oriundos do Maranhão, do Piauí e do Ceará, vindo a capitular. São Luís, bloqueada por mar pela esquadra de Lord Thomas Cochrane, foi obrigada a aceitar a Independência.

➤ A campanha no Pará

Na então Província do Grão-Pará, a burguesia comercial e os proprietários de terra também se encontravam profundamente ligados à Metrópole. Aqui, John Grenfell, subordinado a Lord Cochrane, impôs a aceitação da Independência também recorrendo ao bloqueio naval, sob ameaça de bombardear a Capital, Belém (15 de Agosto). Tendo sido eleita uma Junta Governativa (17 de Agosto), explodiu uma violenta reação popular, que obrigou Greenfell a desembarcar tropas e efetuar prisões em massa, visando restabelecer a ordem pública. A 19 de Agosto, sem que houvessem cárceres suficientes em terra, a pedido da Junta, Greenfell autorizou encerrar nos porões do brigue São José Diligente (depois Palhaço), duzentos e cinqüenta e sete detidos, onde todos, menos um (duzentos e cinquenta e seis, menos quatro, em outras fontes) morreram asfixiados. Embora posteriormente Grenfell tenha se defendido argumentando não ter ordenado o massacre, também nada fez para responsabilizar ou punir os responsáveis. Os combates da Guerra da Independência serviram como batismo de fogo para o jovem Luís Alves de Lima e Silva, futuro duque de Caxias.

LEITURA COMPLEMENTAR: a guerra do Paraguai

A Guerra do Paraguai teve seu início no ano de 1864, a partir da ambição do ditador Francisco Solano Lopes, que tinha como objetivo aumentar o território paraguaio e obter uma saída para o Oceano Atlântico, através dos rios da Bacia do Prata. Ele iniciou o confronto com a criação de inúmeros obstáculos impostos às embarcações brasileiras que se dirigiam a Mato Grosso através da capital paraguaia.

Causas

Visando a província de Mato Grosso, o ditador paraguaio aproveitou-se da fraca defesa brasileira naquela região para invadi-la e conquistá-la. Fez isso sem grandes dificuldades e, após esta batalha, sentiu-se motivado a dar continuidade à expansão do Paraguai através do território que pertencia ao Brasil. Seu próximo alvo foi o Rio Grande do Sul, mas, para atingi-lo, necessitava passar pela Argentina. Então, invadiu e tomou Corrientes, província Argentina que, naquela época, era governada por Mitre.

Reação da Tríplice Aliança

Decididos a não mais serem ameaçados e dominados pelo ditador Solano Lopes, Argentina, Brasil e Uruguai uniram suas forças em 1º de maio de 1865 através de acordo conhecido como a Tríplice Aliança. A partir daí, os três países lutaram juntos para deterem o Paraguai, que foi vencido na batalha naval de Riachuelo e também na luta de Uruguiana.

Batalhas e liderança de Duque de Caxias

Esta guerra durou seis anos; contudo, já no terceiro ano, o Brasil via-se em grandes dificuldades com a organização de sua tropa, pois além do inimigo, os soldados brasileiros tinham que lutar contra o falta de alimentos, de comunicação e ainda contra as epidemias que os derrotavam na maioria das vezes. Diante deste quadro, Caxias foi chamado para liderar o exército brasileiro. Sob seu comando, a tropa foi reorganizada e conquistou várias vitórias até chegar em Assunção no ano de 1869. Apesar de seu grande êxito, a última batalha foi liderada pelo Conde D'Eu (genro de D. Pedro II). Por fim, no ano de 1870, a guerra chega ao seu final com a morte de Francisco Solano Lopes em Cerro Cora.

Motivos da participação da Inglaterra

Antes da guerra, o Paraguai era uma potência econômica na América do Sul. Além disso, era um país independente das nações européias. Para a Inglaterra, este país era um exemplo que não deveria ser seguido pelos demais países latino-americanos, que eram totalmente dependentes do império inglês. Foi por isso, que os ingleses ficaram ao lado dos países da Tríplice Aliança, emprestando dinheiro e oferecendo apoio militar. Era interessante para a Inglaterra enfraquecer e eliminar um exemplo de sucesso e independência na América Latina.

Consequências

- A indústria paraguaia ficou arrasada após a guerra. O Paraguai nunca mais voltou a ser um país com um bom índice de desenvolvimento industrial e econômico, pelo contrário, passa até hoje por dificuldades políticas e econômicas.

- Cerca de 70% da população paraguaia morreu durante o conflito, sendo que a maioria dos mortos eram homens;

- Embora tenha saído vitorioso, o Brasil também teve grandes prejuízos financeiros com o conflito. Os elevados gastos da guerra foram custeados com empréstimos estrangeiros, fazendo com que aumentasse a dívida externa brasileira e a dependência de países ricos como, por exemplo, da Inglaterra;

- Com a guerra, o exército brasileiro ficou fortalecido no aspecto bélico, pois ganhou experiência e passou por um processo de modernização. Houve também um importante fortalecimento institucional. Do ponto de vista político, o exército também saiu fortalecido e passou a ser uma importante força no cenário político nacional.

In <http://www.brasilecola.com/historiab/guerra-paraguai.htm>: acesso em 16/10/2011



Alguns eventos importantes do período De transição: Brasil colônia/Brasil nação

Apesar da imensa gama de eventos a destacar: farroupilha, balaida, dentre outros, dei destaque a inconfidência mineira por se tratar de um vento com uma carga ideológica bem mais acentuada, na minha concepção, que as demais; principalmente por se tratar de um evento em que o pensamento republicano já era visto como uma possível saída, para uns ou entraves para outros. Eis o que podemos retirar de reflexão sobre o tema.

Sobre questões relativas ao papel da inconfidência mineira, vou utilizar o texto de Furtado publicado em *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, nº42, p. 343-363. 2001, in: www.scielo.org acesso em 27/09/2011

Fichamento: Uma república entre dois mundos: Inconfidência Mineira, historiografia e temporalidade

João Pinto Furtado

Universidade Federal de Minas Gerais

Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 21, n°42, p. 343-363. 2001

(...) Discutindo a construção do objeto de estudo, bem como a metodologia de trabalho do historiador, Lucien Febvre já nos advertia, no início do século XX, para um dos principais cuidados que devem presidir o trabalho da historiografia contemporânea: o historiador de ofício precisa sempre evitar o maior dos pecados, o anacronismo, terrível deslize metodológico que reduz duas épocas distintas a uma mesma significação. O pressuposto da afirmativa é o de que acontecimentos históricos pontuais só se tornam inteligíveis a partir do conhecimento mais amplo de todo o complexo histórico que os engendrou, tanto no que respeita a seus aspectos mais propriamente objetivos, quanto até mesmo no que respeita à sintaxe e semântica dos termos empregados. A esta opção metodológica está visceralmente ligada a noção de “aparelhagem mental”, uma conceituação que preceitua identificar e analisar os instrumentos disponíveis numa dada sociedade, para formulação das representações e problemas da mesma. Portanto, explícita é a formulação de que estabelecer uma relação com o passado é estabelecer um diálogo entre duas épocas distintas e, nesse sentido, quando vamos trabalhar com as interpretações e conceitos comumente associados à Inconfidência Mineira é preciso não perder de vista o fato de que, embora palavras e elementos de linguagem de diferentes épocas se aproximem e possam ser associados e utilizados como elementos de investigação e demonstração analógica, não podem ser reduzidos à mesma significação. É preciso, nesse caso, colocar sob suspeição alguns termos que se tornaram cânones no pensamento político contemporâneo mas que, no século XVIII, ainda não possuíam a conotação que hoje lhes damos.

É preciso estudar as estruturas lingüísticas, as estruturas de pensamento, o conhecimento disponível e os conceitos, as formas de sensibilidade e percepção dos temas de debate e intervenção. O historiador, ávido por “interpretar” e se imiscuir numa época da qual só sobraram alguns fragmentos, deve lançar mão de quaisquer recursos que estejam à sua disposição e, nesse sentido, pensar também nas diferentes leituras que se empreenderam sobre o tema em perspectiva histórica, as quais estão em estreita relação com as práticas sociais mais imediatas que as instituíram(...). (op cit.p. 2)

Malgrado as inúmeras diferenças, intelectuais e cronológicas que separam os diversos autores e correntes, procuramos introduzir aqui uma exposição breve e panorâmica exatamente para destacar que há uma longa tradição de debates no que tange à construção

dos conceitos de república, sistema representativo e democracia. Nessa longa trajetória, os inconfidentes de Minas estariam situados, precisamente, num momento de redefinição. Tiveram acesso, segundo pode ser documentado pelos “Autos de Seqüestro da Inconfidência Mineira” e pelos depoimentos registrados nos “Autos de Devassa da Inconfidência Mineira”, aos textos de Montesquieu, ao *Recueil des lois constitutives* ao texto do abade Raynal. Havendo, como há, muitos pontos divergentes entre as várias

concepções evocadas por cada um, precisamos tentar identificar, a partir de análise de alguns dos fragmentos do discurso inconfidente, como poderiam ter sido apropriados nas Minas setecentistas.(OP CIT PÁG 5)

Os inconfidentes de Minas não pareciam ter ido muito além da proposta de constituição de uma República que ficasse circunscrita a um exíguo padrão espacial. Igualmente parecem não ter avançado muito no que concerne à criação de um sistema de governo que fosse um pouco mais participativo e aberto nos termos de uma democracia direta. Mesmo na Europa e na América do Norte, potências geradoras de muitas destas influências e leituras, apenas se insinuava o acréscimo, à dupla articulação de Cícero (consenso *iuris ecommunionis utilitatis*), de uma terceira variável, que depois disso seria o grande tema da modernidade: a questão da soberania popular . (op cit p. 07)

As premissas liberais de concepção e organização do Estado, o aparato legislativo referente à forma de governo e a concepção de sistema representativo ali ensaiadas e expressas no *Recueil* não parecem ter se constituído sequer em referência de discussão para os inconfidentes de Minas.(op cit .p. 8)

Há que se considerar, portanto, com alguma atenção, o fato de que a Inconfidência Mineira se deu num contexto de transição e que o movimento era fortemente marcado pela defesa de privilégios estamentais anteriormente obtidos e tidos como objeto de recuperação por vários dos protagonistas. Celso Lafer, em artigo publicado por ocasião do centenário da República no Brasil lembra, oportunamente, que na maior parte das línguas germânicas o termo República esteve associado à idéia de comunidade (*commonwealth*). Nas línguas neolatinas, por outro lado, sobretudo a partir de Nicolau Maquiavel, foi com freqüência associada a idéias de situação *status*, evoluindo posteriormente para o próprio conceito de Estado.(op. cit . p. 11)

Tomemos aqui algumas evidências que corroboram nosso argumento. Existem inúmeras referências no *Recueil* que aludem à observância de alguns dos princípios esboçados por Locke em seu “Segundo tratado sobre o governo civil”,(op.cit. p. 13)

Quanto ao primeiro subitem, acerca do acesso de detentores de renda do Estado ao sistema de representação, lembremos o fato de que homens como Gonzaga, Cláudio, Alvarenga e Vieira, tidos como os legisladores e lideranças intelectuais do levante, tinham (ou tiveram) ligação visceral com o Estado português até, pelo menos, início da

década de oitenta do século XVIII. Cláudio Manoel da Costa fora nomeado para diversos cargos públicos, só abandonando a carreira burocrática em 1773. Alvarenga Peixoto sempre ocupara postos públicos remunerados seguramente até a gestão de d. Rodrigo José de Meneses (1780-1783).(op cit. p. 14)

Tomás Antônio Gonzaga, sempre citado como, dentre todos, o maior legislador e inquestionável liderança, estava nomeado para cargo público na Bahia e dependia inexoravelmente das rendas do Estado para sobreviver. Seu patrimônio pessoal se assemelhava, quali-quantitativamente, ao do guarda-livros de João Rodrigues de Macedo, ou ao de oficial de média patente Tiradentes. Não possuía escravos ou qualquer outro bem que lhe pudesse atribuir renda, o que inviabilizaria sua sobrevivência política apenas a partir do dispêndio de seu patrimônio.(...)

É pouco provável que fosse aderir às teses do Recueil. É pouco provável que abrisse mão tanto de sua ascendência sobre a nova República quanto de eventual renda que dela partisse.(...)

Quanto ao segundo subitem, relativo à desmilitarização em tempos de paz, mencione-se o fato de que alguns dos principais argumentos de convencimento utilizados por Tiradentes e José Alvares Maciel entre os conjurados eram ligados às instruções de Martinho de Melo e Castro (janeiro de 1788), as quais, tratando da dissolução dos regimentos auxiliares e reorganização das tropas regulares, feririam poderosos interesses na Capitania. (op. cit. 15)

Por outro lado, alguns inconfidentes propuseram que todos pudessem usar cetins, o que poderia prenunciar a busca de maior igualdade entre os homens e a ruptura com certos padrões do Antigo Regime. Os próprios termos em que o argumento é vazado, contudo, espelham o fato de que, na América portuguesa, ainda haveria um longo percurso a ser trilhado e muitas mediações a serem feitas. É o padre Toledo quem nos sugere esta interpretação. Teria apresentado, em depoimento a 27 de novembro de 1789, como proposta do levante, a idéia de que os nobres, ainda ascendendo sobre “os povos” ou “as gentes”, deveriam ser um exemplo para os de “inferior qualidade”. Relata o padre que “os nobres não haviam de vestir senão das fazendas próprias do País, e que os de inferior qualidade vestiriam das que quisessem, e deixava-se-lhes essa liberdade na esperança de que estes seguiriam o exemplo daqueles”. Os dados apresentados são expressão de uma situação e época de transição. Em 1788-89, a ordem liberal ainda em construção; apenas se prefigurava nos continentes europeu e americano. Em ritmos e sob formatos e roupagens diferentes, “ganhava” diferentes regiões e adeptos. Se foram identificadas, entre os inconfidentes, tantas evidências do exemplo norte-americano no que tange à demonstração da exequibilidade de uma independência das Minas, diríamos, por outro lado, que o

referencial político a ser adotado nas Minas não era predominantemente o que se consagraria entre os americanos do norte.(op.cit. 17)

O que essas asserções sugerem é o fato de que, para além do contraponto entre Monarquia e República, o que se deve considerar na análise da Inconfidência Mineira é, sobretudo, o contraponto despotismo/tiranía x governo justo tal como na concepção construída por Cícero. Não era de soberania do povo e vontade geral, no sentido liberal contemporâneo, que falavam os inconfidentes de Minas.(...)

Falavam com mais frequência de interesses individuais e identidades estamentais. De todo o exposto, fica a sugestão de que, dentre o repertório político disponível, os inconfidentes teriam feito heterodoxa leitura. De Raynal e dos “americanos ingleses” beberam a ideologia e práticas anticoloniais. De Montesquieu, provavelmente beberam algumas teses selecionadas. Se, por um lado, trabalharam no horizonte de uma república, ainda que de reduzidas dimensões, por outro, pouco avançaram na discussão do tema da participação política ou da tripartição de poderes, elementos fundantes da república representativa e uma das maiores contribuições de Montesquieu ao pensamento político. Do ponto de vista jurídico, outro dos aspectos mencionados por nosso autor, não se conhecem evidências de que os inconfidentes procurassem tratar o tema em perspectiva que nem sequer introduzisse o tema da cidadania ou da igualdade jurídica nas acepções contemporâneas. Em último lugar, se Montesquieu, acerca das diferentes forças de integração social que articulam as formas de governo, nos afirma que “na República é a virtude que leva os cidadãos a antepor o bem do Estado ao interesse particular; e na monarquia é o senso de honra da nobreza que é sustentáculo, e ao mesmo tempo limite do poder do rei”,³² diríamos que na Inconfidência de 1789 há um permanente jogo de trocas entre virtude e honra, que entendido no contexto setecentista mineiro, dificilmente separa com clareza interesses públicos e virtudes privadas, ou vice-versa. Em suma, do ponto de vista estritamente espacial, o levante se circunscrevia à Capitania de Minas Gerais e não se referia, portanto, à emancipação política do país ou a um projeto de nação em sentido contemporâneo. O apelo republicano, por seu turno, esteve estreitamente associado a uma definição relativamente circunscrita no seu tempo e que, por sua vez, representa um momento de transição no pensamento político ocidental. Quanto à natureza do levante em relação ao grau de ruptura ou radicalismo que se pretendia, ou seja, se era um movimento “reformista”, “revolucionário”(op.cit .p.21)



BRASIL DO SÉCULO XIX AO SÉCULO XX: PROGRESSO OU RETROCESSO?

Para darmos continuidade aos eventos ideológicos e discursivos do nosso desenvolvimento, agora pós- república e século XX apresentaremos uma resenha de Francisco de Oliveira sobre o desenvolvimento brasileiro.

RESENHA

A ECONOMIA BRASILEIRA: CRÍTICA À RAZÃO DUALISTA. ECONOMY POLITICIZES: CRITICIZES THE DUALIST REASON

Antonia de Abreu Sousa¹

O livro, *A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*, de Francisco de Oliveira, foi publicado em 1972, pela editora dos Novos Estudos do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP. Essa obra faz parte do restrito grupo de livros considerados clássicos no entendimento da formação e da estrutura da sociedade burguesa brasileira. Pode ser considerada a primeira grande tentativa de ler o Brasil moderno, com base nas dinâmicas e tensões da acumulação capitalista, em um diálogo criativo com O Capital. Nesse sentido, ele se insere no campo marxista formulado por Caio Prado Júnior, que concebeu a formação do Brasil desde o início no contexto da expansão do capitalismo comercial europeu.

Particularmente, a obra de Francisco de Oliveira constitui aporte para o pensamento de esquerda no confronto com outras interpretações teóricas principalmente

com as elaborações conceituais da matriz weberiano-cultural. Assim sendo *Crítica à Razão Dualista* tem como objetivo fundar ou refundar uma leitura marxista da história do Brasil moderno, isto é, entende-la no sentido rigoroso da reposição e recriação das condições de expansão do sistema como modo capitalista de produção e suas formas não clássicas da revolução burguesa e, ainda, participar do movimento de destruição/criação das interpretações do Brasil, então formuladas, ou em curso, no âmbito do CEBRAP, tendo como centro o nacionaldesenvolvimentismo.

A tese central de *Crítica à Razão Dualista* é, portanto, de que a originalidade nacional está no fato de que “a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo” (OLIVEIRA, 1988, p. 36), configurando uma relação não apenas desigual, mas combinada. O primeiro tema tratado, por Francisco de Oliveira, é sobre a funcionalidade do atraso no desenvolvimento capitalista brasileiro. O autor parte do conjunto de medidas, tomadas, de início, em 1930, para facilitar a industrialização brasileira – a criação das leis trabalhistas, a transferência de excedentes da atividade agroexportadora para a indústria, a expansão da infra-estrutura e das empresas estatais e a articulação entre a entrada de capitais estrangeiros e a expansão das empresas privadas nacionais – tinha como finalidade implantar uma política de Estado para favorecer a acumulação burguesa. Oliveira (1988) compreende a Revolução de 1930, liderada por Vargas, como a revolução burguesa não clássica, isto é, sem rompimento com a estrutura agrária anterior e encimada pelo Estado. É assim que para introduzir um novo modo de acumulação qualitativamente distinto, o nacional modelo agrário passou a industrial – tendência que se concretizou com a predominância de participação na renda interna – com início em 1956.

Oliveira (1988) chama atenção da importância da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT – para o avanço da industrialização no País, intervindo o Estado brasileiro para fomentar o modo de produção capitalista e promover sua expansão. Na medida em que

nossas classes burguesas são débeis, criou uma política salarial ratificada pela legislação trabalhista de rebaixamento do conjunto de assalariados – de tal modo que permitiu à burguesia um espaço significativo para o incremento do capital.

Se por um lado o Estado deprimiu o salário, depreciando sobremaneira o nível de vida das classes trabalhadoras, de outra parte configurou as bases da descomunal concentração de capital nas mãos de um setor capitalista.

Como Oliveira analisou, a base capitalista relativamente pobre e a falta de perspectivas de restaurar um modo de acumulação vinculado à divisão internacional do trabalho, condições existentes entre 1930 e 1945, fizeram com que a industrialização só fosse viável mediante a ativa promoção estatal que resultasse em expressiva transferência de renda dos agroexportadores para a burguesia industrial. Esta transferência foi viabilizada pelo apoio popular obtido por meio de pacto populista, o qual, em contrapartida, permitiu a reprodução das formas que caracterizam processos de acumulação primitiva no campo, pois, ao se excluir o mundo rural da CLT, vitou-se uma acentuada redução dos excedentes apropriados pelos proprietários rurais. Assim sendo, os trabalhadores rurais e a maioria dos ocupados no terciário não foram inseridos no novo estatuto do trabalho a CLT, reproduzindo formas de exploração do trabalho prévias à fase monopolista do capitalismo.

O autor de *Crítica à Razão Dualista* informa que a criação da CLT resultou na estruturação do mercado de trabalho no Brasil, pois estipulou padrões salariais que viabilizaram o cálculo empresarial e fomentou a formação de um amplo “exército industrial de reserva”.

Francisco de Oliveira, explicando a especificidade do desenvolvimento capitalista brasileiro, contesta a tese da chamada “substituição de importações”, visão errada da CEPAL, de que o desenvolvimento do capital e sua valorização se realizariam no “mercado” com a dinâmica dos preços, ou seja, o argumento está em que um dos elementos constitutivos da industrialização brasileira a substituição das importações, pautava-se nas necessidades do consumo, e não nas necessidades da produção. A consequência dessa tese é o desprezo pela divisão da sociedade em classes como motriz do desenvolvimento capitalista (este tipo de abordagem da CEPAL, balizado pela economia-neoclássica, que prescreve deixar a economia encontrar o seu equilíbrio por si mesma, tem como característica a crítica contra a teoria do valor de Marx, enfatizando o aspecto do consumo, considerado pelos cepalinos como fundamento para a evolução da (sociedade moderna).

A tese do autor que oferece crítica à teoria dualista ou estruturalista, demonstrou que o desenvolvimento brasileiro não ocorreu pela substituição de importações, mas pela possibilidade de acumulação, o que procura ser mostrado mediante os seguintes elementos: a) a regulação das leis de relação entre trabalho e capital; b) intervenção do Estado na economia; c) papel da agricultura; d) formação do setor industrial e, e) inchaço do setor terciário como modo de acumulação do espaço urbano. O segundo tema, tratado pelo autor, enfoca o moderno capitalismo brasileiro enfocando o setor agrícola, informal, excesso de trabalho e barateamento da força de trabalho. Para Francisco de Oliveira as bases econômicas e materiais da industrialização contaram com a fixação do salário mínimo e a formação do programa de produção de bens de consumo duráveis e de capital.. Assim o Brasil rumou para modernização capitalista. A função da agricultura de subsistência e de seu excedente articulou-se dialeticamente com a disposição de acumulação concentrada de capital, formando um processo combinado, já que o conjunto das relações modernas de produção capitalista se apropriava e se apoiava no atraso expressado pelo setor agrícola. Sobre esse ponto ocorre uma das inflexões importantes com respeito à tradição interpretativa cepalina sobre a função da agricultura de subsistência para a acumulação interna de capital. Aqui, a CEPAL havia parado na tese do setor atrasado como obstáculo ao desenvolvimento.

Sumariando a tese defendida por Francisco de Oliveira, pode-se dizer que a não superação da problemática de teor agrário permitiu a manutenção da força de trabalho a níveis reduzidíssimos, circunstância esta que assentiu em uma acumulação de capital e em um incremento industrial com maior intensidade e viabilidade. Portanto, pode-se, então, entender que a agricultura atrasada financiava a agricultura moderna e a industrialização. Ainda de acordo com o autor, a prevalência de mecanismos de atraso no sistema agrícola forneceu para os centros urbanos industrializados um enorme contingente de mão-de-obra e uma expansão do exército industrial de reserva. Evidencia-se a repressão sistemática sobre os salários como pilar da expansão capitalista brasileira. Desse modo, é de Francisco de Oliveira o mérito de desvendar as relações efetivas entre esses elementos constitutivos do desenvolvimento capitalista no Brasil. Esse conjunto de imbricações entre agricultura de subsistência, sistema bancário, financiamento da acumulação industrial e barateamento da reprodução da força de trabalho nas cidades constituía o fulcro da expansão capitalista, que havia deixado de ser percebido pela teorização cepalina.

Para Francisco de Oliveira o sistemático e ostensivo rebaixamento do custo a força de trabalho foi completado por um relacionamento urbano caótico e antidemocrático (já que a questão habitacional era um dos elementos constitutivos das demandas democráticas) para as classes trabalhadoras, de modo a reduzir o custo de reprodução da força de trabalho, mediante a criação de mutirões (e hoje de centros habitacionais nas periferias), invariavelmente realizados pelos próprios proprietários, impossibilitando a exigência de melhores salários e condições de vida mais dignas para o conjunto da classe trabalhadora.

A tese de Oliveira, em *Crítica da Razão Dualista*, é a expansão das formas capitalistas modernas não só não era impedimento para existência de formas socioeconômicas atrasadas, como delas se alimentava para manter ou elevar as taxas de lucro.

Oliveira observa que a expansão capitalista se intensificou e aprofundaram-se suas contradições – no Governo Kubitschek e na economia pós-1964. O plano de metas de Juscelino (cinquenta anos em cinco), balizado pela aceleração da industrialização, teve de recorrer a financiamentos externos, tornando nossa economia ainda mais dependente; na ditadura militar, o nível das contradições aumentou, na medida em que a dependência externa cresceu com as necessidades de incremento da economia. De acordo com o autor, as redefinições ocorridas sob o regime militar não caracterizavam uma revolução econômica burguesa, pois indicavam muito mais a continuidade de processos de contra-revolução (como a dependência externa, a concentração de renda e a reprodução das relações de subordinação política e pessoal no campo, entre outros).

O diferencial entre os dois momentos, de acordo com Francisco de Oliveira, é que a partir de 1964, com a monopolização da economia e a intensificação dos empréstimos externos, apareceram com maior peso no sistema econômico brasileiro os setores financeiros ligados ao mercado de capitais, dando início “à precoce hegemonia do capital financeiro”; lembrando ainda que a característica fundante da política econômica e da “política” propriamente dita na ditadura militar foram a contenção repressiva do salário e a opressão política sobre os trabalhadores; ou seja, a ditadura foi o instrumento utilizado pela burguesia para levar ao extremo esse processo que vem da própria constituição do capitalismo nacional.

É assim, que o tratamento dado por Oliveira a processos que conceituou como contra-revolucionários parece permitir tratar como revoluções econômicas burguesas as transformações que impulsionaram a expansão das formas mais modernas do capitalismo no Brasil. Em especial, a combinação entre expansão do capitalista monopolista e a recriação de processos típicos da acumulação primitiva sugeriu analisar a dinâmica capitalista brasileira com arrimo dialética revolução-contra-revolução econômica burguesa.

¹ Doutoranda em Educação Brasileira na Universidade Federal do Ceará; mestra em Educação; pesquisadora do Laboratório de Estudos sobre Trabalho e Qualificação

Profissional – LABOR; pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em Educação Profissional – NUPEP; pedagoga no Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFETCE

REFERÊNCIA

In: <http://www.revistalabor.ufc.br/Textos/resenha.pdf>: acesso em 11/10/2011

UNIDADE III

OBJETIVOS GERAIS

- Fazer um mapeamento social, cultural e econômico do século XIX e XX, apontando para o papel ideológico da noção de nação e identidade construída no Brasil

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Apresentar os principais dados a cerca da educação no Brasil, do pensamento social brasileiro e América Latina

EDUCAÇÃO NO BRASIL

A História da Educação Brasileira não é uma História difícil de ser estudada e compreendida. Ela evolui em rupturas marcantes e fáceis de serem observadas (BELLO, 2010). Por isso, reconstruiremos o processo histórico de constituição da educação, com ênfase em alguns aspectos sociais e culturais da sociedade brasileira.

Primórdios da educação no Brasil: o período jesuítico

Os jesuítas foram os principais educadores de quase todo o período colonial, atuando, aqui no Brasil, de 1549 a 1759 (VEIGA, 2004).

No contexto de uma sociedade de economia agrário-exportadora-dependente, explorada pela Metrópole, a educação não era considerada um valor social importante. A tarefa educativa estava voltada para a catequese.

Os indicadores de penetração da Pedagogia Tradicional mantinham a visão essencialista do homem, não como criação divina, mas aliada à noção de natureza humana, essencialmente racional. Essa vertente inspirou a criação da escola pública, laica universal e gratuita (SAVIANI, 1998).

O autor supracitado ainda explana que as teorias pedagógicas da época enfatizavam o ensino humanístico de cultura geral, centrada no professor, que transmitia a todos os alunos indistintivamente a verdade universal e enciclopédica. A relação pedagógica que se desenvolvia de forma hierarquizada e verticalista, onde o aluno era educado para seguir atentamente a exposição do professor.

Assim, rigorosos na disciplina, os jesuítas desenvolveram cuidadosa prática pedagógica para orientar a atuação de professores. Privilegiavam a tradição clássica, dando ênfase a cultura colonial, preferiam o ensino do latim às línguas vernáculas e, indiferentes às críticas feitas à filosofia medieval, permaneceram fiéis ao pensamento filosófico de Aristóteles e de Santo Tomás de Aquino. Alheios à disputa entre racionalistas e empiristas, recusavam-se tratar das descobertas de Galileu e Kepler. Ignoraram e condenaram Descartes, que, aliás, foi um de seus ilustres alunos. Deram pouca importância à história, à geografia e à matemática, enfatizando a retórica e os exercícios de erudição. Para Aranha (2006, p. 113):

Configuraram-se aí as linhas mais rígidas da chamada escola tradicional, que criou um universo exclusivamente pedagógico, separado da vida e preservado do mundo. Temperada pela clausura, pela renúncia e pelo sacrifício, impunha a disciplina por meio da vigilância total. O esforço individual era estimulado por atividades competitivas, como torneios intelectuais e emulações constantes, incentivadas por prêmios e punições.

Essa escola que nascia visava controlar os impulsos naturais da criança, para lhe ensinar virtudes morais consideradas adequadas aos novos tempos. Além da rígida formação moral, o regime de trabalho era rigoroso e extenso, baseado nos estudos humanísticos, com destaque para a cultura greco-latina e o ensino da língua vernácula. Tal fato incorporou o mecanismo cultural cosmopolita da visão do europeu sobre a vida social, transformando os aspectos culturais das sociedades existentes no Brasil como as sociedades indígenas.

Portanto, no Brasil colônia prevaleceu a educação humanista dos padres da Companhia de Jesus (ARANHA, 2006). Os jesuítas se empenhavam no trabalho de catequese dos índios e fundaram inúmeras “escolas de ler e escrever”, mas

deram maior ênfase à escola secundária, destinada aos filhos dos colonos e ao encaminhamento dos futuros padres. O descaso pela educação popular se explica pela vigência de uma economia dependente exclusivamente agrária, que não exigia mão de obra qualificada.

Período Pombalino

Após os jesuítas, não ocorreram no país grandes movimentos pedagógicos, como foram poucas as mudanças sofridas pela sociedade colonial e durante o Império (VEIGA, 2004).

Através do alvará de 28 de junho de 1759, ao mesmo tempo em que suprimia as escolas jesuíticas de Portugal e de todas as colônias, Pombal criava as aulas régias de Latim, Grego e Retórica. Criou também a Diretoria de Estudos que só passou a funcionar após o afastamento de Pombal. Cada aula régia era autônoma e isolada, com professor único e uma não se articulava com as outras (BELLO, 2010).

O plano de instrução era consubstanciado no *Ratio Studiorum*, cujo ideal era a formação do homem universal, humanista e de cultura geral, enciclopédico e alheio à realidade da vida da colônia (VEIGA, 2004). Esses eram os alicerces da Pedagogia Tradicional na vertente religiosa que, de acordo com Saviani (1998, p. 12), “é marcada por uma visão essencialista do homem, isto é, o homem constituído por uma essência universal imutável”.

Os professores eram geralmente mal preparados para a função, já que eram improvisados e mal pagos. Eram nomeados por indicação ou sob concordância de bispos e se tornavam "proprietários" vitalícios de suas aulas régias.

Brasil Império

Por todo o Império, incluindo D. João VI, D. Pedro I e D. Pedro II, pouco se fez pela educação brasileira e muitos reclamavam de sua qualidade ruim (BELLO, 2010).

Assim, com a vinda da família real para o Brasil, a ênfase recaiu na criação de escolas de nível superior, descuidando-se dos demais níveis. Permanecia a visão aristocrática do ensino, com alguma diversificação quanto à pequena

burguesia, que então se ocupava nas cidades com o comércio e a burocracia (ARANHA, 2006).

Esse novo segmento aspirava *status* por meio de acesso à educação da elite, desprezando qualquer formação que lembrasse a classe menos favorecida.

Entretanto, após a Proclamação da Independência, como persistia o regime de escravidão e continuava o modelo econômico agrário-exportador dependente, o quadro educacional permanecia inalterado. Apenas um incipiente ensino profissional era ministrado nas escolas de artífices, nas quais se despejavam crianças órfãs ou abandonadas (ARANHA, 2010).

Primeira República

A República proclamada adota o modelo político americano baseado no sistema presidencialista. Na organização escolar percebe-se influência da filosofia positivista.

A Reforma de Benjamin Constant tinha como princípios orientadores a liberdade e laicidade do ensino, como também a gratuidade da escola primária. Estes princípios seguiam a orientação do que estava estipulado na Constituição brasileira (BELLO, 2010).

Uma das intenções desta Reforma era transformar o ensino em formador de alunos para os cursos superiores e não apenas preparador. Outra intenção era substituir a predominância literária pela científica (BELLO, 2010).

Neste aspecto, a escola busca disseminar uma visão burguesa de mundo e sociedade, a fim de garantir a consolidação da burguesia industrial como classe dominante.

Esta Reforma foi bastante criticada: pelos positivistas, já que não respeitava os princípios pedagógicos de Comte; pelos que defendiam a predominância literária, já que o que ocorreu foi o acréscimo de matérias científicas às tradicionais, tornando o ensino enciclopédico (BELLO, 2010).

Segunda República

A década de 1920, marcada pelo confronto de ideias entre correntes divergentes, influenciadas pelos movimentos europeus, culminou com a crise econômica mundial de 1929. Esta crise repercutiu diretamente sobre as forças produtoras rurais que perderam do governo os subsídios que garantiam a produção (BELLO, 2010). Porém, no Brasil do início do século XX, diferentemente de outras nações, continuava o altíssimo índice de analfabetismo em uma população predominantemente rural, o que demonstra descaso pela educação elementar.

Todavia, a Revolução de 30 foi o marco referencial para a entrada do Brasil no mundo capitalista de produção. A acumulação de capital, do período anterior, permitiu que o Brasil pudesse investir no mercado interno e na produção industrial (VEIGA, 2004).

A nova realidade brasileira passou a exigir uma mão de obra especializada e para tal era preciso investir na educação. Sendo assim, em 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública e, em 1931, o governo provisório sanciona decretos organizando o ensino secundário e as universidades brasileiras ainda inexistentes. Estes Decretos ficaram conhecidos como "Reforma Francisco Campos" (BELLO, 2010).

O Estado Novo

Refletindo tendências fascistas é outorgada uma nova Constituição em 10 de novembro de 1937. A orientação político-educacional para o mundo capitalista fica bem explícita em seu texto sugerindo a preparação de um maior contingente de mão de obra para as novas atividades abertas pelo mercado. Neste sentido, a nova Constituição enfatiza o ensino pré-vocacional e profissional. Por outro lado propõe que a arte, a ciência e o ensino sejam livres à iniciativa individual e à associação ou pessoas públicas e particulares, tirando do Estado o dever da educação. Mantém ainda a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino primário também dispõe como obrigatório o ensino de trabalhos manuais em todas as escolas normais, primárias e secundárias (BELLO, 2010).

Importa destacar que no período em foco os educadores progressistas da Escola Nova reforçavam a oposição aos católicos conservadores, que defendiam a

escola particular de orientação religiosa como a única capaz de educar integralmente. Por trás desse debate, porém, havia o interesse pela destinação de verbas públicas também para as escolas particulares (ARANHA, 2006).

Nova República

O fim do Estado Novo consubstanciou-se na adoção de uma nova Constituição de cunho liberal e democrático. Esta nova Constituição, na área da Educação, determina a obrigatoriedade de se cumprir o ensino primário e dá competência à União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional (BELO, 2010).

Este período é marcado pelo equilíbrio entre as influências da concepção humanista tradicional (representada pelos católicos) e humanista moderna (representada pelos pioneiros).

O escolanovismo propõe um novo tipo de homem, defende os princípios democráticos, isto é, todos tem direito a se desenvolverem (VEIGA, 2004).

REGIME MILITAR

A criação da Universidade de Brasília, em 1961, permitiu vislumbrar uma nova proposta universitária, com o planejamento, inclusive, do fim do exame vestibular, valendo, para o ingresso na Universidade, o rendimento do aluno durante o curso de 2º grau ex-Colegial e atual Ensino Médio (BELLO, 2010).

O período anterior, de 1946 ao princípio do ano de 1964, talvez tenha sido o mais fértil da história da educação brasileira. Neste período atuaram educadores que deixaram seus nomes na história da educação por suas realizações. Os quais podem destacar: Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Carneiro Leão, Armando Hildebrand, Pachcoal Leme, Paulo Freire, Lauro de Oliveira Lima, Durmeval Trigueiro, entre outros. No entanto depois do golpe militar de 1964 muitos educadores passaram a ser perseguidos em função de posicionamentos ideológicos. Muitos foram calados para sempre, alguns se exilaram, outros se recolheram a vida privada e outros, demitidos, trocaram de função (BELLO, 2010).

O Regime Militar espelhou na educação o caráter anti-democrático de sua proposta ideológica de governo: professores foram presos e demitidos;

universidades foram invadidas; estudantes foram presos, feridos, nos confronto com a polícia, e alguns foram mortos; os estudantes foram calados e a União Nacional dos Estudantes proibida de funcionar; o Decreto-Lei 477 calou a boca de alunos e professores; o Ministro da Justiça declarou que "estudantes tem que estudar" e "não podem fazer baderna" (BELLO, 2010).

O mesmo autor é peremptório em afirmar que neste período deu-se a grande expansão das universidades no Brasil. E, para acabar com os "excedentes" (aqueles que tiravam notas suficientes para serem aprovados, mas não conseguiam vaga para estudar), foi criado o vestibular classificatório.

Sobre o período em questão, Aranha (2006, p. 127) é enfática ao discorrer que o "ensino elementar oficial recebeu na época a menor atenção possível, abandonado sob a responsabilidade dos municípios, que nem sempre tinham condições de arcar com as despesas".

No entanto, a situação mudou muito pouco. Se compararmos o desempenho do Brasil com o de países avançados ou mesmo em desenvolvimento, nossos índices a partir da década de 1990 são sofríveis, tanto no que diz respeito à alfabetização, quanto ao acesso à informática e à compreensão de outros idiomas (ARANHA, 2006).

Mesmo onde houve uma parcela maior da população ao ensino fundamental e médio, nem sempre o benefício vem acompanhado de qualidade.

O PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO: PROBLEMA PRA QUEM?

"O trabalho de geração futurista foi ciclópico. Acertar o relógio império da literatura nacional. Realizada esta etapa o problema é outro. Ser regional e puro em sua época"

Oswald de Andrade¹

¹ Citado no livro de Renato Ortiz intitulado de: "A Moderna Tradição Brasileira"- obra citada

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

No Brasil do final do século XIX um debate sobre a “cultura nacional” viria a construir uma problemática social bastante peculiar. A partir desse ponto a mestiçagem como traço marcante da cultura brasileira passou a se transformar em problema, principalmente por estudiosos estrangeiros como Gobineau, que visistar o Brasil, acreditava que a mistura de raças não resultaria em um povo unificado e viria a se transformar em um impecilho para o desenvolvimento da nova nação. A partir desse ponto, vários intelectuais criavam uma perspectiva do futuro com o olhar da tradição intelectual européia, buscando compreender a particularidade no processo de construção social do Brasil. Entretanto, o problema de se pensar a “cultura brasileira” traz consigo uma marca minuciosa: a indefinição.



A Mestiçagem: uma questão ideológica

A mestiçagem no Brasil se colocou como uma realidade concreta e os fatores de montagem da sua existência incentivaram muitos desses intelectuais na busca de teorias a respeito, formando o que podemos chamar de pensamento social brasileiro. Esse pensamento é construído enquanto um discurso com propriedades.

Para muitos autores como: Ortiz (1999), Chauí (2000), entre outros, o tema da cultura brasileira não pode ser tratado no singular, mas no plural. Todavia, não se pode mais pensar o tema sem antes apreendê-lo como um processo, inserindo-o na formação social do Brasil.

Para esse autores, era preciso ir além, construir um pensamento que fosse genuinamente brasileiro. Porém, isso é a questão.

Para Ortiz (1999), a formação de um pensamento sobre o Brasil é relevante na historiografia brasileira por revelar uma preocupação com o “processo civilizatório”. Por sua vez, muitos estudos dos aspectos culturais contribuíram com a formação de uma ciência social brasileira. Tais aspectos mostraram singularidades na construção da memória social² e como essa memória serviu como um ponto de

² Bosi acrescenta que o espaço e as lembranças sensoriais (percepção social) adquirem particular importância para a construção da memória social dos sujeitos. Citando o Sociólogo Halbwachs (1990), acrescenta que o espaço e as lembranças sensoriais (percepção social) adquirem particular importância para a

ancoragem, uma conexão causal entre a identidade nacional e o “processo civilizatório”. Para tanto, é necessário Analisar o discurso de alguns intelectuais Brasileiros entre o fim do século XIX e meados do Século XX, que se preocuparam em pensar essa questão. Dentre eles destaco: Nina Rodrigues, Euclides Da Cunha, Silvio Romero, Gilberto Freyre.



O Discurso

O discurso da mestiçagem se “alavancou” como uma questão peculiar na sociedade brasileira, visto que o caráter linear e estático da concepção de cultura era incongruente com a realidade da formação do social pela miscigenação. Sendo assim, as teorias racistas que compunham o pensamento sobre cultura hierarquizavam a história e, conseqüentemente internalizavam a categoria evolução como elemento chave para a concepção de história natural do homem, no qual as sociedades são enquadradas, em critérios universalizantes de desenvolvimento, como coloca Ortiz (1999):

“A história brasileira é desta forma apreendida em termos deterministas, clima e raça explicando a natureza indolente do brasileiro”

Ortiz, 1999, página 16



MESTIÇAGEM E A FORMAÇÃO DO PENSAMENTO SOCIAL NO BRASIL

As teorias racistas do século XIX, influenciadas por Gobineau e Herbert Spencer, são frutos de um processo de colonização e construção do estado-nação, no qual os europeus sistematizaram um pensamento em relação aos povos que lhe

construção dessa memória. Segundo Bosi, para este autor, a memória é sempre consciente, coletiva, social e no grupo encontra sua possibilidade e sustentação. Mas, como há várias memórias - sociais, individuais-, não estar de fora a dialética histórica que constitui a memória enquanto um processo. A memória enquanto construção histórica serve para manter a “ligação” social de uma sociedade com o seu passado, que também é uma construção. A memória e a ligação com o *logos* social são pressupostos de ancoragem, no qual se articulam os referenciais simbólicos, pois a memória construída representa um deslocamento de ordem subjetiva: deslocou a memória de sua origem simbólica. Portanto é trabalho de construção, porque “o que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo” (Halbwachs, 1990).

eram diferentes, levando em consideração formas de trabalho, aparato técnico e processo civilizatório. Todavia, as teorias evolucionistas e etnocêntricas possuíam seu apoio no positivismo de Comte e no biologismo de Darwin, sendo desenvolvidas primordialmente pela biologia, já que o caráter de ciência historicamente legitimada era privilégio das ciências naturais e exatas.

A “naturalização” do conceito de raça se constitui enquanto paradigma dominante no século XIX, superado por estudos feitos por Boas(2002)³ que ao desnaturalizar as categorias étnico-raciais, destacou o caráter de cada cultura, na sua especificidade e subjetividade. Assim, a identidade, se constitui não mais como um caráter estático, mas sim dinâmico tendo na diferença, no outro, sua particularidade.

No entanto, as teorias que dominaram os pensadores brasileiros foram os estudos sobre raça, caracterizadas por critérios naturais. Por isso a miscigenação de raças dificultaria a construção de uma nação com elementos partilhados em comum, tal qual o conceito de comunidade étnica de Weber (2000)⁴, que leva em consideração a origem e o território como âncoras no processo de construção da identidade nacional.⁵ Exemplificando, a fundação da “Sociedade Positivista” de Benjamim Constant no Rio de Janeiro em 1878, colocado como marco dessas teorias no Brasil, segundo Ramos (1995).

Reforçando ainda o que justificaria a posição desses pensadores, Cunha(2005) cita trabalhos antropológicos feitos no Brasil comprovando a existência do que podemos chamar de pensamento social brasileiro:

Entretanto no domínio das investigações antropológicas brasileiras se encontram nomes altamente encarecedores do nosso movimento intelectual. Os estudos sobre a pré-história indígena patenteiam modelos de observação sutil e conceito crítico brilhante, mercê dos quais parece definitivamente firmado, contravindo ao pensar dos caprichosos construtores da ponte aléutica, o autoctonismo das raças americanas. (CUNHA, op.cit. p. 29)

Para Cunha, a preocupação nas questões que compõem nossa cultura enquanto problema são complexas e se tornaram um desafio à ciência social brasileira em construção:

Como quer que seja, estas rápidas considerações explicam as disparidades de vistas que reinam entre os nossos antropólogos. Forrando-se, em

³ Ver o livro Antropologia Cultural, obra citada.

⁴ Ver o capítulo IV de Economia e Sociedade - obra citada.

⁵

geral, à tarefa penosa de subordinar as suas pesquisas a condições tão complexas, têm atendido sobremaneira ao preponderar das capacidades étnica(grifo meu)s.

Ora, a despeito da grave influência destas, e não a negamos, elas foram entre nós levadas ao exagero, determinando a irrupção de uma meia-ciência difundida num extravagar de fantasias, sobre ousadas, estéreis. Há como que um excesso de subjetivismo no animo dos que entre nós, nos últimos tempos, cogitam de coisas tão sérias com uma volubilidade algo escandalosa, atentas as proporções do assunto. Começam excluindo em grande parte os materiais objetivos oferecidos pelas circunstâncias mesológica e histórica. Jogam, depois, e entrelaçam, e fundem as três raças consoante os caprichos que os impelem no momento. E fazem repontar desta metaquímica sonhadora alguns precipitados fictícios. (CUNHA, 2005. p.17)

O movimento positivista iniciado no Brasil teve seu primeiro estudo intitulado de: “A Escravidão no Brasil” de autoria de Francisco Brandão. Esses estudos tiveram uma preocupação em trabalhar o processo de civilização através de uma normatização da sociedade. Ainda nessa perspectiva evolucionista, a idéia de ordem colocada pelo positivismo de Comte influenciaria os pensadores preocupados em estabelecer uma modernização pela concepção de progresso (o caráter funcional das normas sociais como reguladores da ordem). A civilização seria para esses pensadores, uma etapa a seguir na “evolução” social. Um dos autores em destaque dessa tradição positivista é Sylvio Romero.

Romero, Seguidor de Teixeira Mendes, constrói uma teoria da sociedade brasileira, estudando a situação dos negros no Brasil. Esse autor centralizou suas análises no movimento político, que através dos estudos das instituições, criticou uma incompatibilidade patológica por partes das classes políticas, pois para o autor não existe um caráter disciplinador que regularizaria as relações políticas no Brasil. Segue o comentário de Ramos Sobre essa questão.

Ainda no domínio da vida pública no Brasil, Sylvio Romero expressou uma contradição dos nossos dias que se torna uma das dificuldades a ser vencida no ajustamento da organização partidária às necessidades de desenvolvimento do país. (RAMOS, 1995)

No campo intelectual, outros autores se destacaram entre eles Euclides da Cunha. Em Os Sertões, este autor estabelece uma relação entre: a situação geográfica e geológica, assim como a sociabilidade diversificada no Brasil,

delimitando seu olhar para o “*modus vivendi*” do sertanejo e como o meio produziu uma cultura peculiar no nordeste.

Relatando a Guerra de Canudos, no começo do século XX, o autor, a partir de uma análise médico-antropológica do contexto, denuncia o aspecto criminoso do extermínio do sertanejo, embora para o mesmo ainda exista o estado atrasado nessa forma de sociabilidade. Porém, muito mais que está preso as teorias racistas importadas, o autor, se preocupava com o extermínio do patrimônio cultural brasileiro, levando tal aspecto a uma categoria natural.

Conhecemos, deste modo, os três elementos essenciais, e, imperfeitamente embora, o meio físico diferenciado - e ainda, sob todas as suas formas; as condições históricas adversas ou favoráveis que sobre eles reagiram. No considerar, porém, todas as alternativas e todas as fases intermédias desse entrelaçamento de tipos antropológicos de graus díspares nos atributos físicos e psíquicos, sob os influxos de um meio variável, capaz de diversos climas(grifo meu), tendo discordantes aspectos e apostas condições de vida, pode afirmar-se que pouco nos temos avantajado. Escrevemos todas as variáveis de uma fórmula intrincada, traduzindo sério problema; mas não desvendamos todas as incógnitas.(CUNHA, 2005.p. 25)

Ao denunciar o crime, o autor se transfere do debate científico para o debate político, no qual ao invés de “execrar” tal cultura, deve-se entender o contexto do seu “atraso”, pois Euclides da Cunha leva em consideração aspectos raciais na sua construção teórica, como as características heterogênicas das “raças”: o negro, o branco e o índio. Mas não se distanciava totalmente da concepção negativa de raça (SANTOS 1998). Afastando-se das observações feitas por Nina Rodrigues e se aproximando de Roquete Pinto.

(...) À obra de Euclides, e a Os sertões em particular, podem ser vinculadas ao menos duas vertentes médico-antropológicas que geraram explicações distintas no que tange à questão racial no Brasil. A primeira, que teve em Nina Rodrigues uma importante referência, alinhou-se mais a uma visão negativa quanto à composição racial e quanto às consequências da mestiçagem. Já a segunda, notadamente através de Roquette-Pinto, distanciou-se das noções de fatalismo racial, tendo chegado a se tornar uma eloquente porta-voz de que a inferioridade dos mestiços brasileiros não seria estrutural (i.e., orgânica/racial), mas sim conjuntural, relacionada a fatores ambientais e sócio-culturais. Esta última vertente teve em Euclides tanto uma referência como uma contra-referência.(SANTOS, 1998.P. 56)

Outro autor de destaque no campo intelectual brasileiro no fim do século XIX foi Nina Rodrigues, que introduz o negro no campo científico, baseando seus estudos na perspectiva negativa da raça.

De acordo com Barros (2005), Nina Rodrigues começa seu estudo sobre negros e mestiços no Brasil, a partir das teorias racistas importadas da Europa.

Buscando comprovação teórica das hipóteses de Lombroso e Lapouge, no qual acreditavam que os negros possuíam uma tendência criminosa internalizada no fator de inferioridade da sua raça, Rodrigues Persististia, crente na eficácia da ciência.

Partindo para pesquisa de campo, inserido no mundo de discriminação do qual os negros viviam na época - começo do século XX-, teve contado com manifestações religiosas que inclusive o fez estabelecer vínculos afetivos com muitos dos participantes dessas manifestações como coloca Barros:

Além de se tornar médico dessas populações negras, Nina Rodrigues teve seu acesso privilegiado às cerimônias religiosas das populações negras, principalmente pela amizade com uma então célebre mãe de santo, Livaldina. Como afirmava a Estácio Pinto de Carvalho, Nina Rodrigues ia observar 'in loco' a vida dos negros nos bairros mais distantes, freqüentando com assiduidade terreiros de candomblé, principalmente o Gantois.(BARROS, 2005, p. 30)

Barros (2005), fala sobre a crise entre teoria e prática vivenciada por Nina Rodrigues que ao final da sua vida já se distanciava do "biologismo", das suas teorias. Embora sincretismo fosse visto como inferioridade, para ele, o prevalecimento de elementos católicos eram uma comprovação do processo de assimilação da cultura negra pela superioridade racial branca.

Outra importante contribuição dos estudos de Nina Rodrigues é a construção de bancos de dados (BARROS 2005), pautados no rigor metodológico de Boas e Malinowski, observados nos trabalhos de Arthur Ramos, incorporados pela antropologia brasileira.

A preocupação da mestiçagem enquanto fator de atraso, sendo superada apenas pelo 'embranquecimento"da sociedade brasileira toma outros rumos com a teoria de Gilberto Freyre.

Em Casa-Grande e Zenzala⁶, Freyre construiu a teoria da miscigenação por aspectos de solidariedade entre as: raças negra e branca, colocando a miscigenação como aspecto positivo na sociedade brasileira.

Porém, como nos comenta Medeiros (2004), aparece, nos estudos de Freyre, o mito da democracia racial, "colonialismo doce" (MEDEIROS, 2004), onde a

⁶ Obra citada ver bibliografia consultada

relação paternalista do branco com o negro aparece como anti-racismo, um *semióforo* (CHAUI, 2000) uma imagem opaca, um elemento cultural distorcido da realidade de extermínio e colonização discriminatória. A memória social é reconstruída por Freyre, tomando como análise uma omissão das práticas predatórias sofridas pelos negros no período colonial. Essa tradição inventada formulou um discurso dominante, mas contestado por estudiosos posteriores.

“Numerosas são as incongruências e omissões apontadas por diversos na obra de Freyre: a defesa da escravidão – só ela “(...) teria sido capaz de resistir aos obstáculos enormes que se levantaram à civilização do Brasil pelo europeu” (Freyre, 1995, página 224) (grifo do autor); o fato de ele ter ignorado a “ perseguição às religiões e cultos de origem africana, aos capoeiras, às escolas de samba”, bem como “ discriminação explícita em lugares públicos, clubes, escolas, no emprego, tão em voga no tempo em que escreveu o livro(...) (MEDEIROS, 2004)

Mesmo com trabalhos significativos de Florestan Fernandes, Sérgio Buarque de Holanda, Josué de Castro, Arthur Ramos, dentre outros, esses autores em destaque construíram uma forma de pensar o Brasil, bastante significativa que influenciou escolas como: o CEBRAP e o ISEB (ORTIZ, 2001), sendo legitimados e institucionalizados pela Academia. No Entanto, com Gilberto Freyre houve um momento de transição, no qual o pensamento negativo cultural se deparou com uma *intelligentsia* da cordialidade racial.

👉 América Latina: Ontem, Hoje e Amanhã

A partir desse Momento, vamos para a discussão da América Latina, através da reflexão feita Quijano sobre eurocentrismo dentre outras questões.

LEITURA COMPLEMENTAR

Quijano, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. *En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.227-278.

Disponível em la World Wide Web:

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf>



RED DE BIBLIOTECAS VIRTUALES DE CIENCIAS SOCIALES DE AMERICA LATINA Y EL CARIBE, DE LA RED DE CENTROS MIEMBROS DE CLACSO

<http://www.clacso.org.ar/biblioteca>
biblioteca@clacso.edu.ar

Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina¹

Aníbal Quijano*

A globalização em curso é, em primeiro lugar, a culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial. Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a idéia de *raça*, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo. Esse eixo tem, portanto, origem e caráter colonial, mas provou ser mais duradouro e estável que o colonialismo em cuja matriz foi estabelecido. Implica, conseqüentemente, num elemento de colonialidade no padrão de poder hoje hegemônico. No texto abaixo, o propósito principal é o de colocar algumas das questões teoricamente necessárias sobre as implicações dessa colonialidade do poder com relação à história da América Latina².

I. A América e o novo padrão de poder mundial

A América constitui-se como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder de vocação mundial e, desse modo e por isso, como a primeira *id-entidade* da modernidade. Dois processos históricos convergiram e se associaram na produção do referido espaço/tempo e estabeleceram-se como os dois eixos fundamentais do novo padrão de poder. Por um lado, a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na idéia de *raça*, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros. Essa idéia foi assumida pelos conquistadores como o principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia. Nessas bases, conseqüentemente, foi classificada a população da América, e mais tarde do mundo, nesse novo padrão de poder. Por outro lado, a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial³.

Raça, uma categoria mental da modernidade

A idéia de *raça*, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América⁴. Talvez se tenha originado como referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, mas o que importa é que desde muito cedo foi construída como referência a supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos.

A formação de relações sociais fundadas nessa idéia, produziu na América identidades sociais historicamente novas: *índios*, *negros* e *mestiços*, e redefiniu outras. Assim, termos com *espanhol* e *português*, e mais tarde *européu*, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às

novas identidades, uma conotação racial. E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, com constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população.

Com o tempo, os colonizadores codificaram como cor os traços fenotípicos dos colonizados e a assumiram como a característica emblemática da categoria racial. Essa codificação foi inicialmente estabelecida, provavelmente, na área britânico-americana. Os negros eram ali não apenas os explorados mais importantes, já que a parte principal da economia dependia de seu trabalho. Eram, sobretudo, a raça colonizada mais importante, já que os índios não formavam parte dessa sociedade colonial. Em conseqüência, os dominantes chamaram a si mesmos de brancos⁵.

Na América, a idéia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova entidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da idéia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas idéias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais⁶. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial.

O Capitalismo: a nova estrutura de controle do trabalho

Por outro lado, no processo de constituição histórica da América, todas as formas de controle e de exploração do trabalho e de controle da produção-apropriação-distribuição de produtos foram articuladas em torno da relação capital-salário (de agora em diante capital) e do mercado mundial. Incluíram-se a escravidão, a servidão, a pequena produção mercantil, a reciprocidade e o salário. Em tal contexto, cada uma dessas formas de controle do trabalho não era uma mera extensão de seus antecedentes históricos. Todas eram histórica e sociologicamente novas. Em primeiro lugar, porque foram deliberadamente estabelecidas e organizadas para produzir mercadorias para o mercado mundial. Em segundo lugar, porque não existiam apenas de maneira simultânea no mesmo espaço/tempo, mas todas e cada uma articuladas com o capital e com seu mercado, e por esse meio entre si. Configuraram assim um novo padrão global de controle do trabalho, por sua vez um novo elemento fundamental de um novo padrão de poder, do qual eram conjunta e individualmente dependentes histórico-estruturalmente. Isto é, não apenas por seu lugar e função como partes subordinadas de uma totalidade, mas também porque sem perder suas respectivas características e sem prejuízo das descontinuidades de suas relações com a ordem conjunta e consigo mesmas, seu movimento histórico dependia desse momento em diante de seu pertencimento ao padrão global de poder. Em terceiro lugar, e como conseqüência, para preencher as novas funções cada uma delas desenvolveu novos traços e novas configurações histórico-estruturais.

Na medida em que aquela estrutura de controle do trabalho, de recursos e de produtos consistia na articulação conjunta de todas as respectivas formas historicamente conhecidas, estabelecia-se, pela primeira vez na história conhecida, um padrão global de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos. E enquanto se constituía em torno de e em função do capital, seu caráter de conjunto também se estabelecia com característica capitalista. Desse modo, estabelecia-se uma nova, original e singular estrutura de relações de produção na experiência histórica do mundo: o capitalismo mundial.

Colonialidade do poder e capitalismo mundial

As novas identidades históricas produzidas sobre a idéia de raça foram associadas à natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle do trabalho. Assim, ambos os elementos, raça e divisão do trabalho, foram estruturalmente associados e reforçando-se mutuamente, apesar de que nenhum dos dois era necessariamente dependente do outro para existir ou para transformar-se.

Desse modo, impôs-se uma sistemática divisão racial do trabalho. Na área hispânica, a

Coroa de Castela logo decidiu pelo fim da escravidão dos índios, para impedir seu total extermínio. Assim, foram confinados na estrutura da servidão. Aos que viviam em suas comunidades, foi-lhes permitida a prática de sua antiga reciprocidade –isto é, o intercâmbio de força de trabalho e de trabalho sem mercado– como uma forma de reproduzir sua força de trabalho como servos. Em alguns casos, a nobreza indígena, uma reduzida minoria, foi eximida da servidão e recebeu um tratamento especial, devido a seus papéis como intermediária com a raça dominante, e lhe foi também permitido participar de alguns dos ofícios nos quais eram empregados os espanhóis que não pertenciam à nobreza. Por outro lado, os negros foram reduzidos à escravidão. Os espanhóis e os portugueses, como raça dominante, podiam receber salários, ser comerciantes independentes, artesãos independentes ou agricultores independentes, em suma, produtores independentes de mercadorias. Não obstante, apenas os nobres podiam ocupar os médios e altos postos da administração colonial, civil ou militar.

Desde o século XVIII, na América hispânica muito dos mestiços de espanhóis ou mulheres índias, já um estrato social extenso e importante na sociedade colonial, começaram a ocupar os mesmos ofícios e atividades que exerciam os ibéricos que não eram nobres. Em menor medida ou sobretudo em atividades de serviço ou que requeriam talentos ou habilidades especiais (música, por exemplo), também os mais “abrancados” entre os mestiços de mulheres negras e ibéricos (espanhóis ou portugueses), mas demoraram a ver legitimados seus novos papéis, já que suas mães eram escravas. A distribuição racista do trabalho no interior do capitalismo colonial/moderno manteve-se ao longo de todo o período colonial.

No curso da expansão mundial da dominação colonial por parte da mesma raça dominante –os brancos (ou do século XVIII em diante, os europeus)– foi imposto o mesmo critério de classificação social a toda a população mundial em escala global. Conseqüentemente, novas identidades históricas e sociais foram produzidas: *amarelos* e *azeitonados* (ou oliváceos) somaram-se a brancos, índios, negros e mestiços. Essa distribuição racista de novas identidades sociais foi combinada, tal como havia sido tão exitosamente logrado na América, com uma distribuição racista do trabalho e das formas de exploração do capitalismo colonial. Isso se expressou, sobretudo, numa quase exclusiva associação da branquitude social com o salário e logicamente com os postos de mando da administração colonial.

Assim, cada forma de controle do trabalho esteve articulada com uma raça particular. Conseqüentemente, o controle de uma forma específica de trabalho podia ser ao mesmo tempo um controle de um grupo específico de gente dominada. Uma nova tecnologia de dominação/exploração, neste caso raça/trabalho, articulou-se de maneira que aparecesse como naturalmente associada, o que, até o momento, tem sido excepcionalmente bem-sucedido.

Colonialidade e eurocentramento do capitalismo mundial

A privilegiada posição ganhada com a América pelo controle do ouro, da prata e de outras mercadorias produzidas por meio do trabalho gratuito de índios, negros e mestiços, e sua vantajosa localização na vertente do Atlântico por onde, necessariamente, tinha de ser realizado o tráfico dessas mercadorias para o mercado mundial, outorgou aos brancos uma vantagem decisiva para disputar o controle do comércio mundial. A progressiva monetarização do mercado mundial que os metais preciosos da América estimulavam e permitiam, bem como o controle de tão abundantes recursos, possibilitou aos brancos o controle da vasta rede pré-existente de intercâmbio que incluía sobretudo China, Índia, Ceilão, Egito, Síria, os futuros Orientes Médio e Extremo. Isso também permitiu-lhes concentrar o controle do capital comercial, do trabalho e dos recursos de produção no conjunto do mercado mundial. E tudo isso, foi, posteriormente, reforçado e consolidado através da expansão e da dominação colonial branca sobre as diversas populações mundiais.

Como se sabe, ou controle do tráfico comercial mundial pelos grupos dominantes, novos ou não, nas regiões do Atlântico onde tinham suas sedes, impulsionou um novo processo de urbanização nesses lugares, a expansão do tráfico comercial entre eles, e desse modo a formação de um mercado regional crescentemente integrado e monetarizado graças ao fluxo de metais preciosos procedentes da América. Uma região historicamente nova constituía-se como uma nova id-entidade geocultural: Europa, mais especificamente Europa Ocidental⁷. Essa nova id-entidade geocultural emergia como a sede central do controle do mercado mundial. No mesmo movimento histórico produzia-se também o deslocamento de hegemonia da costa do Mediterrâneo e da costa ibérica para as do Atlântico Norte-ocidental.

Essa condição de sede central do novo mercado mundial não permite explicar por si mesma, ou por si só, por que a Europa se transformou também, até o século XIX e virtualmente até a crise mundial ocorrida em meados de 1870, na sede central do processo de mercantilização da força de trabalho, ou seja, do desenvolvimento da relação capital-salário como forma específica de controle

do trabalho, de seus recursos e de seus produtos. Em quanto isso, todas as demais regiões e populações incorporadas ao novo mercado mundial e colonizadas ou em curso de colonização sob domínio europeu permaneciam basicamente sob relações não-salariais de trabalho, ainda que desde cedo esse trabalho, seus recursos e seus produtos se tenham articulado numa cadeia de transferência de valor e de benefícios cujo controle cabia à Europa Ocidental. Nas regiões não-européias, o trabalho assalariado concentrava-se quase exclusivamente entre os brancos.

Não há nada na relação social mesma do capital, ou nos mecanismos do mercado mundial, em geral no capitalismo, que implique a necessidade histórica da concentração, não só, mas sobretudo na Europa, do trabalho assalariado e depois, precisamente sobre essa base, da concentração da produção industrial capitalista durante mais de dois séculos. Teria sido perfeitamente factível, como o demonstra o fato de que assim de fato ocorreu após 1870, o controle europeu-ocidental do trabalho assalariado de qualquer setor da população mundial. E provavelmente mais benéfico para os europeus ocidentais. A explicação deve ser, pois, buscada em outra parte da história. O fato é que já desde o começo da América, os futuros europeus associaram o trabalho não pago ou não-assalariado com as raças dominadas, porque eram raças inferiores. O vasto genocídio dos índios nas primeiras décadas da colonização não foi causado principalmente pela violência da conquista, nem pelas enfermidades que os conquistadores trouxeram em seu corpo, mas porque tais índios foram usados como mão de obra descartável, forçados a trabalhar até morrer. A eliminação dessa prática colonial não termina, de fato, senão com a derrota dos encomendeiros, em meados do século XVI. A reorganização política do colonialismo ibérico que se seguiu implicou uma nova política de reorganização populacional dos índios e de suas relações com os colonizadores. Mas nem por isso os índios foram daí em diante trabalhadores livres e assalariados. Daí em diante foram adscritos à servidão não remunerada. A servidão dos índios na América não pode ser, por outro lado, simplesmente equiparada à servidão no feudalismo europeu, já que não incluía a suposta proteção de nenhum senhor feudal, nem sempre, nem necessariamente, a posse de uma porção de terra para cultivar, no lugar de salário. Sobretudo antes da Independência, a reprodução da força de trabalho do servo índio se fazia nas comunidades. Mas mesmo mais de cem anos depois da Independência, uma parte ampla da servidão indígena era obrigada a reproduzir sua força de trabalho por sua própria conta⁸. E a outra forma de trabalho não-assalariado, o não pago simplesmente, o trabalho escravo, foi restrita, exclusivamente, à população trazida da futura África e chamada de negra.

A classificação *racial* da população e a velha associação das novas identidades raciais dos colonizados com as formas de controle não pago, não assalariado, do trabalho, desenvolveu entre os europeus ou brancos a específica percepção de que o trabalho pago era privilégio dos *brancos*. A inferioridade racial dos colonizados implicava que não eram dignos do pagamento de salário. Estavam naturalmente obrigados a trabalhar em benefício de seus amos. Não é muito difícil encontrar, ainda hoje, essa mesma atitude entre os terratenentes brancos de qualquer lugar do mundo. E o menor salário das *raças inferiores* pelo mesmo trabalho dos *brancos*, nos atuais centros capitalistas, não poderia ser, tampouco, explicado sem recorrer-se à classificação social racista da população do mundo. Em outras palavras, separadamente da colonialidade do poder capitalista mundial.

O controle do trabalho no novo padrão de poder mundial constituiu-se, assim, articulando todas as formas históricas de controle do trabalho em torno da relação capital-trabalho assalariado, e desse modo sob o domínio desta. Mas tal articulação foi constitutivamente colonial, pois se baseou, primeiro, na adscrição de todas as formas de trabalho não remunerado às *raças* colonizadas, originalmente *índios*, *negros* e de modo mais complexo, os *mestiços*, na América e mais tarde às demais raças colonizadas no resto do mundo, *oliváceos* e *amarelos*. E, segundo, na adscrição do trabalho pago, assalariado, à raça colonizadora, os *brancos*.

Essa colonialidade do controle do trabalho determinou a distribuição geográfica de cada uma das formas integradas no capitalismo mundial. Em outras palavras, determinou a geografia social do capitalismo: o capital, na relação social de controle do trabalho assalariado, era o eixo em torno do qual se articulavam todas as demais formas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos. Isso o tornava dominante sobre todas elas e dava caráter capitalista ao conjunto de tal estrutura de controle do trabalho. Mas ao mesmo tempo, essa relação social específica foi geograficamente concentrada na Europa, sobretudo, e socialmente entre os europeus em todo o mundo do capitalismo. E nessa medida e dessa maneira, a Europa e o europeu se constituíram no centro do mundo capitalista.

Quando Raúl Prebisch criou a célebre imagem de “Centro-Periferia” (*The American Economic Review*, 1959; ECLA, 1960; Baer, 1962), para descrever a configuração mundial do capitalismo depois da Segunda Guerra Mundial, apontou, sabendo-o ou sem saber, o núcleo principal do caráter histórico do padrão de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, que

formava parte central do novo padrão mundial de poder constituído a partir da América. O capitalismo mundial foi, desde o início, colonial/moderno e eurocentrado. Sem relação clara com essas específicas características históricas do capitalismo, o próprio conceito de “moderno sistema-mundo” desenvolvido, principalmente, por Immanuel Wallerstein (1974-1989; Hopkins e Wallerstein, 1982) a partir de Prebisch e do conceito marxiano de capitalismo mundial, não poderia ser apropriada e plenamente entendido.

Novo padrão de poder mundial e nova inter-subjetividade mundial

Já em sua condição de centro do capitalismo mundial, a Europa não somente tinha o controle do mercado mundial, mas pôde impor seu domínio colonial sobre todas as regiões e populações do planeta, incorporando-as ao “sistema-mundo” que assim se constituía, e a seu padrão específico de poder. Para tais regiões e populações, isso implicou um processo de *re-identificação histórica*, pois da Europa foram-lhes atribuídas novas identidades geoculturais. Desse modo, depois da América e da Europa, foram estabelecidas África, Ásia e eventualmente Oceania. Na produção dessas novas identidades, a colonialidade do novo padrão de poder foi, sem dúvida, uma das mais ativas determinações. Mas as formas e o nível de desenvolvimento político e cultural, mais especificamente intelectual, em cada caso, desempenharam também um papel de primeiro plano. Sem esses fatores, a categoria *Oriente* não teria sido elaborada como a única com a dignidade suficiente para ser o Outro, ainda que por definição inferior, de *Ocidente*, sem que alguma equivalente fosse criada para *índios* ou *negros*⁹. Mas esta mesma omissão põe a nu que esses outros fatores atuaram também dentro do padrão racista de classificação social universal da população mundial.

A incorporação de tão diversas e heterogêneas histórias culturais a um único mundo dominado pela Europa, significou para esse mundo uma configuração cultural, intelectual, em suma intersubjetiva, equivalente à articulação de todas as formas de controle do trabalho em torno do capital, para estabelecer o capitalismo mundial. Com efeito, todas as experiências, histórias, recursos e produtos culturais terminaram também articulados numa só ordem cultural global em torno da hegemonia européia ou ocidental. Em outras palavras, como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento.

No processo que levou a esse resultado, os colonizadores exerceram diversas operações que dão conta das condições que levaram à configuração de um novo universo de relações intersubjetivas de dominação entre a Europa e o europeu e as demais regiões e populações do mundo, às quais estavam sendo atribuídas, no mesmo processo, novas identidades geoculturais. Em primeiro lugar, expropriaram as populações colonizadas –entre seus descobrimentos culturais– aqueles que resultavam mais aptos para o desenvolvimento do capitalismo e em benefício do centro europeu. Em segundo lugar, reprimiram tanto como puderam, ou seja, em variáveis medidas de acordo com os casos, as formas de produção de conhecimento dos colonizados, seus padrões de produção de sentidos, seu universo simbólico, seus padrões de expressão e de objetivação da subjetividade. A repressão neste campo foi reconhecidamente mais violenta, profunda e duradoura entre os índios da América ibérica, a que condenaram a ser uma subcultura camponesa, iletrada, despojando-os de sua herança intelectual objetivada. Algo equivalente ocorreu na África. Sem dúvida muito menor foi a repressão no caso da Ásia, onde portanto uma parte importante da história e da herança intelectual, escrita, pôde ser preservada. E foi isso, precisamente, o que deu origem à categoria de Oriente. Em terceiro lugar, forçaram –também em medidas variáveis em cada caso– os colonizados a aprender parcialmente a cultura dos dominadores em tudo que fosse útil para a reprodução da dominação, seja no campo da atividade material, tecnológica, como da subjetiva, especialmente religiosa. É este o caso da religiosidade judaico-cristã. Todo esse acidentado processo implicou no longo prazo uma colonização das perspectivas cognitivas, dos modos de produzir ou outorgar sentido aos resultados da experiência material ou intersubjetiva, do imaginário, do universo de relações intersubjetivas do mundo; em suma, da cultura¹⁰.

Enfim, o êxito da Europa Ocidental em transformar-se no centro do moderno sistema-mundo, segundo a apta formulação de Wallerstein, desenvolveu nos europeus um traço comum a todos os dominadores coloniais e imperiais da história, o *etnocentrismo*. Mas no caso europeu esse traço tinha um fundamento e uma justificação peculiar: a classificação racial da população do mundo depois da América. A associação entre ambos os fenômenos, o etnocentrismo colonial e a classificação racial universal, ajudam a explicar por que os europeus foram levados a sentir-se não só superiores a todos os demais povos do mundo, mas, além disso, *naturalmente* superiores. Essa

instância histórica expressou-se numa operação mental de fundamental importância para todo o padrão de poder mundial, sobretudo com respeito às relações intersubjetivas que lhe são hegemônicas e em especial de sua perspectiva de conhecimento: os europeus geraram uma nova perspectiva temporal da história e re-situaram os povos colonizados, bem como a suas respectivas histórias e culturas, no passado de uma trajetória histórica cuja culminação era a Europa (Mignolo, 1995; Blaut, 1993; Lander, 1997). Porém, notavelmente, não numa mesma linha de continuidade com os europeus, mas em outra categoria naturalmente diferente. Os povos colonizados eram raças *inferiores* e –portanto– *anteriores* aos europeus.

De acordo com essa perspectiva, a modernidade e a racionalidade foram imaginadas como experiências e produtos exclusivamente europeus. Desse ponto de vista, as relações intersubjetivas e culturais entre a Europa, ou, melhor dizendo, a Europa Ocidental, e o restante do mundo, foram codificadas num jogo inteiro de novas categorias: Oriente-Occidente, primitivo-civilizado, mágico/mítico-científico, irracional-razional, tradicional-moderno. Em suma, Europa e não-Europa. Mesmo assim, a única categoria com a devida honra de ser reconhecida como o Outro da Europa ou “Occidente”, foi “Oriente”. Não os “índios” da América, tampouco os “negros” da África. Estes eram simplesmente “primitivos”. Sob essa codificação das relações entre europeu/não-europeu, raça é, sem dúvida, a categoria básica¹¹. Essa perspectiva binária, dualista, de conhecimento, peculiar ao eurocentrismo, impôs-se como mundialmente hegemônica no mesmo fluxo da expansão do domínio colonial da Europa sobre o mundo. Não seria possível explicar de outro modo, satisfatoriamente em todo caso, a elaboração do eurocentrismo como perspectiva hegemônica de conhecimento, da versão eurocêntrica da modernidade e seus dois principais mitos fundacionais: um, a idéia-imagem da história da civilização humana como uma trajetória que parte de um estado de natureza e culmina na Europa. E dois, outorgar sentido às diferenças entre Europa e não-Europa como diferenças de natureza (racial) e não de história do poder. Ambos os mitos podem ser reconhecidos, inequivocamente, no fundamento do evolucionismo e do dualismo, dois dos elementos nucleares do eurocentrismo.

A questão da modernidade

Não me proponho aqui a entrar numa discussão detida da questão da modernidade e de sua versão eurocêntrica. Dediquei anteriormente outros estudos a esse tema e voltarei a ele depois. Em particular, não prolongarei este trabalho com uma discussão acerca do debate modernidade-pós-modernidade e sua vasta bibliografia. Mas é pertinente, para os fins deste trabalho, em especial da parte seguinte, insistir em algumas questões (Quijano, 1988b; 1992a; 1998a).

O fato de que os europeus ocidentais imaginaram ser a culminação de uma trajetória civilizatória desde um estado de natureza, levou-os também a pensar-se como os *modernos* da humanidade e de sua história, isto é, *como o novo e ao mesmo tempo o mais avançado da espécie*. Mas já que ao mesmo tempo atribuíam ao restante da espécie o pertencimento a uma categoria, por natureza, inferior e por isso anterior, isto é, o passado no processo da espécie, os europeus imaginaram também serem não apenas os portadores exclusivos de tal modernidade, mas igualmente seus exclusivos criadores e protagonistas. O notável disso não é que os europeus se imaginaram e pensaram a si mesmos e ao restante da espécie desse modo –isso não é um privilégio dos europeus– mas o fato de que foram capazes de difundir e de estabelecer essa perspectiva histórica como hegemônica dentro do novo universo intersubjetivo do padrão mundial do poder.

Desde logo, a resistência intelectual a essa perspectiva histórica não tardou em emergir. Na América Latina, desde fins do século XIX, mas se afirmou sobretudo durante o século XX e em especial depois da Segunda Guerra Mundial, vinculada com o debate sobre a questão do desenvolvimento-subdesenvolvimento. Como esse debate foi dominado durante um bom tempo pela denominada teoria da modernização¹², em suas vertentes opostas, para sustentar que a modernização não implica necessariamente a ocidentalização das sociedades e das culturas não-européias, um dos argumentos mais usados foi o de que a modernidade é um fenômeno de todas as culturas, não apenas da européia ou ocidental.

Se o conceito de modernidade refere-se única ou fundamentalmente às idéias de novidade, do avançado, do racional-científico, laico, secular, que são as idéias e experiências normalmente associadas a esse conceito, não cabe dúvida de que é necessário admitir que é um fenômeno possível em todas as culturas e em todas as épocas históricas. Com todas as suas respectivas particularidades e diferenças, todas as chamadas *altas culturas* (China, Índia, Egito, Grécia, Maia-Asteca, Tauantinsuio) anteriores ao atual sistema-mundo, mostram inequivocamente os sinais dessa modernidade, incluído o racional científico, a secularização do pensamento, etc. Na verdade, a estas alturas da pesquisa histórica seria quase ridículo atribuir às altas culturas não-européias uma mentalidade mítico-mágica como traço definidor, por exemplo, em oposição à

racionalidade e à ciência como características da Europa, pois além dos possíveis ou melhor conjecturados conteúdos simbólicos, as cidades, os templos e palácios, as pirâmides, ou as cidades monumentais, seja Machu Pichu ou Boro Budur, as irrigações, as grandes vias de transporte, as tecnologias metalíferas, agropecuárias, as matemáticas, os calendários, a escritura, a filosofia, as histórias, as armas e as guerras, mostram o desenvolvimento científico e tecnológico em cada uma de tais altas culturas, desde muito antes da formação da Europa como nova id-entidade. O mais que realmente se pode dizer é que, no atual período, foi-se mais longe no desenvolvimento científico-tecnológico e se realizaram maiores descobrimentos e realizações, com o papel hegemônico da Europa e, em geral, do Ocidente.

Os defensores da patente europeia da modernidade costumam apelar para história cultural do antigo mundo heleno-românico e ao mundo do Mediterrâneo antes da América, para legitimar sua defesa da exclusividade dessa patente. O que é curioso desse argumento é que escamoteia, primeiro, o fato de que a parte realmente avançada desse mundo do Mediterrâneo, antes das Américas, área por área dessa modernidade, era islâmico-judaica. Segundo, que foi dentro desse mundo que se manteve a herança cultural greco-romana, as cidades, o comércio, a agricultura comercial, a mineração, os têxteis, a filosofia, a história, quando a futura Europa Ocidental estava dominada pelo feudalismo e seu obscurantismo cultural. Terceiro que, muito provavelmente, a mercantilização da força de trabalho, a relação capital-salário, emergiu, precisamente, nessa área e foi em seu desenvolvimento que se expandiu posteriormente em direção ao norte da futura Europa. Quarto, que somente a partir da derrota do Islão e do posterior deslocamento da hegemonia sobre o mercado mundial para o centro-norte da futura Europa, graças à América, começa também a deslocar-se ao centro da atividade cultural a essa nova região. Por isso, a nova perspectiva geográfica da história e da cultura, que ali é elaborada e que se impõe como mundialmente hegemônica, implica, obviamente, uma nova geografia do poder. A própria idéia de Ocidente-Oriente é tardia e parte da hegemonia britânica. Ou ainda é necessário recordar que o meridiano de Greenwich atravessa Londres e não Sevilha ou Veneza?¹³.

Nesse sentido, a pretensão eurocêntrica de ser a exclusiva produtora e protagonista da modernidade, e de que toda modernização de populações não-europeias é, portanto, uma europeização, é uma pretensão etnocentrista e além de tudo provinciana. Porém, por outro lado, se se admite que o conceito de modernidade se refere somente à racionalidade, à ciência, à tecnologia, etc., a questão que estaríamos colocando à experiência histórica não seria diferente da proposta pelo etnocentrismo europeu, o debate consistiria apenas na disputa pela originalidade e pela exclusividade da propriedade do fenômeno assim chamado modernidade, e, em consequência, movendo-se no mesmo terreno e com a mesma perspectiva do eurocentrismo.

Há, contudo, um conjunto de elementos demonstráveis que apontam para um conceito de modernidade diferente, que dá conta de um processo histórico específico ao atual sistema-mundo. Nesse conceito não estão, obviamente, ausentes suas referências e seus traços anteriores. Porém mais enquanto formam parte de um universo de relações sociais, materiais e intersubjetivas, cuja questão central é a libertação humana como interesse histórico da sociedade e também, em consequência, seu campo central de conflito. Nos limites deste trabalho, restringir-me-ei somente a adiantar, de modo breve e esquemático, algumas proposições¹⁴.

Em primeiro lugar, o atual padrão de poder mundial é o primeiro efetivamente global da história conhecida. Em vários sentidos específicos. Um, é o primeiro em que cada um dos âmbitos da existência social estão articuladas todas as formas historicamente conhecidas de controle das relações sociais correspondentes, configurando em cada área um única estrutura com relações sistemáticas entre seus componentes e do mesmo modo em seu conjunto. Dois, é o primeiro em que cada uma dessas estruturas de cada âmbito de existência social, está sob a hegemonia de uma instituição produzida dentro do processo de formação e desenvolvimento deste mesmo padrão de poder. Assim, no controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, está a empresa capitalista; no controle do sexo, de seus recursos e produtos, a família burguesa; no controle da autoridade, seus recursos e produtos, o Estado-nação; no controle da intersubjetividade, o eurocentrismo¹⁵. Três, cada uma dessas instituições existe em relações de interdependência com cada uma das outras. Por isso o padrão de poder está configurado como um sistema¹⁶. Quatro, finalmente, este padrão de poder mundial é o primeiro que cobre a totalidade da população do planeta.

Nesse sentido específico, a humanidade atual em seu conjunto constitui o primeiro *sistema-mundo global* historicamente conhecido, não somente um *mundo* como o que talvez tenham sido o chinês, o hindu, o egípcio, o helênico-romano, o maia-asteca ou o tauantinsuiano. Nenhum desses possíveis mundos teve nada em comum exceto um dominador colonial/imperial e, apesar de que assim se propõe da visão colonial eurocêntrica, não se sabe se todos os povos incorporados a

um daqueles mundos tiveram também em comum uma perspectiva básica a respeito das relações entre o humano e o restante do universo. Os dominadores coloniais de cada um desses mundos não tinham as condições, nem provavelmente o interesse, de homogeneizar as formas básicas de existência social de todas as populações de seus domínios. Por outro lado, o atual, o que começou a formar-se com a América, tem em comum três elementos centrais que afetam a vida cotidiana da totalidade da população mundial: a *colonialidade do poder*, o *capitalismo* e o *eurocentrismo*. Claro que este padrão de poder, nem nenhum outro, pode implicar que a heterogeneidade histórico-estrutural tenha sido erradicada dentro de seus domínios. O que sua globalidade implica é um piso básico de práticas sociais comuns para todo o mundo, e uma esfera intersubjetiva que existe e atua como esfera central de orientação valorativa do conjunto. Por isso as instituições hegemônicas de cada âmbito de existência social, são universais para a população do mundo como modelos intersubjetivos. Assim, o Estado-nação, a família burguesa, a empresa, a racionalidade eurocêntrica.

Portanto, seja o que for a mentira contida no termo “modernidade”, hoje envolve o conjunto da população mundial e toda sua história dos últimos 500 anos, e todos os mundos ou ex-mundos articulados no padrão global de poder, e cada um de seus segmentos diferenciados ou diferenciáveis, pois se constituiu junto com, como parte da redefinição ou reconstituição histórica de cada um deles por sua incorporação ao novo e comum padrão de poder mundial. Portanto, também como articulação de muitas racionalidades. Em outras palavras, já que se trata de uma história nova e diferente, com experiências específicas, as questões que esta história permite e obriga a abrir não podem ser indagadas, muito menos contestadas, com o conceito eurocêntrico de modernidade. Pela mesma razão, dizer que é um fenômeno puramente europeu ou que ocorre em todas as culturas, teria hoje um impossível sentido. Trata-se de algo novo e diferente, específico deste padrão de poder mundial. Se há que preservar o nome, deve tratar-se, de qualquer modo, de outra modernidade.

A questão central que nos interessa aqui é a seguinte: o que é o realmente novo com relação à modernidade? Não somente o que desenvolve e redefine experiências, tendências e processos de outros mundos, mas o que foi produzido na história própria do atual padrão de poder mundial?

Dussel (1995) propôs a categoria de *transmodernidade* como alternativa para a pretensão eurocêntrica de que a Europa é a produtora original da modernidade. Segundo essa proposta, a constituição do ego individual diferenciado é a novidade que ocorre com a América e é a marca da modernidade, mas tem lugar não só na Europa mas em todo o mundo que se configura a partir da América. Dussel acerta no alvo ao refutar um dos mitos prediletos do eurocentrismo. Mas é controverso que o ego individual diferenciado seja um fenômeno exclusivamente pertencente ao período iniciado com a América.

Há, claro, uma relação umbilical entre os processos históricos que se geram a partir da América e as mudanças da subjetividade ou, melhor dito, da intersubjetividade de todos os povos que se vão integrando no novo padrão de poder mundial. E essas transformações levam à constituição de uma nova subjetividade, não só individual, mas coletiva, de uma nova intersubjetividade. Esse é, portanto, um fenômeno novo que ingressa na história com a América e nesse sentido faz parte da modernidade. Mas quaisquer que fossem, essas mudanças não se constituem da subjetividade individual, nem coletiva, do mundo pré-existente, voltada para si mesma, ou, para repetir a velha imagem, essas mudanças não nascem como Minerva, da cabeça de Zeus, mas são a expressão subjetiva ou intersubjetiva do que os povos do mundo estão fazendo nesse momento.

Dessa perspectiva, é necessário admitir que a América e suas consequências imediatas no mercado mundial e na formação de um novo padrão de poder mundial, são uma *mudança histórica* verdadeiramente enorme e que não afeta somente a Europa, mas o conjunto do mundo. Não se trata de mudanças dentro do mundo conhecido, que não alteram senão alguns de seus traços. *Trata-se da mudança do mundo como tal*. Este é, sem dúvida, o elemento básico da nova subjetividade: a *percepção da mudança histórica*. É esse elemento o que desencadeia o processo de constituição de uma nova perspectiva sobre o tempo e sobre a história. A percepção da mudança leva à idéia do futuro, já que é o único território do tempo no qual podem ocorrer as mudanças. O futuro é um território temporal aberto. O tempo pode ser novo, pois não é somente a extensão do passado. E, dessa maneira, a história pode ser percebida já não só como algo que ocorre, seja como algo natural ou produzido por decisões divinas ou misteriosas como o destino, mas como algo que pode ser produzido pela ação das pessoas, por seus cálculos, suas intenções, suas decisões, portanto como algo que pode ser projetado e, conseqüentemente, ter sentido (Quijano, 1988b).

Com a América inicia-se, assim, todo um universo de novas relações materiais e intersubjetivas. É pertinente, por tudo isso, admitir que o conceito de modernidade não se refere somente ao que ocorre com a subjetividade, não obstante toda a tremenda importância desse processo, seja pela emergência do ego individual, ou de um novo universo de relações intersubjetivas entre os indivíduos e entre os povos integrados ou que se integram no novo sistema-mundo e seu

específico padrão de poder mundial. O conceito de modernidade dá conta, do mesmo modo, das alterações na dimensão material das relações sociais. Quer dizer, as mudanças ocorrem em todos os âmbitos da existência social dos povos, e portanto de seus membros individuais, tanto na dimensão material como na dimensão subjetiva dessas relações. E como se trata de processos que se iniciam com a constituição da América, de um novo padrão de poder mundial e da integração dos povos de todo o mundo nesse processo, de todo um complexo sistema-mundo, é também imprescindível admitir que se trata de um período histórico inteiro. Em outras palavras, a partir da América um novo espaço/tempo se constitui, material e subjetivamente: essa é a mentira do conceito de modernidade.

Não obstante, foi decisivo para o processo de modernidade que o centro hegemônico desse mundo estivesse localizado na zona centro-norte da Europa Ocidental. Isso ajuda a explicar por que o centro de elaboração intelectual desse processo se localizará também ali, e por que essa versão foi a que ganhou a hegemonia mundial. Ajuda igualmente a explicar por que a colonialidade do poder desempenhará um papel de primeira ordem nessa elaboração eurocêntrica da modernidade. Este último não é muito difícil de perceber se se leva em consideração o que já foi demonstrado antes, o modo como a colonialidade do poder está vinculada com a concentração na Europa do capital, dos assalariados, do mercado de capital, enfim, da sociedade e da cultura associadas a essas determinações. Nesse sentido, a modernidade foi também colonial desde seu ponto de partida. Mas ajuda também a entender por que foi na Europa muito mais direto e imediato o impacto do processo mundial de modernização.

Com efeito, as novas práticas sociais implicadas no padrão de poder mundial, capitalista, a concentração do capital e dos assalariados, o novo mercado de capital, tudo isso associado à nova perspectiva sobre o tempo e sobre a história, à centralidade da questão da mudança histórica nessa perspectiva, como experiência e como idéia, requerem, necessariamente, a dessacralização das hierarquias e das autoridades, tanto na dimensão material das relações sociais como em sua intersubjetividade; a dessacralização, a mudança ou o dismantelamento das correspondentes estruturas e instituições. A individualização das pessoas só adquire seu sentido nesse contexto, a necessidade de um foro próprio para pensar, para duvidar, para decidir; a liberdade individual, em suma, contra as adscrições sociais fixadas e em consequência a necessidade de igualdade social entre os indivíduos.

As determinações capitalistas, contudo, exigiam também, e no mesmo movimento histórico, que esses processos sociais, materiais e intersubjetivos, não tivessem lugar exceto dentro de relações sociais de exploração e de dominação. Consequentemente, como um campo de conflitos pela orientação, isto é, os fins, os meios e os limites desses processos. Para os controladores do poder, o controle do capital e do mercado eram e são os que decidem os fins, os meios e os limites do processo. O mercado é o mínimo, mas também o limite da possível igualdade social entre as pessoas. Para os explorados do capital e em geral para os dominados do padrão de poder, a modernidade gerou um horizonte de libertação das pessoas de toda relação, estrutura ou instituição vinculada com a dominação e a exploração, mas também as condições sociais para avançar em direção a esse horizonte. A modernidade é, assim, também uma questão de conflito de interesses sociais. Um deles é a contínua democratização da existência social das pessoas. Nesse sentido, todo conceito de modernidade é necessariamente ambíguo e contraditório (Quijano, 1998a; 2000a).

É ali, precisamente, onde a história desses processos diferencia tão claramente a Europa Ocidental e o resto do mundo, no caso a América Latina. Na Europa Ocidental, a concentração da relação capital-salário é o eixo principal das tendências das relações de classificação social e da correspondente estrutura de poder. Isso subjaz aos enfrentamentos com a antiga ordem, com o Império, com o Papado, durante o período do chamado capital competitivo. Esses enfrentamentos permitem aos setores não dominantes do capital –bem como aos explorados– melhores condições de negociar seu lugar no poder e a venda de sua força de trabalho. Por outro lado, abre também condições para uma secularização especificamente burguesa da cultura e da subjetividade. O liberalismo é uma das claras expressões desse contexto material e subjetivo da sociedade na Europa Ocidental. Já no resto do mundo, na América Latina em particular, as formas mais estendidas de controle do trabalho são não-salariais, ainda que em benefício global do capital, o que implica que as relações de exploração e de dominação têm caráter colonial. A independência política, desde inícios do século XIX, está acompanhada na maioria dos novos países pelo estancamento e retrocesso do capital e fortalece o caráter colonial da dominação social e política sob Estados formalmente independentes. O eurocentramento do capitalismo colonial/moderno, foi nesse sentido decisivo para o destino diferente do processo da modernidade entre a Europa e o resto do mundo (Quijano, 1988b; 1994).

II. Colonialidade do poder e eurocentrismo

A elaboração intelectual do processo de modernidade produziu uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir conhecimento que demonstram o caráter do padrão mundial de poder: colonial/moderno, capitalista e eurocentrado. Essa perspectiva e modo concreto de produzir conhecimento se reconhecem como eurocentrismo¹⁷.

Eurocentrismo é, aqui, o nome de uma perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental antes de mediados do século XVII, ainda que algumas de suas raízes são sem dúvida mais velhas, ou mesmo antigas, e que nos séculos seguintes se tornou mundialmente hegemônica percorrendo o mesmo fluxo do domínio da Europa burguesa. Sua constituição ocorreu associada à específica secularização burguesa do pensamento europeu e à experiência e às necessidades do padrão mundial de poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado, estabelecido a partir da América.

Não se trata, em consequência, de uma categoria que implica toda a história cognoscitiva em toda a Europa, nem na Europa Ocidental em particular. Em outras palavras, não se refere a todos os modos de conhecer de todos os europeus e em todas as épocas, mas a uma específica racionalidade ou perspectiva de conhecimento que se torna mundialmente hegemônica colonizando e sobrepondo-se a todas as demais, prévias ou diferentes, e a seus respectivos saberes concretos, tanto na Europa como no resto do mundo. No âmbito deste trabalho, proponho-me a discutir algumas de suas questões mais diretamente vinculadas com a experiência histórica da América Latina, mas que, obviamente, não se referem somente a ela.

Capital e capitalismo

Antes que mais nada, a teoria de uma seqüência histórica unilinear e universalmente válida entre as formas conhecidas de trabalho e de controle do trabalho, que foram também conceitualizadas como relações ou modos de produção, especialmente entre capital e pré-capital, precisa ser, em todo caso com respeito à América, aberta de novo como questão maior do debate científico-social contemporâneo.

Do ponto de vista eurocêntrico, reciprocidade, escravidão, servidão e produção mercantil independente são todas percebidas como uma seqüência histórica prévia à mercantilização da força de trabalho. São pré-capital. E são consideradas não só como diferentes mas como radicalmente incompatíveis com o capital. O fato é, contudo, que na América elas não emergiram numa seqüência histórica unilinear; nenhuma delas foi uma mera extensão de antigas formas pré-capitalistas, nem foram tampouco incompatíveis com o capital.

Na América a escravidão foi deliberadamente estabelecida e organizada como mercadoria para produzir mercadorias para o mercado mundial e, desse modo, para servir aos propósitos e necessidades do capitalismo. Do mesmo modo, a servidão imposta aos índios, inclusive a redefinição das instituições da reciprocidade, para servir os mesmos fins, isto é, para produzir mercadorias para o mercado mundial. E enfim, a produção mercantil independente foi estabelecida e expandida para os mesmos propósitos.

Isso significa que todas essas formas de trabalho e de controle do trabalho na América não só atuavam simultaneamente, mas foram articuladas em torno do eixo do capital e do mercado mundial. Conseqüentemente, foram parte de um novo padrão de organização e de controle do trabalho em todas as suas formas historicamente conhecidas, juntas e em torno do capital. Juntas configuraram um novo sistema: o capitalismo.

O capital, como relação social baseada na mercantilização da força de trabalho, nasceu provavelmente em algum momento por volta dos séculos XI-XII, em algum lugar na região meridional das penínsulas ibérica e/ou itálica e conseqüentemente, e por conhecidas razões, no mundo islâmico. É pois bastante mais antigo que a América. Mas antes da emergência da América, não está em nenhum lugar estruturalmente articulado com todas as demais formas de organização e controle da força de trabalho e do trabalho, nem tampouco era ainda predominante em relação a nenhuma delas. Só com a América pôde o capital consolidar-se e obter predominância mundial, tornando-se precisamente o eixo em torno do qual todas as demais formas foram articuladas para os fins do mercado mundial. Somente desse modo o capital transformou-se no modo de produção dominante. Assim, o capital existiu muito tempo antes que a América. Contudo, o capitalismo como sistema de relações de produção, isto é, a heterogênea engrenagem de todas as formas de controle do trabalho e de seus produtos sob o domínio do capital, no que dali em diante consistiu a economia mundial e seu mercado, constituiu-se na história apenas com a emergência da América. A partir desse momento, o capital sempre existiu e continua existindo hoje em dia só como o eixo central do capitalismo, não de maneira separada, muito menos isolada. Nunca foi predominante de outro modo, em escala mundial e global, e com toda probabilidade não teria podido desenvolver-se de outro

modo.

Evolucionismo e dualismo

Como no caso das relações entre capital e pré-capital, uma linha similar de idéias foi elaborada acerca das relações entre Europa e não-Europa. Como já foi apontado, o mito fundacional da versão eurocêntrica da modernidade é a idéia do estado de natureza como ponto de partida do curso civilizatório cuja culminação é a civilização européia ou ocidental. Desse mito se origina a especificamente eurocêntrica perspectiva evolucionista, de movimento e de mudança unilinear e unidirecional da história humana. Tal mito foi associado com a classificação racial da população do mundo. Essa associação produziu uma visão na qual se amalgamam, paradoxalmente, evolucionismo e dualismo. Essa visão só adquire sentido como expressão do exacerbado etnocentrismo da recém constituída Europa, por seu lugar central e dominante no capitalismo mundial colonial/moderno, da vigência nova das idéias mitificadas de humanidade e de progresso, inseparáveis produtos da Ilustração, e da vigência da idéia de raça como critério básico de classificação social universal da população do mundo.

A história é, contudo, muito distinta. Por um lado, no momento em que os ibéricos conquistaram, nomearam e colonizaram a América (cuja região norte ou América do Norte, colonizarão os britânicos um século mais tarde), encontraram um grande número de diferentes povos, cada um com sua própria história, linguagem, descobrimentos e produtos culturais, memória e identidade. São conhecidos os nomes dos mais desenvolvidos e sofisticados deles: astecas, maias, chimus, aimarás, incas, chibchas, etc. Trezentos anos mais tarde todos eles reduziam-se a uma única identidade: *índios*. Esta nova identidade era racial, colonial e negativa. Assim também sucedeu com os povos trazidos forçadamente da futura África como escravos: achantes, iorubás, zulus, congos, bacongus, etc. No lapso de trezentos anos, todos eles não eram outra coisa além de *negros*.

Esse resultado da história do poder colonial teve duas implicações decisivas. A primeira é óbvia: todos aqueles povos foram despojados de suas próprias e singulares identidades históricas. A segunda é, talvez, menos óbvia, mas não é menos decisiva: sua nova identidade racial, colonial e negativa, implicava o despojo de seu lugar na história da produção cultural da humanidade. Daí em diante não seriam nada mais que raças inferiores, capazes somente de produzir culturas inferiores. Implicava também sua realocação no novo tempo histórico constituído com a América primeiro e com a Europa depois: desse momento em diante passaram a ser *o passado*. Em outras palavras, o padrão de poder baseado na colonialidade implicava também um padrão cognitivo, uma nova perspectiva de conhecimento dentro da qual o não-europeu era o passado e desse modo inferior, sempre primitivo.

Por outro lado, a primeira identidade geocultural moderna e mundial foi a América. A Europa foi a segunda e foi constituída como consequência da América, não o inverso. A constituição da Europa como nova entidade/identidade histórica fez-se possível, em primeiro lugar, com o trabalho gratuito dos índios, negros e mestiços da América, com sua avançada tecnologia na mineração e na agricultura, e com seus respectivos produtos, o ouro, a prata, a batata, o tomate, o tabaco, etc., etc. (Viola e Margolis, 1991). Porque foi sobre essa base que se configurou uma região como sede do controle das rotas atlânticas, por sua vez convertidas, precisamente sobre essa mesma base, nas rotas decisivas do mercado mundial. Essa região não tardou em emergir como Europa. América e Europa produziram-se historicamente, assim, mutuamente, como as duas primeiras novas identidades geoculturais do mundo moderno.

Contudo, os europeus persuadiram-se a si mesmos, desde meados do século XVII, mas sobretudo durante o século XVIII, não só de que de algum modo se tinham autoproduzido a si mesmos como civilização, à margem da história iniciada com a América, culminando uma linha independente que começava com a Grécia como única fonte original. Também concluíram que eram naturalmente (isto é, racialmente) superiores a todos os demais, já que tinham conquistado a todos e lhes tinham imposto seu domínio.

O confronto entre a experiência histórica e a perspectiva eurocêntrica de conhecimento permite apontar alguns dos elementos mais importantes do eurocentrismo: a) uma articulação peculiar entre um dualismo (pré-capital-capital, não europeu-europeu, primitivo-civilizado, tradicional-moderno, etc.) e um evolucionismo linear, unidirecional, de algum estado de natureza à sociedade moderna européia; b) a naturalização das diferenças culturais entre grupos humanos por meio de sua codificação com a idéia de raça; e c) a distorcida realocação temporal de todas essas diferenças, de modo que tudo aquilo que é não-europeu é percebido como passado. Todas estas operações intelectuais são claramente interdependentes. E não teriam podido ser cultivadas e desenvolvidas sem a colonialidade do poder.

Homogeneidade/continuidade e heterogeneidade/descontinuidade

Como é verificável agora, a perspectiva eurocêntrica de conhecimento, devido a sua crise radical, é hoje um campo pletórico de questões. Aqui é pertinente ainda deixar registradas duas delas. Primeiro, uma idéia da mudança histórica como um processo ou um momento no qual uma entidade ou unidade se transforma de maneira contínua, homogênea e completa em outra coisa e abandona de maneira absoluta a cena histórica. Isto permite à outra entidade equivalente ocupar o lugar, e tudo isto continua numa cadeia seqüencial. De outro modo não teria sentido, nem lugar, a idéia da história como uma evolução unidirecional e unilinear. Segundo, dali se desprende que cada unidade diferenciada, por exemplo uma “economia/sociedade” ou um “modo de produção” no caso do controle do trabalho (capital ou escravidão) ou uma “raça/civilização” no caso de grupos humanos, é uma entidade/identidade homogênea. São, cada uma, estruturas de elementos homogêneos relacionados de maneira contínua e sistêmica (o que é distinto de sistemática).

A experiência histórica demonstra, contudo, que o capitalismo mundial está longe de ser uma totalidade homogênea e contínua. Ao contrário, como o demonstra a América, o padrão de poder mundial que se conhece como capitalismo é, fundamentalmente, uma estrutura de elementos heterogêneos, tanto em termos das formas de controle do trabalho-recursos-produtos (ou relações de produção) ou em termos dos povos e histórias articulados nele. Em consequência, tais elementos se relacionam entre si e com o conjunto de maneira também heterogênea e descontinua, ou mesmo conflitiva. E são eles mesmos, cada um deles, configurados da mesma maneira.

Assim, cada uma dessas relações de produção é em si mesma uma estrutura heterogênea. Especialmente o capital, desde que todos os estágios e formas históricas de produção de valor e de apropriação de mais-valia (por exemplo, acumulação primitiva, mais-valia absoluta e relativa, extensiva ou intensiva, ou em outra nomenclatura, manufatura, capital competitivo, capital monopólico, capital transnacional ou global, ou pré-fordista, fordista, de mão de obra intensiva, de capital intensivo, de informação intensiva, etc., etc.) estão simultaneamente em atividade e trabalham juntos numa complexa rede de transferência de valor e de mais-valia. Isto é igualmente válido com relação às raças, já que tantos povos diversos e heterogêneos, com heterogêneas histórias e tendências históricas de movimento e de mudança foram reunidos sob uma única classificação racial, índio ou negro, por exemplo.

Esta heterogeneidade não é simplesmente estrutural, baseada nas relações entre elementos das mesmas época e idade. Já que histórias diversas e heterogêneas deste tipo foram articuladas numa única estrutura de poder, é pertinente admitir o caráter histórico-estrutural dessa heterogeneidade. Conseqüentemente, o processo de mudança dessa totalidade capitalista não pode, de nenhum modo, ser uma transformação homogênea e contínua do sistema inteiro, nem tampouco de cada um de seus componentes maiores. Tampouco poderia essa totalidade desvanecer-se completa e homogeneamente da cena histórica e ser substituída por outra equivalente. A mudança histórica não pode ser unilinear, unidirecional, seqüencial ou total. O sistema, ou o padrão específico de articulação estrutural, poderia ser desmantelado. Mas mesmo assim cada um ou alguns de seus elementos pode e haverá de rearticular-se em algum outro padrão estrutural, como ocorreu, obviamente, com os componentes do padrão de poder pré-colonial, digamos, no Tauantinsui¹⁸.

O novo dualismo

Finalmente, pelo momento e para nossos propósitos aqui, é pertinente abrir a questão das relações entre o corpo e o não-corpo na perspectiva eurocêntrica, tanto por sua gravitação no modo eurocêntrico de produzir conhecimento, como devido a que em nossa experiência tem uma estreita relação com as de raça e de gênero.

A idéia de diferenciação entre o “corpo” e o “não-corpo” na experiência humana é virtualmente universal à história da humanidade, comum a todas as “culturas” ou “civilizações” historicamente conhecidas. Mas é também comum a todas –até o aparecimento do eurocentrismo– a permanente co-presença dos dois elementos como duas dimensões não separáveis do ser humano, em qualquer aspecto, instância ou comportamento.

O processo de separação destes elementos do ser humano é parte de uma longa história do mundo cristão sobre a base da idéia da primazia da “alma” sobre o “corpo”. Porém, esta história mostra também uma longa e não resolvida ambivalência da teologia cristã sobre este ponto em particular. Certamente, é a “alma” o objeto privilegiado de salvação. Mas no final das contas, é o “corpo” o ressuscitado, como culminação da salvação.

Certamente, também, foi durante a cultura repressiva do cristianismo, como resultado dos conflitos com muçulmanos e judeus, sobretudo entre os séculos XV e XVI, em plena Inquisição, que a primazia da “alma” foi enfatizada, talvez exasperada. E porque o “corpo” foi o objeto básico da repressão, a “alma” pôde aparecer quase separada das relações

intersubjetivas no interior do mundo cristão. Mas isto não foi teorizado, ou seja, não foi sistematicamente discutido e elaborado até Descartes, culminando no processo da secularização burguesa do pensamento cristão¹⁹.

Com Descartes²⁰ o que sucede é a mutação da antiga abordagem dualista sobre o “corpo” e o “não-corpo”. O que era uma co-presença permanente de ambos os elementos em cada etapa do ser humano, em Descartes se converte numa radical separação entre “razão/sujeito” e “corpo”. A razão não é somente uma secularização da idéia de “alma” no sentido teológico, mas uma mutação numa nova id-entidade, a “razão/sujeito”, a única entidade capaz de conhecimento “racional”, em relação à qual o “corpo” é e não pode ser outra coisa além de “objeto” de conhecimento. Desse ponto de vista o ser humano é, por excelência, um ser dotado de “razão”, e esse dom se concebe como localizado exclusivamente na alma. Assim o “corpo”, por definição incapaz de raciocinar, não tem nada a ver com a razão/sujeito. Produzida essa separação radical entre “razão/sujeito” e “corpo”, as relações entre ambos devem ser vistas unicamente como relações entre a razão/sujeito humana e o corpo/natureza humana, ou entre “espírito” e “natureza”. Deste modo, na racionalidade eurocêntrica o “corpo” foi fixado como “objeto” de conhecimento, fora do entorno do “sujeito/razão”.

Sem essa “objetivização” do “corpo” como “natureza”, de sua expulsão do âmbito do “espírito”, dificilmente teria sido possível tentar a teorização “científica” do problema da raça, como foi o caso do Conde de Gobineau (1853-1857) durante o século XIX. Dessa perspectiva eurocêntrica, certas raças são condenadas como “inferiores” por não serem sujeitos “racionais”. São objetos de estudo, “corpo” em consequência, mais próximos da “natureza”. Em certo sentido, isto os converte em domináveis e exploráveis. De acordo com o mito do estado de natureza e da cadeia do processo civilizatório que culmina na civilização européia, algumas raças –negros (ou africanos), índios, oliváceos, amarelos (ou asiáticos) e nessa seqüência– estão mais próximas da “natureza” que os brancos²¹. Somente desta perspectiva peculiar foi possível que os povos não-europeus fossem considerados, virtualmente até a Segunda Guerra Mundial, antes de tudo como objeto de conhecimento e de dominação/exploração pelos europeus.

Esse novo e radical dualismo não afetou somente as relações raciais de dominação, mas também a mais antiga, as relações sexuais de dominação. Daí em diante, o lugar das mulheres, muito em especial o das mulheres das raças inferiores, ficou estereotipado junto com o resto dos corpos, e quanto mais inferiores fossem suas raças, mais perto da natureza ou diretamente, como no caso das escravas negras, dentro da natureza. É provável, ainda que a questão fique por indagar, que a idéia de gênero se tenha elaborado depois do novo e radical dualismo como parte da perspectiva cognitiva eurocentrista.

Durante o século XVIII, esse novo dualismo radical foi amalgamado com as idéias mitificadas de “progresso” e de um estado de natureza na trajetória humana, os mitos fundacionais da versão eurocentrista da modernidade. Isto deu vazão à peculiar perspectiva histórica dualista/evolucionista. Assim todos os não-europeus puderam ser considerados, de um lado, como pré-europeus e ao mesmo tempo dispostos em certa seqüência histórica e contínua do primitivo ao civilizado, do irracional ao racional, do tradicional ao moderno, do mágico-mítico ao científico. Em outras palavras, do não-europeu/pré-europeu a algo que com o tempo se europeizará ou “modernizará”.

Sem considerar a experiência inteira do colonialismo e da colonialidade, essa marca intelectual seria dificilmente explicável, bem como a duradoura hegemonia mundial do eurocentrismo. Somente as necessidades do capital como tal, não esgotam, não poderiam esgotar, a explicação do caráter e da trajetória dessa perspectiva de conhecimento.

III. Eurocentrismo e experiência histórica na América Latina

Aplicada de maneira específica à experiência histórica latino-americana, a perspectiva eurocêntrica de conhecimento opera como um espelho que distorce o que reflete. Quer dizer, a imagem que encontramos nesse espelho não é de todo quimérica, já que possuímos tantos e tão importantes traços históricos europeus em tantos aspectos, materiais e intersubjetivos. Mas, ao mesmo tempo, somos tão profundamente distintos. Daí que quando olhamos nosso espelho eurocêntrico, a imagem que vemos seja necessariamente parcial e distorcida.

Aqui a tragédia é que todos fomos conduzidos, sabendo ou não, querendo ou não, a ver e aceitar aquela imagem como nossa e como pertencente unicamente a nós. Dessa maneira seguimos sendo o que não somos. E como resultado não podemos nunca identificar nossos verdadeiros problemas, muito menos resolvê-los, a não ser de uma maneira parcial e distorcida.

O eurocentrismo e a “questão nacional”: o Estado-nação

Um dos exemplos mais claros desta tragédia de equívocos na América Latina é a história da chamada questão nacional. Dito de outro modo, do problema do moderno Estado-nação na América Latina.

Nações e Estados são um velho fenômeno. Todavia, aquilo que chamamos de moderno Estado-nação é uma experiência muito específica. Trata-se de uma sociedade nacionalizada e por isso politicamente organizada como um Estado-nação. Implica as instituições modernas de cidadania e democracia política. Ou seja, implica uma certa democracia, dado que cada processo conhecido de nacionalização da sociedade nos tempos modernos ocorreu somente através de uma relativa (ou seja, dentro dos limites do capitalismo) mas importante e real democratização do controle do trabalho, dos recursos produtivos e do controle da geração e gestão das instituições políticas. Deste modo, a cidadania pode chegar a servir como igualdade legal, civil e política para pessoas socialmente desiguais (Quijano, 1998a).

Um Estado-nação é uma espécie de sociedade individualizada entre as demais. Por isso, entre seus membros pode ser sentida como identidade. Porém, toda sociedade é uma estrutura de poder. É o poder aquilo que articula formas de existência social dispersas e diversas numa totalidade única, uma sociedade. Toda estrutura de poder é sempre, parcial ou totalmente, a imposição de alguns, freqüentemente certo grupo, sobre os demais. Conseqüentemente, todo Estado-nação possível é uma estrutura de poder, do mesmo modo que é produto do poder. Em outros termos, do modo como foram configuradas as disputas pelo controle do trabalho, seus recursos e produtos; do sexo, seus recursos e produtos; da autoridade e de sua violência específica; da intersubjetividade e do conhecimento.

Não obstante, se um Estado-nação moderno pode expressar-se em seus membros como uma identidade, não é somente devido a que pode ser imaginado como uma comunidade²². Os membros precisam ter em comum algo real, não só imaginado, algo que compartilhar. E isso, em todos os reais Estados-nação modernos, é uma participação mais ou menos democrática na distribuição do controle do poder. Esta é a maneira específica de homogeneização das pessoas num Estado-nação moderno. Toda homogeneização da população de um Estado-nação moderno é desde logo parcial e temporal e consiste na comum participação democrática no controle da geração e da gestão das instituições de autoridade pública e de seus específicos mecanismos de violência. Isto é, exerce-se, no fundamental, em todo o âmbito da existência social vinculado ao Estado e que por isso se assume como o explicitamente político. Mas tal âmbito não poderia ser democrático, isto é, implicar cidadania como igualdade jurídica e civil de pessoas desigualmente situadas nas relações de poder, se as relações sociais em todos os outros âmbitos da existência social fossem radicalmente não democráticas ou antidemocráticas²³.

Já que todo Estado-nação é uma estrutura de poder, isso implica que se trata de um poder que se configura nesse sentido. O processo começa sempre com um poder político central sobre um território e sua população, porque qualquer processo de nacionalização possível só pode ocorrer num espaço dado, ao longo de um prolongado período de tempo. Esse espaço precisa ser mais ou menos estável por um longo período. Conseqüentemente, precisa-se de um poder político estável e centralizado. Este espaço é, nesse sentido, necessariamente um espaço de dominação disputado e conquistado a outros rivais.

Na Europa o processo que levou à formação de estruturas de poder configuradas como Estado-nação, iniciou-se com a emergência de alguns poucos núcleos políticos que conquistaram seu espaço de dominação e se impuseram aos diversos e heterogêneos povos e identidades que o habitavam. Deste modo o Estado-nação iniciou-se como um processo de colonização de alguns povos sobre outros que, nesse sentido, eram povos estrangeiros. Em alguns casos particulares, como na Espanha que se constituía sobre a base da América e de seus enormes e gratuitos recursos, o processo incluiu a expulsão de alguns grupos, como os muçulmanos e judeus, considerados como estrangeiros indesejáveis. Esta foi a primeira experiência de limpeza étnica no período moderno, seguida pela imposição dessa peculiar instituição chamada “certificado de limpeza de sangue”²⁴.

Por outro lado, o processo de centralização estatal que antecedeu na Europa Ocidental a formação de Estados-nação, foi paralelo à imposição da dominação colonial que começou com a América. Quer dizer, simultaneamente com a formação dos impérios coloniais desses primeiros Estados centrais europeus. O processo tem, pois, um duplo movimento histórico. Começou como uma colonização interna de povos com identidades diferentes, mas que habitavam os mesmos territórios transformados em espaços de dominação interna, ou seja, nos próprios territórios dos futuros Estados-nação. E continuou paralelamente à colonização imperial ou externa de povos que não só tinham identidades diferentes das dos colonizadores, mas que habitavam territórios que não

eram considerados como os espaços de dominação interna dos colonizadores, quer dizer, não eram os mesmos territórios dos futuros Estados-nação dos colonizadores.

Se indagamos a partir de nossa atual perspectiva histórica aquilo que sucedeu com os primeiros Estados centrais europeus, seus espaços de dominação (populações e territórios) e seus respectivos processos de nacionalização, observa-se que as diferenças são muito visíveis. A existência de um forte Estado central não é suficiente para produzir um processo de relativa homogeneização de uma população previamente diversa e heterogênea, para produzir assim uma identidade comum e uma forte e duradoura lealdade a tal identidade. Entre esses casos, a França é provavelmente a experiência mais bem-sucedida, bem como a Espanha é a menos bem-sucedida.

Por que a França sim e a Espanha não? A Espanha era em seus primórdios muito mais rica e poderosa que seus pares. Porém, após a expulsão dos muçulmanos e judeus deixou de ser produtiva e próspera para transformar-se em correia de transmissão dos recursos da América aos centros emergentes do capital financeiro mercantil. Ao mesmo tempo, após o violento e bem-sucedido ataque contra a autonomia das comunidades camponesas e das cidades e burgos, viu-se presa numa estrutura senhorial de poder e sob a autoridade de uma monarquia e de uma igreja repressivas e corruptas. A Monarquia da Espanha dedicou-se, ademais, a uma política bélica em busca da expansão de seu poder senhorial na Europa, em lugar de uma hegemonia sobre o mercado mundial e o capital comercial e financeiro como fizeram mais tarde a Inglaterra ou a França. Todas as lutas para forçar os controladores do poder a admitir ou negociar alguma democratização da sociedade e do Estado foram derrotadas, em especial a revolução liberal de 1810-12. Deste modo, o colonialismo interno e os padrões senhoriais de poder político e social, combinados, demonstraram ser fatais para a nacionalização da sociedade e do Estado espanhóis, na medida em que esse tipo de poder não só provou ser incapaz de sustentar qualquer vantagem proveniente desse rico e vasto colonialismo imperial ou externo: provou igualmente que constituía um muito poderoso obstáculo a todo processo democratizador das relações sociais e políticas e não só dentro do espaço próprio de dominação.

Pelo outro lado, na França, através da democratização radical das relações sociais e políticas com a Revolução Francesa, o prévio colonialismo interno evoluiu para uma “afrancesamento” efetivo, ainda que não total, dos povos que habitavam o território da França, originalmente tão diversos e histórico-estruturalmente heterogêneos como no espaço de dominação que se chamaria Espanha. Os bascos franceses, por exemplo, são, em primeiro lugar, franceses, como os occitanos ou os navarros. Não é o caso da Espanha.

Em cada um dos casos de nacionalização bem-sucedida de sociedades e Estados na Europa, a experiência é a mesma: um importante processo de democratização da sociedade é a condição básica para a nacionalização dessa sociedade e de sua organização política num Estado-nação moderno. Não há, na verdade, exceção conhecida a essa trajetória histórica do processo que conduz à formação do Estado-nação.

O Estado-nação na América: os Estados Unidos

Se examinarmos a experiência da América, seja em suas áreas hispânica ou britânica, podemos reconhecer diferenças e fatores básicos equivalentes. Na área britânico-americana, a ocupação do território foi desde o começo violenta. Mas antes da Independência, conhecida nos Estados Unidos como a Revolução Americana, o território ocupado era muito pequeno. Por isso os índios não foram habitantes do território ocupado, não estavam colonizados. Por isso, os diversos povos indígenas foram formalmente reconhecidos como nações e com eles se praticaram relações comerciais inter-nações, inclusive se formaram alianças militares nas guerras entre colonialistas ingleses e franceses, sobretudo. Os índios não eram parte da população incorporada ao espaço de dominação colonial britânico-americana. Por isso mesmo, quando se inicia a história do novo Estado-nação chamado Estados Unidos da América do Norte, os índios foram excluídos dessa nova sociedade. Foram considerados estrangeiros. Mas posteriormente suas terras foram conquistadas e eles quase exterminados. Só então os sobreviventes foram encerrados na sociedade estadunidense como raça colonizada. No início, portanto, relações colonial/raciais existiram somente entre brancos e negros. Este último grupo era fundamental para a economia da sociedade colonial, como durante um primeiro longo momento para a economia da nova nação. Todavia, demograficamente os negros eram uma relativamente reduzida minoria, enquanto os brancos compunham a grande maioria.

Quando da fundação dos Estados Unidos como país independente, o processo de constituição do novo padrão de poder levou desde o começo à configuração de um Estado-nação. Em primeiro lugar, apesar da relação colonial de dominação entre brancos e negros e do extermínio colonialista da população índia, dada a condição avassaladoramente majoritária dos brancos, é inevitável admitir que esse novo Estado-nação era genuinamente representativo da maioria da

população. Essa branquitude social da sociedade estadunidense foi inclusive aprofundada com a imigração de milhões de europeus durante o século XIX. Em segundo lugar, a conquista dos territórios indígenas resultou na abundância da oferta de um recurso básico de produção, a terra. Este pôde ser, por consequência, apropriado e distribuído de maneira não unicamente concentrada sob o controle de pouquíssimas pessoas, mas pelo contrário pôde ser, ao mesmo tempo, parcialmente concentrado em grandes latifúndios e também apropriado ou distribuído numa vasta proporção de média e pequenas propriedades. Equivalente, pois, a uma distribuição democrática de recursos. Isso fundou para os brancos uma participação notavelmente democrática no controle da geração e da gestão da autoridade pública. A colonialidade do novo padrão de poder não foi anulada, no entanto, já que negros e índios não podiam ter lugar, em absoluto, no controle dos recursos de produção, nem das instituições e mecanismos da autoridade pública.

Em meados do século XIX, Tocqueville (1835: cap. XVI e XVII) observou que nos Estados Unidos da América, gente de origens tão diversos cultural, étnica e mesmo nacionalmente, eram incorporados todos em algo parecido a uma máquina de re-identificação nacional; rapidamente se transformavam em cidadãos estadunidenses e adquiriam uma nova identidade nacional, preservando por algum tempo suas identidades originais. Tocqueville afirmou então que o mecanismo básico desse processo de nacionalização era a abertura da participação democrática na vida política para todos os recém-chegados. Todos eles eram atraídos a uma intensa participação política e com a liberdade de decisão de participar ou não. Mas viu também que dois grupos específicos não estavam autorizados a participar da vida política. Estes eram, evidentemente, negros e índios. Essa discriminação era, pois, o limite desse impressionante e massivo processo de formação do Estado-nação moderno na jovem república dos Estados Unidos da América. Tocqueville não deixou de advertir que a menos que essa discriminação social e política fosse eliminada, o processo de construção nacional se veria limitado. Um século mais tarde, outro europeu, Gunnar Myrdall (1944), observou essas mesmas limitações no processo nacional dos Estados Unidos. Viu também que devido ao fato de que os novos imigrantes eram não-brancos (provinham da América Latina e da Ásia, em sua maioria), as relações coloniais dos brancos com esses outros povos poderiam ser um sério risco para a reprodução dessa nação. Sem dúvida esses riscos vêm aumentando hoje em dia, na medida em que o velho mito do *melting pot* foi abandonado à força e o racismo tende a ser de novo agudo e violento.

Em suma, a colonialidade das relações de dominação/exploração/conflito entre brancos e não-brancos, não obstante sua intensa vigência, dada a condição vastamente majoritária dos primeiros não foi forte o suficiente para impedir a relativa, mas real e importante, democratização do controle de recursos de produção e do Estado, entre brancos, é verdade, mas com o vigor necessário para que pudesse ser reclamada mais tarde também pelos não-brancos. O poder pôde ser configurado na trajetória e na orientação de um Estado-nação. É a isso que se refere, sem dúvida, a idéia da Revolução Americana.

América Latina: Cone Sul e maioria branca

À primeira vista, a situação nos países do chamado Cone Sul da América Latina (Argentina, Chile e Uruguai) foi similar à ocorrida nos Estados Unidos. Os índios, em sua maioria, tampouco foram integrados à sociedade colonial, na medida em que eram povos de mais ou menos a mesma estrutura daqueles da América do Norte, sem disponibilidade para transformar-se em trabalhadores explorados, não condenáveis a trabalhar forçadamente e de maneira disciplinada para os colonos. Nesses três países, também a população negra foi uma minoria durante o período colonial, em comparação com outras regiões dominadas por espanhóis ou portugueses. E os dominantes dos novos países do Cone Sul consideraram, como no caso dos Estados Unidos, necessária a conquista do território que os índios povoavam e o extermínio destes como forma rápida de homogeneizar a população nacional e, desse modo, facilitar o processo de constituição de um Estado-nação moderno, à européia. Na Argentina e no Uruguai isso foi feito no século XIX. E no Chile durante as três primeiras décadas do século XX. Estes países atraíram também milhões de imigrantes europeus, consolidando em aparência a branquitude das sociedades da Argentina, do Chile e do Uruguai. Em determinado sentido, isto também consolidou em aparência o processo de homogeneização em tais países.

Um elemento crucial introduziu, contudo, uma diferença básica nesses países em comparação com o caso estadunidense, muito em especial na Argentina. Enquanto nos Estados Unidos a distribuição da terra produziu-se de uma maneira menos concentrada durante um importante período, na Argentina a apropriação da terra ocorreu de uma maneira completamente distinta. A extrema concentração da propriedade da terra, em particular das terras conquistadas aos índios, tornou impossível qualquer tipo de relações sociais democráticas entre os próprios brancos e

em consequência de toda relação política democrática. Sobre essa base, em lugar de uma sociedade democrática, capaz de representar-se e organizar-se politicamente num Estado democrático, o que se constituiu foi uma sociedade e um Estado oligárquicos, só parcialmente desmantelados desde a Segunda Guerra Mundial. Sem dúvida, essas determinações se associaram ao fato de que a sociedade colonial nesse território, sobretudo na costa atlântica que se tornou hegemônica sobre o resto, foi pouco desenvolvida e por isso seu reconhecimento como sede de um Vice-reino foi tardio (segunda metade do século XVIII). Sua emergência como uma das áreas prósperas do mercado mundial foi rápida desde o último quarto do século XVIII, o que impulsionou no século seguinte uma massiva migração do sul, do centro e do leste da Europa. Mas essa vasta população migratória não encontrou uma sociedade com estrutura, história e identidade suficientemente densas e estáveis, para incorporar-se a ela e com ela identificar-se, como ocorreu no caso dos Estados Unidos e sem dúvida no Chile e no Uruguai. Em fins do século XIX a população de Buenos Aires compunha-se em mais de 80% por imigrantes de origem européia. Levou tempo, por isso provavelmente, para que se considerassem com identidade nacional e cultural próprias diferentes da européia, enquanto rejeitavam explicitamente a identidade associada à herança histórica latino-americana e, em particular, qualquer parentesco com a população indígena²⁵.

A concentração da terra foi igualmente forte no Chile, e um pouco menor no Uruguai. De qualquer modo, diferentemente da Argentina, os imigrantes europeus encontraram nesses países uma sociedade, um Estado, uma identidade já suficientemente densos e constituídos, aos quais se incorporaram e com os quais se identificaram mais pronta e completamente que no outro caso. No caso do Chile, por outro lado, a expansão territorial às custas da Bolívia e do Peru permitia à burguesia chilena o controle de recursos cuja importância marcou desde então a história do país: salitre primeiro, e cobre pouco depois. Nas pampas salitreiras formou-se o primeiro grande contingente de assalariados operários da América Latina, desde mediados do século XIX, e mais tarde foi no cobre que se formou a coluna vertebral das organizações sociais e políticas dos operários chilenos da velha república. Os benefícios, distribuídos entre a burguesia britânica e a chilena, permitiram o impulso da agricultura comercial e da economia comercial urbana. Formaram-se novas camadas de assalariados urbanos e novas camadas médias relativamente amplas, junto com a modernização de uma parte importante da burguesia senhorial. Foram essas condições as que tornaram possível que os trabalhadores e as classes médias pudessem negociar com algum êxito, desde 1930-35, as condições da dominação/exploração/conflito. Isto é, da democracia nas condições do capitalismo. Desse modo, pôde ser estabelecido um poder configurado como Estado-nação de brancos, logicamente. Os índios, exígua minoria de sobreviventes habitando as terras mais pobres e inóspitas do país, foram excluídos desse Estado-nação. Até há pouco eram sociologicamente invisíveis. Agora não o são tanto, começam a mobilizar-se em defesa dessas mesmas terras que também arriscam perder face ao capital global.

O processo de homogeneização dos membros da sociedade imaginada de uma perspectiva eurocêntrica como característica e condição dos Estados-nação modernos, foi levado a cabo nos países do Cone Sul latino-americano não por meio da descolonização das relações sociais e políticas entre os diversos componentes da população, mas pela eliminação massiva de alguns deles (índios, negros e mestiços). Ou seja, não por meio da democratização fundamental das relações sociais e políticas, mas pela exclusão de uma parte da população. Dadas essas condições originais, a democracia alcançada e o Estado-nação constituído não podiam ser afirmados e estáveis. A história política desses países, muito especialmente desde fins da década de 60 até o presente, não poderia ser explicada à margem dessas determinações²⁶.

Maioria indígena, negra e mestiça: o impossível “moderno Estado-nação”

No restante dos países latino-americanos, essa trajetória eurocêntrica em direção ao Estado-nação se demonstrou até agora impossível de chegar a termo. Após a derrota de Tupac Amaru e do Haiti, só nos casos do México e da Bolívia chegou-se tão longe quanto possível no caminho da descolonização social, através de um processo revolucionário mais ou menos radical, durante o qual a descolonização do poder pôde percorrer um trecho importante antes de ser contida e derrotada. Nesses países, ao começar a Independência, principalmente aqueles que foram demográfica e territorialmente extensos em princípios do século XIX, aproximadamente um pouco mais de 90% do total da população era de negros, índios e mestiços. Contudo, em todos estes países, durante o processo de organização dos novos Estados, a tais raças foi negada toda possível participação nas decisões sobre a organização social e política. A pequena minoria branca que assumiu o controle desses Estados viu-se inclusive com a vantagem de estar livre das restrições da legislação da Coroa Espanhola, que se dirigiam formalmente à proteção das raças colonizadas. A partir daí chegaram inclusive a impor novos tributos coloniais aos índios, sem prejuízo de manter a

escravidão dos negros por muitas décadas. Claro que esta minoria dominante se encontrava agora livre para expandir sua propriedade da terra às custas dos territórios reservados aos índios pela regulamentação da Coroa Espanhola. No caso do Brasil, os negros não eram nada além de escravos e a maioria dos índios constituía-se de povos da Amazônia, sendo desta maneira estrangeiros para o novo Estado.

O Haiti foi um caso excepcional onde se produziu, no mesmo movimento histórico, uma revolução nacional, social e racial. Quer dizer, uma descolonização real e global do poder. Sua derrota produziu-se pelas repetidas intervenções militares por parte dos Estados Unidos. O outro processo nacional na América Latina, no Vice-reino do Peru, liderado por Tupac Amaru II em 1780, foi derrotado cedo. Desde então, em todas as demais colônias ibéricas os grupos dominantes tiveram êxito precisamente em evitar a descolonização da sociedade enquanto lutavam por Estados independentes.

Esses novos Estados não poderiam ser considerados de modo algum como nacionais, salvo que se admita que essa exígua minoria de colonizadores no controle fosse genuinamente representante do conjunto da população colonizada. As respectivas sociedades, baseadas na dominação colonial de índios, negros e mestiços, não poderiam tampouco ser consideradas nacionais, e muito menos democráticas. Isto coloca uma situação aparentemente paradoxal: Estados independentes e sociedades coloniais²⁷. O paradoxo é somente parcial ou superficial, se observarmos com mais cuidado os interesses sociais dos grupos dominantes daquelas sociedades coloniais e de seus Estados independentes.

Na sociedade colonial britânico-americana, já que os índios constituíam um povo estrangeiro, vivendo além dos confins da sociedade colonial, a servidão não esteve tão estendida como na sociedade colonial da América Ibérica. Os servos (*indentured servants*) trazidos da Grã-Bretanha não eram legalmente servos, e após a Independência não o foram por muito tempo. Os escravos negros foram de importância básica para a economia, mas demograficamente eram minoria. E desde o começo, depois da Independência, a produção foi feita em grande medida por trabalhadores assalariados e produtores independentes. No Chile, durante o período colonial, a servidão indígena foi restringida, já que os servos índios locais eram uma pequena minoria. E os escravos negros, apesar de serem mais importantes para a economia, eram também uma pequena minoria. Deste modo, essas raças não eram uma grande fonte de trabalho gratuito como no caso dos demais países ibéricos. Conseqüentemente, desde o início da Independência uma crescente proporção da produção local esteve baseada nos salários e no capital, e por essa razão o mercado interno foi vital para a burguesia pré-monopólica. Assim, para as classes dominantes de ambos os países –*toutes distances gardées*– o trabalho assalariado local, a produção e o mercado interno foram preservados e protegidos da concorrência externa como a única e a mais importante fonte de benefício capitalista. Mais ainda, o mercado interno teve que ser expandido e protegido. Nesse sentido, havia algumas áreas de interesses comuns entre os trabalhadores assalariados, os produtores independentes e a burguesia local. Isto, em conseqüência, com as limitações derivadas da exclusão de negros e mestiços, era um interesse nacional para a grande maioria da população do novo Estado-nação.

Estado independente e sociedade colonial: dependência histórico-estrutural

Por outro lado, nas outras sociedades ibero-americanas, a pequena minoria branca no controle dos Estados independentes e das sociedades coloniais não podia ter tido nem sentido nenhum interesse social comum com os índios, negros e mestiços. Ao contrário, seus interesses sociais eram explicitamente antagônicos com relação aos dos servos índios e os escravos negros, dado que seus privilégios compunham-se precisamente do domínio/exploração dessas gentes. De modo que não havia nenhum terreno de interesses comuns entre brancos e não brancos, e, conseqüentemente, nenhum interesse nacional comum a todos eles. Por isso, do ponto de vista dos dominadores, seus interesses sociais estiveram muito mais próximos dos interesses de seus pares europeus, e por isso estiveram sempre inclinados a seguir os interesses da burguesia européia. Eram, pois, dependentes.

Eram dependentes dessa maneira específica, não porque estivessem subordinados por um poder econômico ou político maior. De quem? Espanha ou Portugal eram então demasiadamente fracos, subdesenvolviam-se, não podiam exercer nenhum neocolonialismo como ingleses ou franceses em certos países da África depois da independência política desses países. Os Estados Unidos encontravam-se absorvidos na conquista das terras dos índios e no extermínio dessa população, iniciando sua expansão imperial sobre parte do Caribe, ainda sem capacidade de expandir seu domínio econômico ou político. A Inglaterra tentou ocupar Buenos Aires e foi derrotada.

Os senhores brancos latino-americanos, donos do poder político e de servos e de

escravos, não tinham interesses comuns, e sim exatamente antagônicos aos desses trabalhadores, que eram a avassaladora maioria da população dos novos Estados. E enquanto na Europa e nos Estados Unidos a burguesia branca expandia a relação social chamada capital como eixo de articulação da economia e da sociedade, os senhores latino-americanos não podiam acumular seus muitos benefícios comerciais comprando força de trabalho assalariada, precisamente porque isso ia contra a reprodução de sua condição de senhores. E destinavam esses benefícios comerciais ao consumo ostentoso das mercadorias produzidas, sobretudo, na Europa.

A dependência dos capitalistas senhoriais desses países tinha como consequência uma fonte inescapável: a colonialidade de seu poder levava-os a perceber seus interesses sociais como iguais aos dos outros brancos dominantes, na Europa e nos Estados Unidos. Essa mesma colonialidade do poder impedia-os, no entanto, de desenvolver realmente seus interesses sociais na mesma direção que os de seus pares europeus, isto é, transformar capital comercial (benefício igualmente produzido na escravidão, na servidão, ou na reciprocidade) em capital industrial, já que isso implicava libertar índios servos e escravos negros e transformá-los em trabalhadores assalariados. Por óbvias razões, os dominadores coloniais dos novos Estados independentes, em especial na América do Sul depois da crise de fins do século XVIII, não podiam ser nada além de sócios menores da burguesia européia. Quando muito mais tarde foi necessário libertar os escravos, não foi para assalariá-los, mas para substituí-los por trabalhadores imigrantes de outros países, europeus e asiáticos. A eliminação da servidão dos índios é recente. Não havia nenhum interesse social comum, nenhum mercado próprio a defender, o que teria incluído o assalariado, já que nenhum mercado local era de interesse dos dominadores. Não havia, simplesmente, nenhum interesse nacional.

A dependência dos senhores capitalistas não provinha da subordinação *nacional*. Esta foi, pelo contrário, a consequência da comunidade de interesses raciais. Estamos lidando aqui com o conceito da dependência histórico-estrutural, que é muito diferente das propostas nacionalistas da dependência externa ou estrutural (Quijano, 1967). A subordinação veio mais adiante, precisamente devido à dependência e não o contrário: durante a crise econômica mundial dos anos 30, a burguesia com mais capital comercial da América Latina (Argentina, Brasil, México, Chile, Uruguai e até certo ponto a Colômbia) foi forçada a produzir localmente os bens que serviam para seu consumo ostentador e que antes tinham que importar. Este foi o início do peculiar caminho latino-americano de industrialização dependente: a substituição dos bens importados para o consumo ostentador dos senhores e dos pequenos grupos médios associados a eles, por produtos locais destinados a esse consumo. Para tal finalidade não era necessário reorganizar globalmente as economias locais, assalariar massivamente servos, nem produzir tecnologia própria. A industrialização através da substituição de importações é, na América Latina, um caso revelador das implicações da colonialidade do poder²⁸.

Neste sentido, o processo de independência dos Estados na América Latina sem a descolonização da sociedade não pôde ser, não foi, um processo em direção ao desenvolvimento dos Estados-nação modernos, mas uma rearticulação da colonialidade do poder sobre novas bases institucionais. Desde então, durante quase 200 anos, estivemos ocupados na tentativa de avançar no caminho da nacionalização de nossas sociedades e nossos Estados. Mas ainda em nenhum país latino-americano é possível encontrar uma sociedade plenamente nacionalizada nem tampouco um genuíno Estado-nação. A homogenização nacional da população, segundo o modelo eurocêntrico de nação, só teria podido ser alcançada através de um processo radical e global de democratização da sociedade e do Estado. Antes de mais nada, essa democratização teria implicado, e ainda deve implicar, o processo da descolonização das relações sociais, políticas e culturais entre as raças, ou mais propriamente entre grupos e elementos de existência social europeus e não europeus. Não obstante, a estrutura de poder foi e ainda segue estando organizada sobre e ao redor do eixo colonial. A construção da nação e sobretudo do Estado-nação foram conceitualizadas e trabalhadas contra a maioria da população, neste caso representada pelos índios, negros e mestiços. A colonialidade do poder ainda exerce seu domínio, na maior parte da América Latina, contra a democracia, a cidadania, a nação e o Estado-nação moderno.

Atualmente podem-se distinguir quatro trajetórias históricas e linhas ideológicas acerca do problema do Estado-nação:

1. Um limitado mas real processo de descolonização/democratização através de revoluções radicais como no México e na Bolívia, depois das derrotas do Haiti e de Tupac Amaru. No México, o processo de descolonização do poder começou a ver-se paulatinamente limitado desde os anos 60 até entrar finalmente num período de crise no final dos anos 70. Na Bolívia a revolução foi derrotada em 1965.
2. Um limitado mas real processo de homogeneização colonial (racial), como no Cone Sul (Chile,

Uruguai, Argentina), por meio de um genocídio massivo da população aborígine. Uma variante dessa linha é a Colômbia, onde a população original foi quase exterminada durante a colônia e substituída pelos negros.

3. Uma sempre frustrada tentativa de homogeneização cultural através do genocídio cultural dos índios, negros e mestiços, como no México, Peru, Equador, Guatemala-América Central e Bolívia.

4. A imposição de uma ideologia de “democracia racial” que mascara a verdadeira discriminação e a dominação colonial dos negros, como no Brasil, na Colômbia e na Venezuela. Dificilmente alguém pode reconhecer com seriedade uma verdadeira cidadania da população de origem africana nesses países, ainda que as tensões e conflitos raciais não sejam tão violentos e explícitos como na África do Sul ou no sul dos Estados Unidos.

O que estas comprovações indicam é que há, sem dúvida, um elemento que impede radicalmente o desenvolvimento e a culminação da nacionalização da sociedade e do Estado, na mesma medida em que impede sua democratização, já que não se encontra nenhum exemplo histórico de modernos Estado-nação que não sejam o resultado dessa democratização social e política. Qual é ou pode ser esse elemento?

No mundo europeu, e por isso na perspectiva eurocêntrica, a formação de Estados-nação foi teorizada, imaginada na verdade, como expressão da homogeneização da população em termos de experiências históricas comuns. E à primeira vista, os casos exitosos de nacionalização de sociedades e Estados na Europa parece dar razão a esse enfoque. O que encontramos na história conhecida é, desde logo, que essa homogeneização consiste na formação de um espaço comum de identidade e de sentido para a população de um espaço de dominação. E isso, em todos os casos, é o resultado da democratização da sociedade, que desse modo pode organizar-se e expressar-se num Estado democrático. A pergunta pertinente, a estas alturas do debate, é: por que isso foi possível na Europa Ocidental, e com as limitações conhecidas, em todo o mundo de identidade européia (Canadá, EUA, Austrália, Nova Zelândia, por exemplo)? Por que não foi possível, até hoje, senão de modo parcial e precário, na América Latina?

Para começar, teria sido possível na França, o caso clássico de Estado-nação moderno, essa democratização social e radical se o fator racial tivesse estado presente? É muito pouco provável. Hoje em dia é fácil observar na França o problema nacional e o debate produzido pela presença de população não-branca, originária das ex-colônias francesas. Obviamente não é um assunto de etnicidade nem de crenças religiosas. Novamente basta recordar que há um século o Caso Dreyfus demonstrou a capacidade de discriminação dos franceses, mas seu final também demonstrou que para muitos deles a identidade de origem não era requisito determinante para ser membro da nação francesa, desde que a cor fosse francesa. Os judeus franceses são hoje mais franceses que os filhos de africanos, árabes e latino-americanos nascidos na França. Isto para não mencionar o sucedido com os imigrantes russos e espanhóis cujos filhos, por terem nascido na França, são franceses.

Isto quer dizer que a colonialidade do poder baseada na imposição da idéia de raça como instrumento de dominação foi sempre um fator limitante destes processos de construção do Estado-nação baseados no modelo eurocêntrico, seja em menor medida como no caso estadunidense ou de modo decisivo como na América Latina. O grau atual de limitação depende, como foi demonstrado, da proporção das raças colonizadas dentro da população total e da densidade de suas instituições sociais e culturais.

Por tudo isso, a colonialidade do poder estabelecida sobre a idéia de raça deve ser admitida como um fator básico na questão nacional e do Estado-nação. O problema é, contudo, que na América Latina a perspectiva eurocêntrica foi adotada pelos grupos dominantes como própria e levou-os a impor o modelo europeu de formação do Estado-nação para estruturas de poder organizadas em torno de relações coloniais. Assim, ainda nos encontramos hoje num labirinto em que o Minotauro é sempre visível, mas sem nenhuma Ariadne para mostrar-nos a ansiada saída.

Eurocentrismo e revolução na América Latina

Outro caso claro desse trágico desencontro entre nossa experiência e nossa perspectiva de conhecimento é o debate e a prática de projetos revolucionários. No século XX a avassaladora maioria da esquerda latino-americana, adepta do Materialismo Histórico, manteve o debate basicamente em torno de dois tipos de revoluções: democrático-burguesa e socialista. Rivalizando com essa esquerda, o movimento denominado aprista –o APRA (Aliança Popular Revolucionária Anti-imperialista) no Peru, a AD (Ação Democrática na Venezuela), o MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário) na Bolívia, o MLN (Movimento de Libertação Nacional) na Costa Rica, o Movimento Revolucionário Autêntico e os Ortodoxos em Cuba entre os mais importantes– pela boca de seu

maior teórico, o peruano Haya de la Torre, propôs originalmente, entre 1925-1935, a chamada Revolução Anti-imperialista, como um processo de depuração do caráter capitalista da economia e da sociedade latino-americanas, sobre a base do controle nacional-estatal dos principais recursos de produção, como uma transição em direção a uma revolução socialista. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, esse projeto transitou definitivamente para uma espécie de social-liberalismo²⁹, e se vai esgotando desse modo.

De maneira breve e esquemática, mas não arbitrária, pode-se apresentar o debate latino-americano sobre a revolução democrático-burguesa como um projeto no qual a burguesia organiza a classe operária, os camponeses e outros grupos dominados para arrancar dos senhores feudais o controle do Estado e para reorganizar a sociedade e o Estado nos termos do capital e da burguesia. A suposição central desse projeto é que a sociedade na América Latina é fundamentalmente feudal, ou semifeudal na melhor das hipóteses, já que o capitalismo é ainda incipiente, marginal e subordinado. A revolução socialista, por sua vez, concebe-se como a erradicação da burguesia do controle do Estado pela classe operária, a classe trabalhadora por excelência, à frente de uma coalizão das classes exploradas e dominadas, para impor o controle estatal dos meios de produção, e construir a nova sociedade por meio do Estado. A tese dessa proposta é, obviamente, a de que a economia e portanto a sociedade e o Estado na América Latina são basicamente capitalistas. Em sua linguagem, isso implica que o capital como relação social de produção é dominante, e que conseqüentemente o burguês é também dominante na sociedade e no Estado. Admite que há resíduos feudais, e portanto tarefas democrático-burguesas no trajeto da revolução socialista.

De fato, o debate político do último meio século na América Latina tem estado ancorado na questão da pretensa feudalidade/semifeudalidade da economia, da sociedade e do Estado, ou se seriam capitalistas. A maioria da esquerda latino-americana, até há poucos anos, aderiu à proposta democrático-burguesa, seguindo antes de tudo os alinhamentos centrais do *socialismo real* ou do *campo socialista*, seja com sede em Moscou ou em Pequim.

Para acreditar que na América Latina uma revolução democrático-burguesa baseada no modelo europeu é não só possível, mas necessária, primeiro é preciso admitir na América, e mais precisamente na América Latina: 1) a relação seqüencial entre feudalismo e capitalismo; 2) a existência histórica do feudalismo e conseqüentemente o conflito histórico antagônico entre a aristocracia feudal e a burguesia; e 3) uma burguesia interessada em levar a cabo semelhante empreendimento revolucionário. Sabemos que na China no início dos anos 30, Mao propôs a idéia da revolução democrática de novo tipo, porque a burguesia já não está interessada nessa sua missão histórica, e tampouco é capaz de levá-la a cabo. Neste caso, uma coalizão de classes exploradas/dominadas, sob a liderança da classe trabalhadora, deve substituir a burguesia e empreender a nova revolução democrática.

Na América, contudo, como em escala mundial desde 500 anos atrás, o capital existe apenas como o eixo dominante da articulação conjunta de todas as formas historicamente conhecidas de controle e exploração do trabalho, configurando assim um único padrão de poder, histórico-estruturalmente heterogêneo, com relações descontínuas e conflitivas entre seus componentes. Nenhuma seqüência evolucionista entre os modos de produção, nenhum feudalismo anterior, separado do capital e a ele antagônico, nenhum senhorio feudal no controle do Estado, ao qual uma burguesia sedenta de poder tivesse que desalojar por meios revolucionários. Se seqüência houvera, é sem dúvida surpreendente que o movimento seguidor do Materialismo Histórico não haja lutado por uma revolução anti-escravista, prévia à revolução antifeudal, prévia por sua à revolução anticapitalista. Porque na maior parte deste continente (EUA, todo o Caribe, incluindo Venezuela, Colômbia, o litoral do Equador e do Peru, Brasil), o escravismo foi mais generalizado e mais poderoso. Mas, é claro, a escravidão terminou antes do século XX. E foram os senhores feudais os que herdaram o poder. Não é verdade?

Uma revolução antifeudal, portanto democrático-burguesa, no sentido eurocêntrico sempre foi, portanto, uma impossibilidade histórica. As únicas revoluções democráticas realmente ocorridas na América (além da Revolução Americana) foram as do México e da Bolívia, como revoluções populares, nacionalistas-anti-imperialistas, anticoloniais, isto é, contra a colonialidade do poder, e anti-oligárquicas, isto é, contra o controle do Estado pela burguesia senhorial sob a proteção da burguesia imperial. Na maioria dos outros países, o processo foi um processo de depuração gradual e desigual do caráter social, capitalista, da sociedade e do Estado. Logo, o processo foi sempre muito lento, irregular e parcial.

Poderia ter sido de outra maneira? Toda democratização possível da sociedade na América Latina deve ocorrer na maioria destes países, ao mesmo tempo e no mesmo movimento histórico como uma descolonização e como uma redistribuição do poder. Em outras palavras, como

uma redistribuição radical do poder. Isto se deve, primeiro, a que as “classes sociais”, na América Latina, têm “cor”, qualquer “cor” que se possa encontrar em qualquer país, em qualquer momento. Isso quer dizer, definitivamente, que a classificação das pessoas não se realiza somente num âmbito do poder, a economia, por exemplo, mas em todos e em cada um dos âmbitos. A dominação é o requisito da exploração, e a raça é o mais eficaz instrumento de dominação que, associado à exploração, serve como o classificador universal no atual padrão mundial de poder capitalista. Nos termos da questão nacional, só através desse processo de democratização da sociedade pode ser possível e finalmente exitosa a construção de um Estado-nação moderno, com todas as suas implicações, incluindo a cidadania e a representação política.

Quanto à miragem eurocêntrica acerca das revoluções “socialistas”, como controle do Estado e como estatização do controle do trabalho/recursos/produtos, da subjetividade/recursos/produtos, do sexo/recursos/produtos, essa perspectiva funda-se em duas suposições teóricas radicalmente falsas. Primeiro, a idéia de uma sociedade capitalista homogênea, no sentido de que só o capital como relação social existe e portanto a classe operária industrial assalariada é a parte majoritária da população. Mas já vimos que não foi assim nunca, nem na América Latina nem no restante do mundo, e que quase seguramente não ocorrerá assim nunca. Segundo, a idéia de que o socialismo consiste na estatização de todos e cada um dos âmbitos do poder e da existência social, começando com o controle do trabalho, porque do Estado se pode construir a nova sociedade. Essa suposição coloca toda a história, de novo, sobre sua cabeça. Inclusive nos toscos termos do Materialismo Histórico, faz de uma *superestrutura*, o Estado, a *base* da sociedade. E escamoteia o fato de uma total reconcentração do controle do poder, o que leva necessariamente ao total despotismo dos controladores, fazendo-a aparecer como se fosse uma socialização do poder, isto é, a redistribuição radical do controle do poder. Mas, precisamente, o socialismo não pode ser outra coisa que a trajetória de uma radical devolução do controle sobre o trabalho/recursos/produtos, sobre o sexo/recursos/produtos, sobre a autoridade/instituições/violência, e sobre a intersubjetividade/conhecimento/comunicação, à vida cotidiana das pessoas. Isso é o que proponho, desde 1972, como socialização do poder (Quijano, 1972; 1981).

Solitariamente, em 1928, José Carlos Mariátegui foi sem dúvida o primeiro a vislumbrar, não só na América Latina, que neste espaço/tempo as relações sociais de poder, qualquer que fosse seu caráter prévio, existiam e atuavam simultânea e articuladamente, numa única e conjunta estrutura de poder; que esta não podia ser uma unidade homogênea, com relações contínuas entre seus elementos, movendo-se na história contínua e sistemicamente. Portanto, que a idéia de uma revolução socialista tinha que ser, por necessidade histórica, dirigida contra o conjunto desse poder e que longe de consistir numa nova reconcentração burocrática do poder, só podia ter sentido como redistribuição entre as pessoas, em sua vida cotidiana, do controle sobre as condições de sua existência social³⁰. O debate não será retomado na América Latina senão a partir dos anos 60 do século há pouco terminado, e no resto do mundo a partir da derrota mundial do campo socialista.

Na realidade, cada categoria usada para caracterizar o processo político latino-americano tem sido sempre um modo parcial e distorcido de olhar esta realidade. Essa é uma consequência inevitável da perspectiva eurocêntrica, na qual um evolucionismo unilinear e unidirecional se amalgama contraditoriamente com a visão dualista da história; um dualismo novo e radical que separa a natureza da sociedade, o corpo da razão; que não sabe o que fazer com a questão da totalidade, negando-a simplesmente, como o velho empirismo ou o novo pós-modernismo, ou entendendo-a só de modo organicista ou sistêmico, convertendo-a assim numa perspectiva distorcedora, impossível de ser usada salvo para o erro.

Não é, pois, um acidente que tenhamos sido, por enquanto, derrotados em ambos os projetos revolucionários, na América e em todo o mundo. O que pudemos avançar e conquistar em termos de direitos políticos e civis, numa necessária redistribuição do poder, da qual a descolonização da sociedade é a pressuposição e ponto de partida, está agora sendo arrasado no processo de reconcentração do controle do poder no capitalismo mundial e com a gestão dos mesmos responsáveis pela colonialidade do poder. Conseqüentemente, é tempo de aprendermos a nos libertar do espelho eurocêntrico onde nossa imagem é sempre, necessariamente, distorcida. É tempo, enfim, de deixar de ser o que não somos.

Bibliografia

- Allen, Theodore W. 1994 *The Invention of White Race* (Londres: Verso) Vol. 1 e 2.
 Amin, Samir 1989 *Eurocentrism* (Nova Iorque: Monthly Review Press).
 Anderson, Benedict 1991 *Imagined Communities* (Londres: Verso).

- Baer, Werner 1962 "The Economics of Prebisch and ECLA" in *Economic Development and Cultural Change* (Chicago: University of Chicago Press) Vol. X, janeiro.
- Blaut, J. M. 1993 *The Colonizers Model of the World. Geographical Diffusionism and Eurocentric History* (Nova Iorque: The Guilford Press).
- Bousquié, Paul 1994 *Le corps cet inconnu* (Paris: L'Harmattan).
- Coronil, Fernando 1996 "Beyond Occidentalism: Toward Nonimperial Geohistorical Categories" in *Cultural Anthropology*, Vol. 11, Nº 1, fevereiro.
- Descartes, René 1963-1967 "Discours de la méthode", "Méditations" e "Description du corps humain" em *Oeuvres philosophiques* (Paris: Editions Alquié).
- Dussel, Enrique 1995 *The Invention of the Americas* (Nova Iorque: Continuum).
- ECLA (CEPAL) 1960 *The Economic Development in Latin America and its Principal Problems* (Nova Iorque: Nações Unidas).
- Gobineau, Arthur de 1853-1857 *Essais sur l'inégalité des races humaines* (Paris).
- González Casanova, Pablo 1965 "Internal Colonialism and National Development" in *Studies in Comparative International Development*, Vol. 1, Nº 4.
- Gruzinski, Serge 1988 *La colonisation de l'imaginaire. Sociétés indigènes et occidentalisation dans le Mexique espagnol XVI-XVIII siècle* (Paris: Gallimard).
- Hopkins, Terence and Wallerstein, Immanuel 1982 *World-Systems Analysis. Theory and Methodology* (Beverly Hills: Sage Publications) Vol. 1.
- Imaz, Eugenio 1964 *Nosotros Mañana* (Buenos Aires).
- Jacobson, Mathew Frye 1998 *Whiteness of a Different Color* (Cambridge: Harvard University Press).
- Jonathan, Mark 1994 *Human Biodiversity, Genes, Race and History* (Nova Iorque: Aldyne de Gruyter).
- Lander, Edgardo 1997 "Colonialidad, modernidad, postmodernidad" em *Anuario Mariáteguiano* (Lima: Amauta) Vol. IX, Nº 9.
- Mariátegui, José Carlos 1928a "Aniversario y balance" em *Amauta* (Lima) setembro.
- Mariátegui, José Carlos 1928b *7 Ensayos de interpretación de la realidad peruana* (Lima: Amauta).
- Mariátegui, José Carlos 1929 "Punto de Vista Antiimperialista" em *Ideología y Política - Obras Completas* (Lima: Amauta) Vol. 11.
- Mignolo, Walter 1995 *The Darker Side of the Renaissance. Literacy, Territoriality and Colonization* (Ann Arbor: Michigan University Press).
- Mudimbe, V. Y. 1988 *The Invention of Africa. Gnosis, Philosophy and the Order of Knowledge* (Bloomington: Bloomington University Press).
- Myrdall, Gunnar 1944 *American Dilemma* (Nova Iorque: Harper and Brothers).
- O'Gorman, Edmundo 1954 *La invención de América* (México DF: Fondo de Cultura Económica).
- Quijano, Aníbal 1967 "Urbanización, cambio social y dependencia" em Cardoso, Fernando Henrique e Wefort, Francisco (eds.) *América Latina. Ensayos de interpretación sociológica* (Santiago do Chile: Editorial Universitaria).
- Quijano, Aníbal 1972 *¿Qué es y qué no es el socialismo?* (Lima: Ediciones Sociedad y Política).
- Quijano, Aníbal 1977 *Imperialismo y Marginalidad en América Latina* (Lima: Mosca Azul).
- Quijano, Aníbal 1981 "Poder y democracia en el socialismo" em *Sociedad y Política* (Lima) Nº 12.
- Quijano, Aníbal 1988a "La nueva heterogeneidad estructural de América Latina" em Sonntag, Heinz (ed.) *Nuevos temas, nuevos contenidos* (Caracas: UNESCO/Nueva Sociedad).
- Quijano, Aníbal 1988b *Modernidad, identidad y utopía en América Latina* (Lima: Ediciones Sociedad y Política).
- Quijano, Aníbal 1991 "América, el capitalismo y la modernidad nacieron el mismo día" em *ILLA* (Lima) Nº 10, janeiro.
- Quijano, Aníbal 1992a "Colonialidad y modernidad/racionalidad" em *Perú Indígena* (Lima) Vol. 13, Nº 29.
- Quijano, Aníbal 1992b "'Raza', 'etnia', 'nación' en Mariátegui: cuestiones abiertas" em Forgues, Roland (ed.) *José Carlos Mariátegui y Europa. La otra cara del descubrimiento* (Lima: Amauta).
- Quijano, Aníbal 1992c "Réflexions sur l'Interdisciplinarité, le Développement et les Relations Inter culturelles" em *Entre Savoirs. Interdisciplinarité en acte: enjeux, obstacles, résultats* (Paris: UNESCO/ERES).
- Quijano, Aníbal 1993 "América Latina en la economía mundial" em *Problemas del desarrollo* (México DF: UNAM) Vol. XXIV, Nº 95, outubro-dezembro.
- Quijano, Aníbal 1994 "Colonialité du Pouvoir, Démocratie et Citoyenneté en Amérique Latine" em *Amérique Latine: Démocratie et Exclusion* (Paris: L'Harmattan).
- Quijano, Aníbal 1997 "Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina" em *Anuario Mariáteguiano* (Lima: Amauta) Vol. IX, Nº 9.
- Quijano, Aníbal 1998a "Estado nación, ciudadanía y democracia: cuestiones abiertas" em González,

- Helena e Schmidt, Heidulf (eds.) *Democracia para una nueva sociedad* (Caracas: Nueva Sociedad).
- Quijano, Aníbal 1998b "Fujimorismo y populismo" em Burbano de Lara, F. (ed.) *El fantasma del populismo* (Caracas: Nueva Sociedad/ILDIS).
- Quijano, Aníbal 1999a "Coloniality of power and its institutions". Simpósio sobre a Colonialidade do poder e seus âmbitos sociais, Binghamton University, Nova Iorque, abril.
- Quijano, Aníbal 1999b "¡Qué tal raza!" em *Familia y cambio social* (Lima: CECOSAM).
- Quijano, Aníbal 2000a "El fantasma del desarrollo en América Latina" em *Revista venezolana de economía y ciencias sociales* (Caracas) Nº 2.
- Quijano, Aníbal 2000b "Modernidad y democracia: intereses y conflictos" em *Anuario Mariateguiano* (Lima) Vol. XII, Nº 12.
- Quijano, Aníbal and Wallerstein, Immanuel 1992 "Americanness as a concept or the Americas in the modern world-system" in *International Social Science Journal* (Paris: UNESCO) Nº 134, novembro.
- Rabasa, José 1993 *Inventing America. Spanish Historiography and the Formation of Eurocentrism* (Norman: Oklahoma University Press).
- Said, Edward 1979 *Orientalism* (Nova Iorque: Vintage Books).
- Stavenhagen, Rodolfo 1965 "Classes, colonialism and acculturation" in *Studies in Comparative International Development*, Vol. 1, Nº 7.
- Stocking, George W. Jr. 1968 *Race, Culture and Evolution. Essays in the History of Anthropology* (Nova Iorque: The Free Press).
- The American Economic Review. Papers and Proceedings* 1959 "Commercial policy in the underdeveloped countries", Vol. XLIX, maio.
- Tilly, Charles 1990 *Coercion, Capital and European States AD 990-1992* (Cambridge: Blackwell).
- Tocqueville, Alexis de 1835 *Democracy in America*, Vol. 1.
- Viola, Herman and Margolis, Carolyn (eds.) 1991 *Seeds of Change. A Quincentennial Commemoration* (Washington: Smithsonian Institution Press).
- Wallerstein, Immanuel 1974-1989 *The Modern World-System* (Nova Iorque: Academic Press Inc.) Vol. I, II e III.
- Wallerstein, Immanuel 1997 "El Espacio/Tiempo como base del conocimiento" em *Anuario Mariateguiano* (Lima) Vol. IX, Nº 9.
- Young, Robert C. 1995 *Colonial Desire. Hybridity in Theory, Culture and Race* (Londres: Routledge).

Notas

* Centro de Investigaciones Sociales (CIES), Lima.

1 Quero agradecer, principalmente, a Edgardo Lander e a Walter Mignolo, por sua ajuda na revisão deste artigo. E a um comentarista, cujo nome ignoro, por suas valiosas críticas a uma versão anterior. Desnecessário afirmar que eles não são responsáveis pelos erros e limitações do texto.

2 Sobre o conceito de colonialidade do poder, ver Aníbal Quijano (1992a).

3 Ver Quijano e Wallerstein (1992) e Quijano (1991). Sobre o conceito de espaço/tempo, ver Wallerstein (1997).

4 Sobre esta questão e sobre os possíveis antecedentes da idéia de raça antes da América, remeto a Quijano (1992b).

5 A invenção da categoria de cor –primeiro como a mais visível indicação de raça, mais tarde simplesmente como o equivalente dela–, tanto como a invenção da particular categoria de branco, exigem ainda uma pesquisa histórica mais exaustiva. Em todo caso, muito provavelmente foram invenções britânico-americanas, já que não há rastros dessas categorias nas crônicas e em outros documentos dos primeiros cem anos de colonialismo ibérico na América. Para o caso britânico-americano existe uma extensa bibliografia (Theodore W. Allen, 1994 e Mathew Frye Jacobson, 1998, entre os mais importantes). O problema é que esta ignora o sucedido na América Ibérica. Devido a isso, para esta região ainda carecemos de informação suficiente sobre este aspecto específico. Por isso esta segue sendo uma questão aberta. É muito interessante que apesar de que os que haveriam de ser europeus no futuro, conheciam os futuros *africanos* desde a época do império romano, inclusive os ibéricos, que eram mais ou menos familiares com eles muito antes da Conquista, nunca se pensou neles em termos raciais antes da aparição da América. De fato, raça é uma categoria aplicada pela primeira vez aos "índios", não aos "negros". Deste modo, *raça* apareceu muito antes que *cor* na história da classificação social da população mundial.

6 A idéia de raça é, literalmente, uma invenção. Não tem nada a ver com a estrutura biológica da espécie humana. Quanto aos traços fenotípicos, estes se encontram obviamente no código genético dos indivíduos e grupos e nesse sentido específico são biológicos. Contudo, não têm nenhuma relação com nenhum dos subsistemas e processos biológicos do organismo humano, incluindo por certo aqueles implicados nos subsistemas neurológicos e mentais e suas funções. Ver

Jonathan Mark (1994) e Aníbal Quijano (1999b).

7 Fernando Coronil (1996) discutiu a construção da categoria Ocidente como parte da formação de um poder global.

8 Isso foi o que, segundo um relato pessoal, encontrou Alfred Metraux, o conhecido antropólogo francês, em fins dos anos 50 no Sul do Peru, e o mesmo que também encontrei em 1963, em Cusco: um trabalhador braçal *índio* obrigado a viajar de sua aldeia, em La Convención, até a cidade, para cumprir seu turno de servir durante uma semana a seus patrões. Mas estes não lhe proporcionavam moradia, nem alimento, nem, desde logo, salário. Metraux propunha que essa situação estava mais próxima do colonato romano do século IV d.C. que do feudalismo europeu.

9 Sobre o processo de produção de novas identidades histórico-geoculturais ver de Edmundo O'Gorman (1954), José Rabasa (1993), Enrique Dussel (1995), V. Y. Mudimbe (1988), Charles Tilly (1990), Edward Said (1979) e Fernando Coronil (1996).

10 Acerca dessas questões, ver George W. Stocking Jr. (1968), Robert. C. Young (1995), Aníbal Quijano (1992a; 1992c; 1997) e Serge Gruzinski (1988).

11 Acerca das categorias produzidas durante o domínio colonial europeu do mundo, existe um bom número de linhas de debate: “estudos da subalternidade”, “estudos pós-coloniais”, “estudos culturais”, “multiculturalismo”, entre os atuais. Também uma florescente bibliografia demasiado extensa para ser aqui citada e com nomes famosos entre eles, como Guha, Spivak, Said, Bhabha, Hall.

12 Há uma vasta literatura em torno desse debate. Um sumário pode ser encontrado em meu texto “El fantasma del desarrollo en América Latina” (Quijano, 2000a).

13 Sobre este tema ver as agudas observações de Robert C. Young (1995).

14 Um debate mais detido em Quijano (2000b).

15 Acerca das proposições teóricas desta concepção do poder, ver Quijano (1999a).

16 No sentido de que as relações entre as partes e a totalidade não são arbitrárias e a última tem hegemonia sobre as partes na orientação do movimento do conjunto. Não no sentido sistêmico, quer dizer, em que as relações das partes entre si e com o conjunto são lógico-funcionais. Isto não ocorre senão nas máquinas e nos organismos. Nunca nas relações sociais.

17 A literatura do debate sobre o eurocentrismo cresce rapidamente. Uma posição diferente da que orienta este artigo, ainda que dela aparentada, é a de Samir Amin (1989).

18 Sobre a origem da categoria de heterogeneidade histórico-estrutural, ver meu “Notas sobre el concepto de marginalidad social, CEPAL”, incorporado depois ao volume *Imperialismo y Marginalidad en América Latina* (Quijano, 1977). Pode-se ver também Quijano (1988a).

19 Sempre me perguntei pela origem de uma das mais caras propostas do Liberalismo: as idéias devem ser respeitadas. O corpo, por sua vez, pode ser torturado, triturado e morto. Nós os latino-americanos acostumamos citar com admiração a desafiante frase de um mártir das lutas anticoloniais, no próprio momento de ser degolado: “Bárbaros, as idéias não se degolam!”. Sugiro agora que sua origem deve ser buscada nesse novo dualismo cartesiano, que transformou o “corpo” em mera “natureza”.

20 Ver *Discours de la méthode, Méditations e Description du corps humain* (Descartes, 1963-1967). Paul Bousquié (1994) acerta neste ponto: o cartesianismo é um novo dualismo radical.

21 Acerca desses processos na subjetividade eurocentrada, revela muito que a única categoria alternativa ao Ocidente era, e ainda o é, o Oriente, enquanto que os negros (África) ou os índios (América antes dos Estados Unidos) não tinham a honra de ser o Outro da Europa ou Ocidente.

22 Como sugere Benedict Anderson (1991). Uma discussão mais extensa sobre este ponto em Quijano (1998a).

23 Uma discussão mais ampla sobre os limites e as condições da democracia numa estrutura de poder capitalista, em Quijano (1998a; 2000a).

24 Provavelmente o antecedente mais próximo da idéia de raça produzida pelos castelhanos na América. Ver Quijano (1992b).

25 Ainda nos anos 20 em pleno século XX, H. Murena, um membro importante da inteligência argentina, não hesitava em proclamar: “Somos europeus exilados nestas pampas selvagens”. Ver Eugenio Imaz (1964). E tão tardiamente como nos anos 60, nas lutas sociais, culturais e políticas da Argentina, “cabecita negra” era o mote pejorativo da discriminação especificamente racial.

26 A homogeneização é um elemento básico da perspectiva eurocentrista da nacionalização. Se assim não fosse, não se poderia explicar, nem entender, os conflitos nacionais nos países europeus cada vez que se coloca o problema das diferenças étnico-raciais dentro da população. Não se poderia entender tampouco, de outro modo, a política eurocêntrica de povoamento favorecida pelos liberais do Cone Sul da América Latina, nem a origem e o sentido do assim chamado “problema indígena” em toda a América Latina. Se os fazendeiros peruanos do século XIX importaram chineses, foi precisamente porque a questão nacional não estava em jogo para eles, e sim o puro interesse

social. Foi por essa perspectiva eurocentrista, fundada na colonialidade do poder, que a burguesia senhorial latino-americana tem sido inimiga da democratização social e política como condição de nacionalização da sociedade e do Estado.

27 Nos anos 60 e 70 muitos cientistas sociais dentro e fora da América Latina, entre os quais me incluo, usamos o conceito de “colonialismo interno” para caracterizar a aparente relação paradoxal dos Estados independentes com relação a suas populações colonizadas. Na América Latina, Pablo González Casanova (1965) e Rodolfo Stavenhagen (1965) foram seguramente os mais importantes entre os que trataram de teorizar o problema de maneira sistemática. Agora sabemos que esses são problemas acerca da colonialidade que vão muito além da trama institucional do Estado-nação.

28 Sobre estas questões adiantei algumas propostas de debate em Quijano (1993).

29 A miopia eurocêntrica, não apenas de estudiosos da Europa ou dos Estados Unidos mas também dos da América Latina, difundiu e quase impôs universalmente o nome de populismo para esses movimentos e projetos que, contudo, têm pouco em comum com o movimento dos narodníkis russos do século XIX ou do populismo estadunidense posterior. Uma discussão destas questões em Quijano (1998b).

30 Essa descoberta é, sem dúvida, o que outorga a Mariátegui seu maior valor e sua continuada vigência, derrotados os socialismos e seu materialismo histórico. Ver, sobretudo, a passagem final do primeiro de seus 7 *Ensayos de Interpretación de la realidad peruana* (1928b), numerosamente reimpresso; “Punto de Vista Antiimperialista” apresentado à Primeira Conferência Comunista Latino-americana, Buenos Aires (1929); e o célebre “Aniversario y balance”, editorial da revista *Amauta* (1928a).

Sugestões de filmes:

- **Sinopse**

Zuzu Angel, uma estilista de sucesso que projetou a moda brasileira no mundo. Zuzu Angel, uma mãe quer travou uma luta contra tudo e todos na busca pelo seu filho Stuart. Os anos 70 viram o mundo de pernas para o ar. No Brasil, a carreira de Zuzu Angel (Patrícia Pillar) como estilista começa a deslanchar enquanto seu filho Stuart (Daniel de Oliveira) ingressa no movimento estudantil, contrário à ditadura militar então virgente no país. Stuart é preso, torturado e assassinado pelos agentes do Centro de informações de Aeronáutica, sendo dado como desaparecido político. Inicia-se então o périplo de Zuzu, denunciando as torturas e morte de seu filho. Suas manifestações ecoaram no Brasil, no exterior e em sua moda.

Informações Técnicas

Título no Brasil: Zuzu Angel

Título Original: Zuzu Angel

País de Origem: Brasil

Gênero: Drama

Tempo de Duração: 103 minutos

Ano de Lançamento: 2006

Estréia no Brasil: 04/08/2006

Fonte: http://www.interfilmes.com/filme_15887_Zuzu.Angel-5BZuzu.Angel%5D.html.

Acesso em: 19 jun. 2010.

ATIVIDADE

- Faça uma relação entre cultura brasileira, educação e exclusão social.
- Podemos afirmar que pensamento social Brasileiro é uma forma eurocentrismo na América Latina? Justifique sua resposta

UNIDADE IV

OBJETIVOS GERAIS

- Apresentar o cenário maranhense e alguns dos principais eventos históricos

História do Maranhão; alguns aspectos sociais e econômicos ao longo de sua Geografia

O Maranhão desde o período colonial já era um destaque para a história do Brasil. em meados de 1760, o Estado seria uma das únicas regiões que não foram afetadas pela crise financeira, principalmente pelas mudanças na organização política, queda das explorações do ouro, assim como as mudanças nas relações comerciais na Europa.

Muito se deve ao fato de Pombal, de acordo com Furtado (op.cit. p. 139) ter ajudado o Maranhão na construção de boas rotas comerciais com a região mineira, assim como ter reforçado a estrutura capitalista. Outro ponto de destaque foi a luta dos maranhenses contra a então enfraquecida companhia jesuíta que era contra a escravidão de índios(ver os Sermões do Padre Antônio Vieira).

Assim, Falar em formação não implica necessariamente, apontar todos os dados históricos possíveis que ampliariam nossa visão a cerca da realidade atual, mas elencar algumas causalidades que sustentaria uma visão, se não gera, mas panorâmica do Maranhão.

Partindo desse pressuposto, separei dois temas interessantes para entendermos a atual conjuntura do nosso Estado. Um diz respeito aos processos de

migração e formação da economia da soja no sul, principalmente na área que corresponde ao município de Balsas; outro diz respeito ao processo de industrialização da Amazônia, alvo de tantas transformações na economia maranhense, desenvolvidas principalmente em Açailândia afetando a história econômica tanto do Estado quanto dos dois Municípios.

Traçando um percurso histórico dessas duas realidades. Compreenderemos melhor os temas em destaque. Assim concluiremos o nosso diálogo deixando as reflexões e debates para serem discutidos com o seu tutor em sala de aula.

Balsa, Soja e Economia Maranhense

Segundo o IBGE o município de Balsas está localizado na microrregião homogênea chamada Geral de Balsas, no sul do Estado Maranhão. A área territorial do município corresponde a 13.142 km² e uma população de 69.662 habitantes, sendo que a área urbana possui cerca de cinquenta mil e quarenta habitantes. De acordo com Andrade (1983), até meados dos anos 50 o município de Balsas era constituído basicamente de população rural. A dinâmica econômica local era pautada pelo funcionamento de agricultura de base camponesa (CHAYANOV, 1981) tradicional e as relações sociais giravam em torno de um sistema social baseado nas atividades como uso da terra por meio da lavoura e da criação de gado.

De acordo com dados da CPT (Balsas: Alteridade e Esperança”, Relatório de pesquisa, 2000) e segundo o relatório de pesquisa de Andrade (1983), antes da década de 50 as terras eram de uso comum. A partir dos anos 60 observa-se um processo crescente de privatização dos recursos fundiários, com as terras passando a serem arrendadas e vendidas.

Outro dado desse processo é que essa venda ocorria a preços muito baixos, uma vez que as terras eram classificadas como sem valor (ANDRADE 1981).

Vale dizer que esse comércio de terras ocorreu através da atração de investidores originários do sul do País, principalmente dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, e, secundariamente do Mato Grosso e de Minas Gerais.

O marco histórico no qual delimitamos a “origem” do problema é o ano de 1974, que segundo Andrade (1981) identifica a chegada dos chamados *gaúchos* à região. Esses *gaúchos* após chegarem ao sul do Maranhão irão implantar uma

agricultura centrada da plantação mecanizada do arroz, processo esse que diferenciara essa região das demais regiões do estado (ANDRADE, 1982).

O sucesso desses primeiros “gaúchos” atraiu levas de migrantes oriundos do mesmo local na busca pela aquisição de terras, intensificando a injeção de recursos e investimentos tais como: compra de máquinas e implementos agrícolas, contratação de técnicos agrícolas, contratação de empreiteiros para mobilizar a força de trabalho, etc.

Contudo, após o sucesso inicial a agricultura mecanizada a economia enfrentará momentos de instabilidade, devido ao processo desordenado de injeção dos recursos, a baixa produtividade por hectare da região e da ausência de planejamento para essa produção.

Outros fatores como o desvio de recursos destinados ao plantio fez com que os produtores procurassem, a partir dos anos 80, novas alternativas de produção, com a introdução da cultura da soja. O contexto da soja cria um quadro de desigualdade social ainda mais complexo e provoca repercussões importantes na organização do território, com profundas modificações no espaço urbano, nos ambientes naturais e na economia camponesa da região (SOUSA FILHO, 1996).

Atualmente o município de Balsas é caracterizado por uma economia agrária pautada na produção de soja, segundo dados da Embrapa em aproximadamente dez anos a produção da soja aumentaram 140%. Segundo dados do IBGE (2010) a área plantada com soja, em 2002, apresenta 77.619,00 hectares enquanto o valor da produção se aproxima da casa dos sessenta e cinco milhões e duzentos mil reais.

A CONSTRUÇÃO DA BELÉM-BRASÍLIA E O SURGIMENTO DE AÇAILÂNDIA: PROJETOS E INVESTIMENTOS NO SETOR INDUSTRIAL MARANHENSE

Segundo a classificação oficial do IBGE o município de Açailândia está localizado na região da Pré-Amazônia Maranhense, no oeste do estado do Maranhão. A área territorial do município corresponde a 5.820 km² e sua população é estimada em 106.320 habitantes. De acordo com Carneiro (1981), o município de Açailândia, até início dos anos 80, era constituído basicamente de população rural⁷.

⁷ Refiro a terminologia utilizada por Cândido (1987, p.21) que segundo o autor exprime um “um universo das culturas tradicionais do homem do campo”.

Conforme Carneiro (1981) e Monteiro (2005), em meados de 1960 a região sofre um processo acelerado de ocupação de terras promovida pelo governo federal. Esse processo está relacionado com os investimentos que foram direcionados para a Amazônia no período pós-ditadura militar de 1964, com o objetivo da integração da mesma ao território nacional, além da tentativa de vincular a economia regional ao mercado mundial.

Você Sabia?

No caso de Açailândia tais investimentos - a construção da rodovia Belém-Brasília e a política oficial de colonização - atraem os primeiros migrantes nos anos 60. O sucesso desses primeiros atrai leva de migrantes oriundos de diversas partes do país na busca pela aquisição de terras através dos investimentos tais como: serrarias, madeireiras, pecuária, agricultura, a vinda de técnicos agrícolas, empreiteiras, corretoras dentre outras.

Segundo Carneiro (1992. p.12) esse fluxo migratório pode ser decomposto em dois movimentos⁸: a) ocupação inicial na década de 60 por camponeses nordestino-maranhenses, oriundos das frentes de expansão e, b) migração de grupos sociais heterogêneos, composto principalmente de donos de serrarias, trabalhadores não-agrícolas e camponeses, vindos de estados como: Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo.

A diáspora dessa leva de migrantes heterogêneos acontece devido ao desdobramento das frentes de expansão e uma supervalorização da terra. Para se entender tal fenômeno é necessário compreender a dinâmica espacial e social que levam determinados sujeitos a migrarem de um local para outro.

Nos anos 70 esse modelo de desenvolvimento, baseado na economia da pecuária, associado a um processo de construção de latifúndios têm o seu momento de auge, com a conseqüente expropriação do campesinato que havia sido atraído para a região.

Registram-se nesse momento vários conflitos pela posse de terra, devido ao processo de grilagem e privatização, fazendo com que trabalhadores sejam expulsos, modificando a dinâmica de acesso, criando uma situação de conflito entre os trabalhadores e os atuais donos das propriedades.

⁸ Situação que corresponde aos depoimentos que recolhemos nas entrevistas no Pequiá: “Aqui tem esposa pernambucana, marido cearense, filho maranhense. Cada família possui mais de um estado em sua casa” (Zé Albino, 25/02/2007)

No final dos anos setenta ocorrerá a construção da rodovia MA-74, hoje denominada BR-222, ligando Açaílândia ao município de Santa Luzia. A construção dessa estrada favorecerá a ocupação da área oriental do município, provocando também processo de grilagem de terra (CARNEIRO, 1992, p. 19)

Segundo Carneiro (1992), ao lado da pecuária a indústria madeireira é outro vetor importante no desenvolvimento da economia regional, que se desloca para a região nos anos sessenta e se firma na década de setenta.

No final dos anos 70 o município de Imperatriz já contava com 210 indústrias madeireiras instaladas, boa parte destas no distrito de Açaílândia. Quando este se tornar município na década de 80 será o maior pólo madeireiro da região, contando com 54 madeireiras além de pequenas serrarias (CARNEIRO, 1992, 197/198).

O PROGRAMA GRANDE CARAJÁS: UM NOVO MOMENTO NA HISTÓRIA DE AÇAILÂNDIA

Como mostramos na seção anterior, até a primeira metade dos anos oitenta a dinâmica econômica de Açaílândia esteve relacionada com o desenvolvimento das explorações agrícolas, madeireiras e da pecuária. Cenário que mudará substancialmente com a construção da Estrada de Ferro Carajás e a implantação do Distrito Industrial do Pequiá, ações integrantes do Programa Grande Carajás.

O Programa Grande Carajás (PGC) iniciado e planejado em agosto do ano de 1970, mas precisamente no ano de 1979, objetivando a produção e extração de minérios a nível industrial, visando abastecer o mercado mundial.

A produção de minério na Serra dos Carajás, a leste do Pará, inicia-se já em 1966 contando com a participação de instituições privadas transnacionais. No começo da década de 70 com a localização dos minérios, cria-se então, a empresa Amazônia Mineração S.A., uma parceria entre a Companhia Vale do Rio Doce e a US Steel tendo como objetivo a exploração comercial do minério de ferro de Carajás.

No fim de 1979 a CVRD assume o controle global do investimento e lança o Programa Grande Carajás. Tal programa possui no seu alicerce a Serra dos Carajás, uma província de minério possuindo praticamente a maior reserva do mundo de alto teor de minério de ferro, assim como reserva de manganês, cobre e outros.

Para explorar essa jazida mineral o PGC implantará algumas obras de infra-estrutura, caso da Estrada de Ferro Carajás, com 890 quilômetros ligando a Serra dos Carajás até São Luis, e o porto de Ponta da Madeira, ao lado do Porto de Itaqui (MA). Além dessas duas obras podemos citar também como ações integrantes do PGC a construção da Hidrelétrica de Tucuruí e o estímulo ao surgimento de distritos industriais em municípios situados ao longo da estrada de ferro (Marabá, Açailândia, Santa Inês e Rosário).

Com a construção da estrada de Ferrovia Carajás, elevam-se os preços de terras e lotes no espaço urbano de Açailândia, ocorre uma supervalorização do mercado imobiliário, um fator já em andamento devido a concentração fundiária em curso.

Por sua vez, a implantação da Estrada de Ferro Carajás atraiu um conjunto de empreiteiras de construção civil e empresas de serviços, atividades acessórias ao funcionamento da ferrovia. Essa alavancará ainda mais o processo migratório, pois permitirá o deslocamento a baixo custo de um contingente importante de pessoas para o município. Segundo dados da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), quando do início de sua operação, em 1984, o número de passageiros transportado foi de 205 mil pessoas; cinco anos depois praticamente dobrara, alcançando a casa de 498.838 pessoas transportadas (CARNEIRO, 1992, p. 201).

Atraídas pelos investimentos na região as indústrias de ferro-gusa são instaladas no fim década de 80, modificando o quadro social, político, econômico e ambiental da região. Com a chegada dessas empresas as terras supervalorizam, acelera-se o processo de urbanização, sendo ainda vetor de transformações no mercado de trabalho. De acordo com Cancela (1999), o bairro do Pequiá se transforma no “hall” das siderúrgicas, *um depositário de mão-de-obra. Um mix de bairro operário com favela*

Para Cancela (1999), a idéia inicial observada no discurso dos moradores atribui a instalação das indústrias uma elevação na remuneração, associada a um espaço de circulação de mercadorias oriundas da parte central de Açailândia, com preços elevados para compensar o deslocamento, em um espaço sem nenhuma infra-estrutura urbana, contribuindo com o aumento do mercado imobiliário proporcional à chegada de inúmeros trabalhadores na busca pelo emprego.

Os lotes de terras no qual foram construídos imóveis de dois a três cômodos pertenciam a antigos moradores que eram fazendeiros ou pequenos proprietários. Os loteamentos foram responsáveis pela ocupação da margem direita da BR-222 (CANCELA, 1992, p. 7). Segundo a autora duas vantagens podem ser destacadas para os proprietários: a) aumento da renda familiar com o dinheiro pago dos aluguéis e, b) a valorização e potencialização dos preços dos imóveis.

As conseqüências que foram observadas dizem respeito ao aumento populacional de forma acelerada em um espaço pequeno de tempo convergindo com uma ausência de planejamento urbano, resultando no quadro de desemprego, com atores sociais transitando entre trabalho em roças e pequenos ‘bicos’ (CANCELA, 1992, p. 6).

A CHEGADA DAS INDÚSTRIAS DE FERRO-GUSA

O processo de implantação da siderurgia em Açailândia está relacionado com uma proposta de descentralização da produção industrial brasileira, amparada no II Plano Siderúrgico Nacional e, como já adiantamos, com as obras de infraestrutura do Programa Grande Carajás.

Essa industrialização tem como principal característica a intervenção direta do Estado e a atração de capitais de outras regiões do Brasil, pois as empresas que se instalam em Açailândia são oriundas de estados como Minas Gerais (Viena Siderúrgica) e Pernambuco (COVAP).

A ação governamental, no que se refere a esfera federal e estadual, tem como atrativo para essas indústrias dois trunfos: i) a concessão de incentivos fiscais e, ii) a isenção do pagamento de impostos. No plano municipal as empresas recebem a cessão gratuita dos terrenos para instalação.

As guseiras estabeleceram acordos financeiros adquirindo financiamentos públicos oriundos do Fundo de Investimentos do Nordeste – FINOR – e do Fundo de Investimentos da Amazônia – FINAM. Uma vez aprovados os projetos, seus signatários recebiam até 75% do valor total indicado como necessário à implantação do parque industrial e à aquisição de áreas destinadas ao desenvolvimento de supostos projetos de “manejo florestal” ou de reflorestamento.

Os primeiros empreendimentos industriais foram implantados no município em 1988 (Viena Siderúrgica e Cia. Vale do Pindaré). Nos anos seguintes

serão instaladas as empresas Gusa Nordeste, Siderúrgica do Maranhão S/A (SIMASA) e Ferro Gusa do Maranhão S/A (FERGUMAR), cujas principais características produtivas apresentamos no quadro abaixo.

Quadro: Perfil das indústrias siderúrgicas instaladas em Açailândia/MA.

Nome	Grupo Proprietário	Capacidade Produtiva (ton./ano)	Empregos Previstos	
			Diretos	Indiretos
Viena Siderúrgica do Maranhão		500.000	192	1500
Cia. Siderúrgica Vale do Pindaré	Queiroz Galvão	240.000	150	1350
Siderúrgica do Maranhão S/A	Queiroz Galvão	190.000	170	1400
Gusa Nordeste S/A	Grupo Ferroeste	216.000	155	1455
Ferro Gusa do Maranhão S/A		200.000	188	1500

Fonte: <http://www.asica.org.br>

A indústria Viena Siderúrgica do Maranhão S.A. começou a operar no ano de 1988, funcionou até 2009 com cinco altos-fornos, com uma capacidade instalada para a produção de 500.000 toneladas de ferro-gusa/ano.

A Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré entrou em funcionamento no ano de 1988 com um alto forno de capacidade de 55 mil toneladas/ano e foi adquirida em 1996, pelo grupo Queiroz Galvão. Processo similar ocorreu com a SIMASA, que entrou em operação no ano de 1991 e também foi comprada pelo grupo Queiroz Galvão em 1994. Até 2009 essas duas siderúrgicas possuem quatro alto-fornos para a fabricação de ferro-gusa, o que possibilita a produção aproximadamente 456.000 toneladas /ano.

A Gusa Nordeste possuía no mesmo ano das demais um alto forno de capacidade de 53 mil toneladas/ano de ferro gusa, enquanto a FERGUMAR, que foi a última siderúrgica a se instalar, possui um único alto forno de produção com capacidade para 55 mil toneladas/ano.

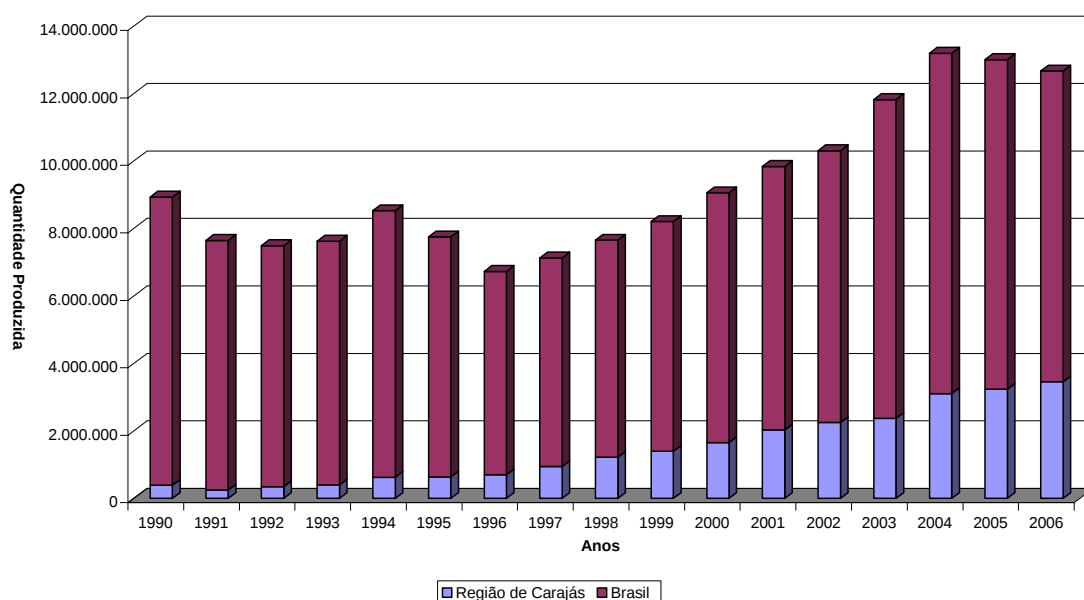
A instalação desse conjunto de empresas cria uma nova situação para o município de Açailândia, logo se assiste à constituição de um distrito industrial, com a criação de cerca de mil empregos diretos. Associada à atividade siderúrgica expande-se a produção de carvão vegetal, que é o processo produtivo de maior

impacto para a região, considerando o número de empregos gerados (CARNEIRO, 1992).

Portanto, devemos destacar que o surgimento de empregos diretos e indiretos não beneficiou o grupo de agentes sociais que seriam beneficiados por tais empreendimentos.

O quadro abaixo (Gráfico 3) nos dá uma imagem da evolução da produção guseira da região de Carajás, que engloba além das usinas de Açailândia, duas outras no Maranhão (Margusa e Cosima) e mais oito usinas em Marabá no Pará. Observe-se que a tendência, a partir da segunda metade dos anos 90 é de crescimento acelerado.

Gráfico 3: Evolução da produção de ferro-gusa feita por usinas independentes localizadas na Região de Carajás (1990/2006)



Contudo, apesar desse crescimento da produção siderúrgica o volume de empregos diretos gerados não se amplia na mesma proporção. Ademais, o volume disponível de força de trabalho supera enormemente a disponibilidade de ocupações aportadas pelas guseiras. Sendo que nos dias atuais, várias empresas já encerraram suas atividades deixando uma situação de desemprego para os moradores dessa região.

REFERENCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Moderna, 2006.

BELLO, José Luis de Paiva. **História da Educação Brasileira**. www.pedagogiaemfoco.com.br. Acesso em: 02 mar. 2010.

CANDAU, Vera Maria. Sociedade, educação e culturas: questões e propostas. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

CANEN, A.; MOREIRA, A. F. B. Reflexões sobre multiculturalismo na escola e na formação docente. In: CANEN, A.; MOREIRA, A. F. B. (Orgs.). **Ênfases e Omissões no Currículo**. Campinas, SP: Papirus, 2001.

GONÇALVES, L. A . O; SILVA, P. B. G. **O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MOREIRA, A. F. B. A recente produção científica sobre currículo e multiculturalismo no Brasil (1995-2000): avanços, desafios e tensões. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo: Autores Associados, n.18, set/dez, 2001.

MOREIRA, A. F. B; SILVA, T. T. Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução. In: MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. (Orgs.). **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 2000.

SAVIANI, Demerval. **Educação: do senso comum à consistência filosófica**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

VEIGA. Ilma Passos. **Repensando a Didática**. 20. ed. Campinas. SP: Papirus, 2004.

CANCELA, Cristina Donza. Estação Piquiá: Um novo quilômetro na fronteira Amazônica. **Desenvolvimento & Cidadania**, São Luis, ano 2, nº 6, dez/jan.,1992.

CÂNDIDO, Antônio. **Os Parceiros do Rio Bonito**. 7º ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1987.

CARNEIRO, Marcelo Domingos Sampaio. Do latifúndio agropecuário à empresa latifundiária carvoeira. In: Coelho, M.C.N.; Cota, R.G. (Org.) **10 anos da Estrada de Ferro Carajás**. Belém: UFPA/NAEA, 1997.

_____. Relações de trabalho, propriedade da terra e poluição urbana nas atividades de carvoejamento para a produção de ferro gusa em Açailândia. In: CONCEIÇÃO, F. G. (org) **Carajás: desenvolvimento ou destruição?** Relatórios de Pesquisa. São Luís. Comissão Pastoral da Terra, 1995.

_____. O Programa Grande Carajás e a dinâmica política na área de influência da ferrovia: políticas públicas e poder local na Amazônia. n: CASTRO, E;

MOURA, E. MAIA, M.L. (orgs) **Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço**. Belém: UFPA/NAEA, 1995.

_____. Estado e empreendimentos guseiros no programa grande Carajás: as políticas públicas a serviço da industrialização. In: CASTRO, Edna M. R. (org). **Amazônias em tempo de transição**. Belém: UFPA/NAEA. 1989.

CASTRO, Edna. Industrialização, Transformações Sociais e Mercado de Trabalho. In: CASTRO, E; MOURA, E. MAIA, M.L. (orgs) **Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço**. Belém: Editora da UFPA, 1995, p. 91-120.

CAMARGO, Beatriz. **Pará exige dados prévios sobre carvão para autorizar gusa**, 2007. Disponível em: <http://www.reporterbrasil.com.br/pacto/noticias/view/13>. Acesso em: 12 jun. 2007

INSTITUTO EKOS. **Repensando e reconstruindo o Pequiá**: levantamento sócio-econômico do Pequiá, Relatório de Pesquisa do instituto Ekos, 2006

_____. **O vapor do diabo**: o trabalho dos operários do açúcar. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2ª edição. 1978.

MARTINS, José de Souza. **A imigração e a crise do Brasil agrário**, São Paulo: Editora Pioneira, 1973.

_____. Migrações temporárias: problema para quem? **Revista Travessia**, São Paulo, n.1, mai-ago,1988

MONTEIRO, M. A. **Siderurgia e carvoejamento na Amazônia**: drenagem energético material e pauperização regional. Belém: NAEA/UFPA, 1998.

MOURA, Flavia. **Relatório Preliminar da Pesquisa**: “Dez anos do CDVDH, situação sócio-econômica de moradores e infra-estrutura dos bairros de Açailândia”. São Luis: GERUR, 40 p, 2007.

ANDRADE, Maristela de Paula. **Os Gaúchos Descobrem o Brasil**, São Paulo, 1982.

ANDRADE, Maristela de Paula. Modernização da Agricultura, nas Chapadas do Sul Maranhense. Relatório, de Pesquisa, São Luis. 1983. Mimeografado. Brasil, 3º ed, 2000. CENTRO SCALABRIANO DE ESTUDOS MIGRATORIOS. Balsas: Alteridade Medo e Esperança, Brasília, Csem editora, 2000.

José de Souza. Migrações temporárias. Problema para quem? *Revista Travessia* – mai-ago/1988.

MARTINS, José de Souza. A Imigração e a Crise do Brasil Agrário, São Paulo, Pionera Editora, 1973. PALMEIRA, M. G. S; ALMEIDA, A. W. B. A Invenção da Migração 1977 (Capítulo de relatório de pesquisa).

SOUSA FILHO, Benedito. Boletim do museu paraense emílio goeldi antropologia Belém /pará vol 12 número 1, julho de 1996, pág 37- 53.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil, São Paulo. Companhia das letras, 2009.

JÚNIOR, Caio Prado. História Econômica do Brasil, São Paulo, Editora Brasiliense, 1998.

FAORO, Raimundo. Os Donos do Poder(vol Único). São Paulo. Editora Globo. 2008
BACHELARD, Gaston, A formação Do Espírito Científico, Rio de Janeiro, Contraponto, 2003.

BARROS, Luitgarde Oliveira Calvacanti & Icleia Thiesen. Oralidade Informação e Produção do Conhecimento: do Método Etnográfico À História Oral, A Construção da Memória Social. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, IRHGB, a.166, n 428, pág 7-310, julh/set 2005.

BOAS, Franz, Antropologia Cultural, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2004.

CUNHA, Euclides. Os Sertões. 37a ed., Rio de Janeiro, Francisco Alves. 2005.

CHAUÍ, Marilena. Brasil: O Mito Fundador e Sociedade Autoritária, São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2000.

FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso, São Paulo, Edições Loyola, 2003.

GOMES, Joaquim Barbosa. O Debate constitucional Sobre Ações Afirmativas. In: Ações Afirmativas: Políticas públicas contra as desigualdades raciais, Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

HALBWACHS, Maurice. Memoria Coletiva. Rio de Janeiro, Vertice, 1990.

HALL, Stuart. *A questão da identidade cultural*. Campinas: IFCH/Unicamp, n.18, 1995.

JEUDY. Henri Pierre. Memórias Do Social. Rio De Janeiro, Forense, 1990.

MEDEIROS, Carlos Alberto. Na lei e Na Raça. Rio de Janeiro, DP& A, 2004

ORTIZ, Renato. Cultura Brasileira e Identidade Nacional, São Paulo 5° edição Brasiliense, 1999.

_____. A Moderna Tradição Brasileira. São Paulo, Brasiliense, 2001.

RAMOS, Guerreiro. Introdução Crítica à Sociologia Brasileira. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1995.

SANTOS, Ricardo Ventura. A Obra de Euclides da Cunha e os Debates Sobre mestiçagem no Brasil No Início do Século XX: Os sertões e a medicina-

antropológica do Museu Nacional. **Hist. cienc. saúde-Manguinhos.**, Rio de Janeiro, v. 5, 1998. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701998000400013&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 28 / Aug/ 2006.

SANTOS, Sales Augusto. Ação Afirmativa e Mérito individual In: Ações Afirmativas: Políticas públicas contra as desigualdades raciais, Rio de Janeiro, DP&A, 2003.